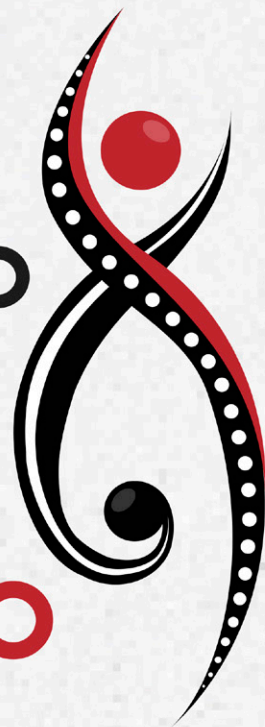


# VII Seminário Internacional Desfazendo Gênero



Futuridade afro trans cuir  
para além dos fantasmas de gênero

ISBN: 978-65-5222-087-5



# VII Seminário Internacional Desfazendo Gênero



## Futuridade afro trans cuir para além dos fantasmas de gênero

André Ricardo Lucas Vieira  
Ariel Matos Brito  
Acassia dos Anjos Santos Rosa  
Alfrancio Ferreira Dias  
João Manuel de Oliveira  
Joanice Santos Conceição  
Jonas Karlos de Souza Feitoza  
Thomas Cardoso Bastos Santos  
Organização



**realizeventos**  
Científicos & Editora

VII Seminário  
Internacional  
Desfazendo  
Gênero



## Futuridade afro trans cuir para além dos fantasmas de gênero

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

F996 Futuridade afro trans cuir: para além dos fantasmas de gênero / Organizadoras, André Ricardo Lucas Vieira... [et al]. - Campina Grande: Realize eventos, 2026.

111 p. : il,

ISBN 978-65-5222-087-5 [E-book].

Textos de trabalhos apresentados no VII Seminário Internacional Desfazendo Gênero, realizado na Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão-SE.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Diversidade. 4. Relações de gênero. I. Título.

21. ed. CDD 306.7

Elaborada por Edson Marques Almeida Monteiro - CRB 743 / 15ª Região PB/RN

**REALIZE EVENTOS CIENTÍFICOS & EDITORA LTDA.**

Rua: Aristides Lobo, 331 - São José - Campina Grande-PB | CEP: 58400-384

E-mail: [contato@portalrealize.com.br](mailto:contato@portalrealize.com.br) | Telefone: (83) 3322-3222

## COMISSÃO CIENTÍFICA

- Alfrancio Ferreira Dias (*Universidade Federal de Sergipe/Brasil*)
- André Ricardo Lucas Vieira (*Instituto Federal do Sertão Pernambucano*)
- Alice Freia (*Universidade Rovuma/Moçambique*)
- Antonella Delmonte Allasia (*Universidad de Buenos Aires/ Argentina*)
- Belijane Marques Feitosa (*Universidade Federal de Campina Grande/Brasil*)
- Begoña Sánchez Torrejón (*Universidade de Cádiz/Espanha*)
- Erika Cecilia Soares Oliveira (*Universidade Federal Fluminense/Brasil*)
- Elizeu Clementino de Souza (*Universidade do estado da Bahia/Brasil*)
- Helder Thiago Maia (*Universidade de Lisboa/Portugal*)
- Ivanderson Pereira da Silva (*Universidade Federal de Alagoas/Brasil*)
- João Manuel de Oliveira (*Universidade de Lisboa/Portugal*)
- Jonas Karlos de Souza Feitosa (*Universidade Federal de Sergipe/Brasil*)
- Kesia dos Anjos Rocha (*Universidade Federal Fluminense/Brasil*)
- Leandro Colling (*Universidade Federal da Bahia/Brasil*)
- Lia Machado Fiuza Fialho (*Universidade Estadual do Ceará/Brasil*)
- Manuela Rodrigues Santos (*Instituto Federal de Sergipe/Brasil*)
- Marcos Lopes de Souza (*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Brasil*)
- Marco Aurélio Máximo Prado (*Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil*)
- Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (*Universidade Federal do Oeste do Pará/Brasil*)
- Paula Sandrine Machado (*Universidade Federal de Santa Catarina/Brasil*)
- Pedro Paulo Souza Rios (*Universidade Estadual de Feira de Santana/Brasil*)
- Victor Manuel Amar Rodrigues (*Universidade de Cádiz/Espanha*)
- Yarlenis Ileinis Mestre Malfrán (*Universidade Federal do ABC/Brasil*)

## PREFÁCIO

### FUTURIDADES AFRO TRANS CUIR – PARA ALÉM DOS FANTASMAS DE GÊNERO

O Desfazendo Gênero VII celebrou a futuridade cuir, não binária e todo o espectro do gênero. Não mais o binário imposto, mas a viagem e trânsito, as múltiplas reformulações, não ficar e ir. Inspiradas na ótica afrofuturista, explorando a viragem quare e a entrada em força das questões raciais na exploração do cuir e das transições de gênero, o desfazendo celebrou os futuros cuir por vir, as diásporas pretas trans, o Nordeste e sua história de futuro e ponto de interrogação a todo o Brasil.

Retomar o desfazendo a partir do Sergipe quer ser uma forma de futuridade, de pensar outras formas de produzirmos o nosso futuro, a partir de um passado ancestral, cuircestral, transcestral, pensado também como afrofuturo. Mas também de fantasmas que limitam a nossa ação e a diminuem na sua potencialidade.

Lidando com os fantasmas de gênero, as múltiplas tensões que tentam condenar estas populações a não terem futuro, a terem como única garantia a necropolítica e os escombros de um estado dizimado pelo neoliberalismo, a nossa proposta contemplou a dupla mirada: o ataque a estas populações e as possibilidades de resistir.

Indagamos as fabulações críticas e afrofabulações que nos permitem imaginar um horizonte de ação e expansão dos movimentos sociais que somos e da pesquisa que queremos sonhar, com o horizonte de possibilidades pautado por um entendimento do campo minado que a extrema direita colocou e os seus tentáculos que chegam até à esquerda. Anti-trans, anti-gênero, anti-woke, anti-identitarismo tornam-se ecos deste desejo de eliminar estas populações.

Pretendeu-se ocupar o espaço utópico de imaginar pindorama como horizonte de ação e Abya Yala como espaço de solidariedade e liberdade. Em suma, ocupar tudo antes que o céu caia sobre nossas cabeças, chamar os pajés e as yalorixás e com o povo indígenas e o povo de axé, o povo quilombola, as periferias e as excluídas articular mudanças, pensar transformação. Misturar tudo, embaralhar e dar de novo, com Exu na encruzilhada empurrando as gentes para agir. O futuro é agora, o futuro já começou. O Desfazendo teve

um clamor de rua, um perfume de dendê e quis chamar outras atores/as sociais para se reequacionar, para pensar o futuro.

As temporalidades que nos compõe, com as carnes que temos, com os corpos que pedem justiça. O desfazendo quis trazer os brasis para se conectarem, para se reelaborarem. Em tempos de capitaloceno, tentamos trazer possibilidade de acalanto para um futuro. Pensando esse futuro, a partir deste lugar onde só parece já haver chacina, desastre ambiental, seca, deserto, fome. O desfazendo chamou todas, todes e todos para estes debates e contou com a criatividade de todas, todes e todos.

Assim, essa coletânea colabora para evidenciar a circulação e a divulgação destes saberes de Sergipe-Nordeste-Brasil-Mundo. São textos pulsantes, vibrantes, com gritaria epistêmica, selvagens, sem muitas explicações, sem chão. Produzidos na instabilidade epistêmica e isso é ótimo. Que sejam lidos criticamente e com afeto. Afinal, nosso inimigo é outro, que ainda não foi completamente varrido, nem ficou no passado. Ele ainda nos assombra e nos faz questionar nosso futuro.

## Sumário

<b>A COCONDUÇÃO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA AS DANÇAS DE SALÃO</b> .....	<b>9</b>
Jonas Karlos de Souza Feitoza	
<b>RACISMO REPRODUTIVO: PISTAS PARA UMA DESLOCALIZAÇÃO FEMINISTA NEGRA</b> .....	<b>16</b>
Yarlenis lleinis Mestre Malfrán	
<b>A DESUMANIZAÇÃO DE PESSOAS TRANS NA POLÍTICA</b> .....	<b>22</b>
Gladston Oliveira dos Passos	
<b>MASCULINIDADES PLURAIS EM “NOVE NOITES”: DESAFIOS E RECONFIGURAÇÕES</b> .....	<b>28</b>
Marcus Antônio Assis Lima	
<b>SABERES DES CORPES (IN)VISÍVEIS PARA PRODUZIR FUTUROS OUTROS: REFLEXÕES SOBRE NÃO-BINARIEDADE, DIREITO E EDUCAÇÃO</b> .....	<b>46</b>
Mari Costa de Chirico Caê Mello Lucas Silva Dantas	
<b>ESCREVIVÊNCIAS EM TRANSE: CORPOGRAFIAS E NECROEMPODERAMENTO NO ROMANCE CRIMINAL DE AUTORIA FEMININA</b> .....	<b>53</b>
Manuela Rodrigues Santos	
<b>CONTRAESCCRITA E MATERNIDADES INSURGENTES: O PROJETO ESTÉTICO-POLÍTICO DE ARIANA HARWICZ</b> .....	<b>68</b>
Jocelaine Oliveira dos Santos	

**CARTOGRAFIAS LESBOSAPATÃO: RESISTÊNCIAS E INSURGÊNCIAS  
NO EIXO TEMÁTICO “CORPO LÉSBICO SAPATÃO: POR UMA  
POLÍTICA DE VIDA”!?**..... 75

Zuleide Paiva da Silva (Eide Paiva)

Maria Lizandra Mendes de Sousa (Liz Mendes)

Gersier Ribeiro dos Santos

**POÉTICAERÓTICA: A CORAGEM SAPATÃO DE PESQUISAR COM O  
CORPO EM INSUBMISSÃO** ..... 82

Maria Lizandra Mendes de Sousa (Liz Mendes)

Zuleide Paiva da Silva (Eide Paiva)

**ENTRE SILÊNCIOS E PALAVRAS: GÊNEROS, SEXUALIDADES (NÃO)  
PRATICADOS EM UM CURRÍCULO DE MATEMÁTICA** ..... 88

Nilcelio Sacramento de Sousa

**OS PROCESSOS EDUCATIVOS E A INVENÇÃO DO CORPO  
MATERNO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA** ..... 97

Débora dos Reis Silva Backes

Juliana Farias Santos

Camila Barreto Cavalcante

**O ALUNO DE ONTEM NÃO É O MESMO DE HOJE? – A  
PERFORMATIVIDADE CURRICULAR, AS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA E  
OS DOCUMENTOS NORMATIVOS** ..... 104

Maria da Conceição Carvalho Dantas

Amanaiara da Conceição Miranda

Izaura Santiago da Cruz

## A COCONDUÇÃO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA AS DANÇAS DE SALÃO

Jonas Karlos de Souza Feitoza<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Este texto convida possíveis leitores para uma jornada de reflexão crítica e verticalizada sobre esse campo de estudo. Ao longo de mais de duas décadas de atuação profissional com as danças a dois, percebo que, para além da técnica e da aparente pedagogia da emancipação, questões problemáticas profundamente enraizadas na estruturação das danças a dois encontram alternativas para sua existência. As ideias apresentadas emergem de experiências vivenciadas no cenário artístico e pedagógico das danças de salão. A experiência duradoura na formação em danças de salão é um pilar fundamental no desenvolvimento de produção de conhecimento. Essa jornada contínua de aprendizado e aprimoramento está implicada com um método que parte da Prática como Pesquisa (Fernandes, 2014; 2018). Desse modo, a narrativa docente assume um papel central. O objetivo, portanto, é oferecer um olhar crítico sobre essa prática, buscando evidenciar as nuances nem sempre visíveis que coreografam o patriarcado em suas manifestações.

Ao se considerar uma dança de casal, como a dança de salão, a relação percebida nessa composição pode ser postulada pela palavra condução. Nesse sentido, questiona-se: como a ideia de condução, comumente utilizada na dança de salão, se manifesta? Algumas propostas pedagógicas expandiram a perspectiva sobre as partilhas do corpo na cena e as possíveis múltiplas relações estabelecidas uns com os outros na criação em dança. Todavia, as conexões com a trajetória na dança de salão em combinação com os estudos contemporâneos em dança, com um pensar inseparável entre dança e política,

---

1 Doutor em Artes/USP. Doutorando em Educação/PPGED/UFS. Docente do Departamento de Dança da Universidade Federal de Sergipe - UFS, [jonaskarlosl@@@email.com](mailto:jonaskarlosl@@@email.com);

evidenciaram que a pesquisa parte de estudo dos processos relacionais e interacionais dos corpos.

No contato do corpo a corpo dos passos da dança de salão, a experiência vai além da observação estética. As experiências da sala de aula e os processos artísticos revelavam conhecimentos mais ampliados, que se cruzavam com os conhecimentos prévios da codificação de uma dança, no caso a dança de salão, permitindo assim, uma ampliação sobre os processos de comunicação e autoconhecimento do corpo.

Torna-se oportuna, neste ponto, a aproximação com o pensamento da Teoria Corpomídia. Essa teoria contraria a perspectiva de mídia como meio de transmissão ao elucidar que as informações são constituídas por todos os corpos, pelas condições de suas afetações. Essa teoria proposta pelas pesquisadoras Greiner e Katz nos apresenta caminhos para repensarmos a noção de corpo em contraposição à ideia de entrada e saída de informações. É a partir desse entendimento que a perspectiva de Corpomídia refuta a ideia de informações depositadas no corpo. Segundo Katz (2021), todo corpo troca informação com o ambiente em um processo mútuo de modificação. A noção de corpo para autora se apresenta como atravessamentos incessantes de informações e reorganização do corpo para além da noção de entrada e saída.

Na dança de salão em qualquer posição/situação que o corpo se permita estar (conduzida/conduzida ou condutor/conduzido), para comunicar-se, faz com que as noções de dentro/fora se tornem complementares e não distintas. Ou seja, na relação com o ambiente e/ou com outros corpos, ocorrem ações simultâneas de comunicação, os/as corpos/corpos se coconduzem. As concepções de interação e relação, bem como as nomenclaturas codificadas de dança aplicadas em instâncias educacionais, operam, também, para além da noção tradicional de comunicação.

## **ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA RELAÇÃO DA DANÇA**

As abordagens que desconstroem funções definidas na execução de passos de dança, implicadas por uma condição de gênero, têm a responsabilidade de tecer coerência com os termos que instigam o avanço na lógica da binaridade e da hegemonia. Precisamos ter o cuidado com propostas artísticas, por

exemplo, que propõem a ideia de inversão da condução, mas, que na verdade reforçam a noção hegemônica/patriarcal da condução.

As autoras Freire e Accioly (2021) têm publicado críticas contundentes sobre as mudanças de nomenclaturas incoerentes com as ações pedagógicas dos profissionais. Em outras palavras, a simples mudança dos termos não modifica as práticas pedagógicas e/ou artísticas; a ação da condução continua reafirmando concepções de domínio de um corpo sobre o outro, prevalecendo a perspectiva da condução, geralmente, pelo homem-cis. Pensar a noção de condução por um viés hegemônico ainda tem reproduzido a visão de uma ação mais importante que a outra para a realização da dança.

Nesta escrita, entende-se que a escolha de estar na condição de “conduzida” ou “conduzido”, termos utilizados comumente nas práticas da dança de salão, é um tipo de organização, constantemente em ação, que o corpo assume para participar da relação de parceria do dançar a dois. Dependendo desse ou de outro modo como o corpo se posiciona nessa ação de dançar em parceria, existe um acordo para que a estruturação se estabeleça no dançar. Não se trata, obviamente, de propor apenas uma inversão da condução e/ou usar nomenclaturas para construir um pensamento democrático. A lógica de preponderância de um corpo sobre outro não é compatível com um processo constituído em parceria.

A criação de propostas pensadas que enfatizam uma ação coletiva da condução na dança de salão, promove um reconhecimento de igualdade nas escolhas das ações. Mas, será que existe igualdade ou diferenças imprescindíveis? Essas propostas que diluem a ideia de uma única condução responsável pela dança em parceria ofertam um campo potente de estudos. Torna-se imprescindível fomentar que a decisão do lugar da ação que se queira assumir nas estruturas dos passos que compõem a dança, ocorre pela cooperação de ambas as ações dos dois corpos. Ter a opção de escolher como se quer estar na estrutura da dança, ou como a outra pessoa quer se posicionar, é um compromisso político que precisamos viabilizar, com mais frequência, em nossas abordagens para aguçar outros sentidos da experiência. Nem sempre a noção de inversão da condução é funcional/político para expandir a noção de corpos desierarquizados e dominados por outros.

Desde 2011 o conceito de cocondução (Feitoza, 2011) tem elucidado, nesse campo de conhecimento, uma abordagem que propõe ações mútuas nessa relação das danças de salão. O conceito de cocondução foi proposto com o

objetivo de ampliar a percepção sobre o conceito de condução. A criação desse neologismo não se propôs, de maneira óbvia, apenas uma junção de palavras (do prefixo co- que significa evoluir conjuntamente com a palavra condução), mas, sim, a criação de um outro conceito que expande nossa compreensão sobre os modos de organização do corpo nas danças de salão (Feitoza, 2011). Compreender a igualdade de intenções emergidas por ações particulares de cada corpo é fundamental para promover práticas desprovidas de hierarquias binárias.

Assume-se, aqui, um compromisso de dimensão sociopolítica ao tecer críticas sobre a noção de relação na dança de salão, pautada apenas na compreensão de movimentos de estímulos-respostas ou conduzida-conduzido. O patriarcado é sorrateiro e opera nessas crenças binárias. Um profícuo diálogo nos parece radical e utópico ao reconhecermos e afirmarmos: São duas conduções que acontecem concomitantemente, independente de propormos a ideia de inversão. Entretanto, o modo como a manutenção patriarcal tem operado com as suas alternativas conceituais, inviabiliza essa revelação de que as diferenças das ações dos dois corpos, acordadas na relação de parceria, são distintas e fundamentais para a complementaridade.

O contínuo desenvolvimento dos estudos do corpo tem avançado e exposto que é aparente a percepção de que existe ausência de movimento ao se observar uma pessoa em um momento de supostamente inércia e/ou submissão. A premissa da pessoa conduzida reforça o equívoco da passividade do corpo em uma relação de dança a dois. Talvez não seja possível avançar nas discussões se não houver o cuidado de evitarmos a criação de outras hegemonias, por exemplo, com os termos conduzido/conduzida, caso não sejam problematizados, ressignificados e apresentadas discussões sobre como os corpos se organizam em uma relação de parceria, inclusive, codependente da questão de gênero e sexualidade na execução do movimento.

O paradoxo, entretanto, acentua-se, porque em uma dança de salão de corpos-cis, as proposições de movimentos são categorizadas de modo binário-heteronormativo, a partir apenas dos gêneros homem-cis/mulher-cis. E a problemática é ainda mais aterrorizante com a existência de discursos que acreditam veemente na existência apenas da preponderância do homem-cis e/ou mulher-cis como principal condutor/conduzida no desenvolvimento da dança. Essa responsabilidade atrelada exclusivamente aos corpos-cis deve

ser significativamente questionável em relação com as políticas de identidade de gênero.

Existe uma grande contradição considerando-se os estudos das ciências cognitivas e/ou a Teoria Corpomídia, por exemplo, os quais têm explorado a experiência afetada do artista com o ambiente, ampliando significativamente os processos de conhecimento e investigação das possibilidades criativas do corpo, dos estados complexos da percepção, em consonância com os estudos de gênero e sexualidade.

A filósofa feminista estadunidense Judith Butler (2019) nos apresenta temas importantes sobre gênero e sexualidade na sociedade que norteiam mudanças nos comportamentos e afetam a produção das artes, no modo como pensamos os rumos destes assuntos nas nossas ações educacionais/artísticas. A noção de performatividade da autora, contribui para entendermos que os sujeitos se constituem por meio de ações que friccionam a noção de identidade como algo fixo e imutável, e assim, transformam e abrem novas possibilidades de existência.

As proposições que rompem com as construções de gênero e sexo podem ser agenciadas no sentido proposto por Butler (2019), contra o poder opressor/dominador, e podem fazer resistência aos enquadramentos impostos pela cultural patriarcal. Não há como fugir desses temas que afirmam tudo o que foi negado àqueles que se diferenciam das normas sociais e que têm o direito à vida como qualquer pessoa. Essas inspirações fazem sentido para debatermos esses temas e incluí-los no universo da pedagogia de uma dança para além de binarismos hierárquicos. Assumir diálogos que ajudam a pensar outras possibilidades de práticas pedagógicas e artísticas para a dança de salão.

A criação de metodologias contrapostas à dominância de estímulos-respostas de corpos-cis, além de criar outras possibilidades para os sujeitos perceberem os modos de organização do corpo, concebe o direito de escolhas das estruturas compostas nessa relação. Essa política de mútuos poderes exercidos em codependência promove outras percepções sobre a organização do corpo no fazer da dança de salão. Os estudos de gênero nas danças a dois são importantes, também, pela possibilidade de assumirmos como metodologia a possibilidade de escolha de qual ação exercer na relação do dançar em parceria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita deste texto assume o compromisso de defender que ambas as pessoas envolvidas nessa relação da dança a dois são estruturalmente distintas e se complementam com um mesmo objetivo de dançar em parceria. Importante termos a ciência de que a noção de condução defendida ainda por um viés de apenas um corpo que conduz o movimento da dança inviabiliza o avanço do estado da arte das pesquisas no campo da dança de salão. A proposição da cocondução na dança a dois refuta a perspectiva da noção de condução, ou da simples inversão da condução, no qual um corpo torna-se de algum modo submisso ao outro. Argumenta-se que ambos os corpos são dependentes de suas identificações de gênero e/ou de inversões da condução, mas, nem por isso, são menos importantes nas escolhas que exercem para a constituição do dançar a dois.

Ainda que o foco principal resida na cocondução como conceito que elucida a mutualidade e a desierarquização das ações, é preciso reconhecer o valor e o lugar da prática da inversão da condução. Embora a simples inversão não garanta, por si só, corpos desierarquizados ou um pensamento democrático, ela é uma ferramenta pedagógica significativa. A inversão da condução se torna válida quando promove a conscientização de que ambos os/as corpos/corpos exercem uma ação conjunta, e não um domínio sobre o outro. Ao permitir que o corpo experimente conscientemente uma outra organização na estrutura da dança, de um modo diferente do que lhe foi socialmente imposto ou normatizado, a inversão viabiliza a experimentação de outros modos de existência nesse dançar a dois. Emergir outros sentidos da experiência e fomentar protagonismos dissidentes em contraposição à heteronormatividade, constitui um compromisso político imprescindível para nosso compromisso educacional.

**Palavras-chave:** Cocondução, Dança de Salão, Gênero e Sexualidade, Corpomídia.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos que importam:** os limites discursivos do sexo. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo, 2019.

FEITOZA, Jonas Karlos de Souza. **Danças de Salão: os corpos iguais em seus propósitos e diferentes em suas experiências.** 2011. Dissertação (Mestrado em Dança) – Faculdade de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

FREIRE, F. J. de O.; ACCIOLY, C. B. da C. **Em questões de gênero e normatividade, quantos passos avançamos no salão?** PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 434–437, 2021.

FERNANDES, Ciane. **A Prática como Pesquisa e a Abordagem Somático-Performativa.** In: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas, 8., 2014, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: ABRACE, 2014. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/4626> . Acesso em: 29 maio. 2025.

FERNANDES, Ciane. **Dança Cristal: da Arte do Movimento à Abordagem Somático-Performativa.** Salvador: EDUFBA, 2018.

KATZ, Helena. **Corpar. Porque Corpo também é Verbo.** In: **Coisas Vivas. Fluxus que informam.** Org Helena Bastos. São Paulo: ECA-USP, 2021. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/716>.

## RACISMO REPRODUTIVO: PISTAS PARA UMA DESLOCALIZAÇÃO FEMINISTA NEGRA

Yarlenis lleinis Mestre Malfrán<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no campo dos feminismos negros, tomando como ponto de partida as disputas teóricas e epistemológicas entre produções feministas negras do Norte e do Sul global, bem como as viagens, deslocamentos e reterritorializações de conceitos forjados nesse campo. Nesse horizonte, proponho a noção de racismo reprodutivo, forjada na aproximação entre Patrícia Hill Collins, figura central do feminismo negro estadunidense, e Lélia Gonzalez, autora incontornável dos feminismos negros latino-americanos.

Em um exercício analítico cujo eixo é o conceito de matriz de dominação, proposto por Collins (2019), descrevo o que denominei racismo reprodutivo, noção inicialmente delineada no âmbito da minha pesquisa de doutorado (MALFRÁN, 2021). Com base nos achados dessa investigação, compreendo o racismo reprodutivo como o conjunto de práticas institucionais que administram a reprodução assistida a partir de critérios racializados, sem reconhecê-los explicitamente como tais. Argumento que a gestão fenotípica de gametas, tal como desenvolvida nos serviços de reprodução assistida em Cuba, institui regimes de exceção reprodutiva que reforçam hierarquias raciais e naturalizam imaginários biologicistas do parentesco. Ao mesmo tempo, argumento que o racismo reprodutivo pode ser lido a partir das lentes analíticas de Gonzalez (2020), particularmente no que se refere à sua noção de racismo por denegação, entendida como expressão da formação histórica latino-americana.

1 Professora Visitante no Bacharelado em Relações Internacionais; Bacharelado em Ciências e Humanidades da Universidade Federal do ABC- UFABC. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Africanos e afro-brasileiros e do Núcleo de Estudos de Gênero “Esperança Garcia” da UFABC, [malfran.yarlenis@ufabc.edu.br](mailto:malfran.yarlenis@ufabc.edu.br)

Desta forma, ao articular contribuições teóricas tanto do feminismo negro do Norte quanto do Sul global, este trabalho aposta em diálogos afro-diaspóricos que desestabilizam hierarquias epistêmicas e ampliam os horizontes críticos da pesquisa feminista negra. Com isso, busco sinalizar outras conexões possíveis entre feminismos negros do Norte e do Sul global, que se afastam das disputas em torno da autoria do conceito de interseccionalidade. A reivindicação de autoria — ora atribuída a Kimberlé Crenshaw (2022), ora formulada a partir da ideia de que Lélia teria antecipado tal conceito — tem marcado, de forma recorrente, a maneira como vêm sendo pensadas as relações entre o feminismo negro de matriz estadunidense e os feminismos negros latino-americanos.

Ao permanecermos reféns de um suposto antagonismo entre feminismos negros, corremos o risco de perder de vista as possibilidades de hifenização dessas produções, o que não implica desconsiderar as especificidades históricas e políticas de suas agendas. Ao contrário, se trata de uma aposta no território compartilhado de epistemologias e alianças políticas feministas negras transnacionais. Como têm afirmado Figueroa e Hurtado (2020, p. 1219), “ao navegar pelo legado do feminismo negro ao redor do mundo, compreendemos a necessidade urgente de um pensamento feminista afro-diaspórico”.

Um feminismo afro-diaspórico assim pensado, converge com uma das provocações centrais deste evento, em especial aquela que nos convida a investigar “as fabulações e afrofabulações que nos permitem imaginar um horizonte de ação e expansão da pesquisa que queremos sonhar”. Trata-se, portanto, de um chamado a alargar nossos horizontes de investigação, gesto que pode ser realizado de mãos dadas com os feminismos negros que habitam a encruzilhada.

## **RAÇA, REPRODUÇÃO E PODER: COLLINS POLINDO NOSSAS LENTES**

Ao elaborar o conceito de matriz de dominação, Collins (2019) expande o gesto inaugural de Kimberlé Crenshaw (2022) — voltado à formulação de mecanismos legais capazes de proteger mulheres negras das vulnerabilidades interseccionais — para um horizonte mais amplo da Teoria Social Crítica. Neste enquadramento, operar analiticamente a partir da matriz de dominação implica observar a organização social do poder que, em cada sociedade e momento histórico, instaura opressões e privilégios interseccionais de gênero, raça,

classe, nacionalidade e afins. Afinal, cabe à Teoria Social oferecer ferramentas para um diagnóstico crítico do social e em decorrência disso, elaborar algumas indicações para a transformação social. É nisso que Collins aposta.

Seguindo esses pressupostos, no âmbito da pesquisa que desenvolvi sobre saúde reprodutiva no contexto cubano (Malfrán, 2021), indaguei acerca das formas de poder que, neste caso específico, atravessam o Estado. Considerando que toda a saúde é pública e organizada estatalmente, procurei entender a gestão da reprodução assistida e os entraves que tensionam, contradizem e, por vezes, minam os próprios objetivos da saúde pública cubana. Essa análise mostrou como lógicas racistas, cisheterossexistas e outras marcas de dominação persistem, mesmo no interior de um projeto estatal historicamente comprometido com o acesso universal à saúde.

Ao observar as tecnologias reprodutivas pela ótica da autonomia que potencialmente oferecem, torna-se evidente que recursos como a fertilização in vitro, a inseminação artificial, entre outros, confrontam imaginários tradicionais sobre família e parentalidade. Diante desse cenário, a questão que orientou minha investigação foi: que engrenagens de poder, próprias do pensamento biomédico e incorporadas pelos agentes estatais responsáveis pela coordenação desses serviços, estariam cerceando o potencial emancipatório da reprodução assistida?

A partir dessa inquietação, voltei meu olhar para a administração biopolítica da reprodução assistida. Para tanto, analisei criticamente documentos normativos, constatando que ideias do senso comum atravessam seus enunciados sob a aparência de “critérios médicos”. Examinei, ainda, os mecanismos institucionais de acesso e autorização da doação de material genético entre requerentes e doadoras de óvulos, buscando compreender como operam, a quem autorizam, a quem restringem e quais mundos acabam por produzir. Por fim, entrevistei usuárias e profissionais desses serviços. Cada um desses movimentos metodológicos correspondeu à exploração de uma possível matriz de dominação reprodutiva, conforme indicado pelo conceito formulado por Collins.

O que caracteriza essa matriz e de que modo ela exerce seu poder sobre os agentes reprodutivos? A pesquisa evidenciou que, no caso das doadoras anônimas, uma vez aprovadas aquelas consideradas aptas à doação, a seleção final recai sobre a candidata que, segundo a avaliação da equipe médica, apresenta maior adequação fenotípica ao casal receptor. Os processos de

administração fenotípica dos gametas de doadoras e receptoras institucionalizam, assim, a exigência de similitude fenotípica entre ambas, sem que haja qualquer margem de autonomia para mães e pais de intenção nessa escolha. Os fundamentos que sustentam a transformação dessas marcas corporais em requisito obrigatório da fertilização in vitro com ovodoação (FIV/OD) não aparecem explicitados nos documentos oficiais aos quais tive acesso, o que já indica sua naturalização enquanto critérios supostamente evidentes e incontestáveis.

Considerando o papel da raça nesses processos, argumento que sua adoção como matriz de reconhecimento reprodutivo preserva premissas racistas associadas à ideia de pureza racial, delimita zonas de abjeção reprodutiva nas quais determinadas misturas fenotípicas são concebidas como indesejáveis e institui um regime biopolítico de exceção. Esse regime se ativa justamente porque tais formas de administração, burocratização e controle das marcas fenotípicas dos agentes reprodutivos não incidem sobre outros projetos reprodutivos que igualmente demandam assistência estatal, mas não estão submetidos aos mesmos critérios.

Basta observar que, no caso de pessoas que chegam aos serviços estatais já grávidas, não há qualquer indagação sobre a raça do genitor, tampouco a imposição de similitude fenotípica. Por que, então, a exceção recai precisamente sobre quem recorre à fertilização in vitro com ovodoação (FIV/OD)?

De modo particularmente revelador, a atuação dos serviços estatais de reprodução assistida desenvolve-se sem qualquer reflexão crítica ou pedagogia institucional acerca do papel que o racismo, enquanto legado vivo do processo colonial, desempenha na organização dos projetos reprodutivos da população. Como resultado, os procedimentos burocráticos convertem-se em mais uma engrenagem de reprodução do racismo estrutural que atravessa a sociedade como um todo, agora revestido de protocolo técnico e neutralidade administrativa.

## **ADMINISTRANDO A RAÇA NA AMÉRICA LATINA: LÉLIA GONZALEZ DESCOLONIZANDO NOSSO OLHAR**

Lélia Gonzalez (2020) oferece pistas decisivas para a compreensão do racismo que estrutura as sociedades latino-americanas — como Cuba e Brasil — marcadas pela aplicação das técnicas jurídicas e administrativas das

metrópoles ibéricas e pela consequente imposição de ideologias de classificação social, racial e sexual. A autora destaca que essa estratificação racial se expressa, entre outras formas, na constituição de um continuum de cor, materializado em um verdadeiro arco-íris classificatório que organiza hierarquias, pertencimentos e exclusões no cotidiano social (Gonzalez, 2020).

Ao aprofundar essa leitura, Gonzalez (2020) identifica dois pilares centrais para a compreensão do racismo por denegação — ou por omissão — enquanto construção ideológica enraizada em uma visão de mundo eurocêntrica e colonial. Nesse movimento, mobiliza categorias do pensamento lacaniano, notadamente infans e sujeito do suposto saber, como ferramentas analíticas para pensar o racismo latino-americano. O infans, explica a autora, “designa aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, na medida em que é falado pelos outros” (Gonzalez, 2020, p. 141). Já a categoria de sujeito do suposto saber refere-se a identificações imaginárias com figuras às quais se atribui um conhecimento que, de fato, não possuem — como a mãe, o pai, o psicanalista ou o professor (Gonzalez, 2020, p. 142). A partir dessas formulações, argumento que a atuação dos médicos como árbitros das decisões reprodutivas no âmbito da fertilização *in vitro* com ovodação constitui uma expressão específica do racismo por denegação, na medida em que silencia, desloca e naturaliza relações de poder racializadas sob a aparência da expertise técnica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de compreender formas de dominação que têm na raça um eixo fundamental, tem sido central no desenvolvimento do pensamento feminista negro. Os feminismos negros têm aberto novos campos de interrogação crítica tanto na teoria quanto nos ativismos, sobretudo no âmbito da relação entre Estado e políticas públicas, problematizando questões presentes no contexto latino-americano e caribenho, como o racismo na saúde reprodutiva e a colonialidade do pensamento biomédico que ainda orienta a produção e a legitimação do conhecimento no campo das políticas públicas de saúde, operando, assim, uma cumplicidade com lógicas coloniais.

Trata-se de um feminismo que se constitui como espaço de trocas, deslocamentos e hifenização de saberes e que, por isso, nos auxilia na tarefa de elucidar os mecanismos que garantem a persistência de matrizes coloniais em territórios da América Latina e do Caribe. Foi nesse horizonte que,

articulando a matriz de dominação de Patrícia Hill Collins e a noção de racismo por denegação formulada por Lélia Gonzalez, pude compreender o racismo reprodutivo em Cuba tanto como uma engrenagem estrutural de poder, quanto como um conjunto de práticas que operam pela negação, pelo silêncio e pela naturalização de segregação racial.

**Palavras Chaves:** Racismo reprodutivo, dominação, denegação.

## REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, Consciência e a política do empoderamento. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019, 493 p.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2022, p. 171-187. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FIGUEROA, Aurora Vergara; HURTADO, Katherine Arboleda. Feminismo afrodiaspórico: uma agenda emergente do feminismo negro na Colômbia. Contemporânea, [s. l], v. 10, n. 3, set. 2020, p. 1201-1233. Tradução Carolina Nascimento de Melo. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1012/pdf> Acesso em: 17 dez. 2025

GONZÁLEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020. 375 p.

MALFRÁN, Yarlenis Ileinis Mestre. Políticas públicas de salud trans-específica y de reproducción asistida en Cuba: un análisis feminista interseccional. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227181>. Acesso em: 17 dez. 2025.

## A DESUMANIZAÇÃO DE PESSOAS TRANS NA POLÍTICA

Gladston Oliveira dos Passos<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

“A vida realmente começa aos quarenta. Até então, você está apenas fazendo pesquisas” essa é uma das frases mais famosas do psiquiatra e psicoterapeuta suíço Carl Jung. Com certeza essa afirmação não se aplicaria as pessoas trans, já que a expectativa de vida de pessoas transgênero no Brasil é de até 35 anos (ANTRA, 2024). Essa é uma triste realidade que aponta como ainda é difícil viver no país que mais assassina esse segmento. O grande desafio para essas pessoas é tentar sobreviver diante de tantas negações que se iniciam muita das vezes no ambiente familiar, escolar e posteriormente no laboral, ou seja, antes da morte física há uma morte social. E para detectar a ausência desses corpos é só contabilizar quantas dessas pessoas estão nas escolas, nas universidades ou no mercado de trabalho formal. Ainda há muita resistência na aceitação desse segmento e os poucos Direitos que se conquistaram através da luta do movimento LGBTQ+ vivem sob a ameaça de serem retirados.

Para se ter uma ideia, somente em 2018 é que as pessoas trans puderam realizar a retificação de nome e de gênero sem a necessidade de uma ação judicial. E mesmo com essa garantia muitos cartórios criavam diversos obstáculos para que esse Direito não fosse assegurado, a exemplo da cobrança de taxas para um público que majoritariamente é hipossuficiente. Em Sergipe, foi preciso a Defensoria Pública intervir diante de tantas denúncias apresentadas pelas ONGs que auxiliavam nesse procedimento. Nesse sentido, inicialmente será analisado como ocorre a desvalorização das vidas trans com base nos

---

1 Doutorando do Curso de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, [gladstonpassos92@gmail.com](mailto:gladstonpassos92@gmail.com)

estudos de Butler (2023). Em seguida, será abordado a luta da vereadora travesti Benny Briolly contra a violência política e pelo reconhecimento da sua existência e da comunidade trans como vidas que importam. O percurso metodológico do trabalho envolveu levantamento bibliográfico e trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa.

## A VALORIZAÇÃO DA VIDA

É importante salientar que nos últimos anos o judiciário exerceu um papel fundamental na concretização de Direitos fundamentais para a população trans, já que o legislativo se mantém inerte quando se trata de leis que dignificam a vida dessas pessoas (QUINALHA, 2022). A desvalorização de tudo que envolve as vidas trans é oriunda de uma construção que inferioriza esses corpos, conforme entendimento da pesquisadora trans Maria Clara Araújo dos Passos “O brasileiro, durante a construção de sua identidade nacional, foi ensinado a sentir ojeriza da nossa população, de nos subjugar como seres inferiores”. E é por isso que a autora afirma que os brasileiros possuem uma dívida histórica com as travestis.

*A problemática em torno da precariedade que ronda as travestis está nas mãos das pessoas cisgêneras. Vocês possuem uma dívida histórica para conosco. Por toda desumanização que nos causaram e continuam causando, por evitarem se colocar contra essa desumanização (PASSOS, 2022, p.154).*

Vale destacar que essa desumanização ocorre pelo não reconhecimento da vulnerabilidade dos corpos trans. Como se eles aguentassem qualquer tipo de violência, e isso se reflete no método utilizado por quem assassina as pessoas trans, onde muitas das vezes há requintes de crueldade. A dor e o sofrimento dessa população acabam não sendo relevantes, e a empatia por esse grupo é inexistente. Essa é uma afirmação analisada também por Maria Clara

*Nossas lágrimas enquanto levamos facadas, nossos apelos enquanto somos carbonizadas, nossos gritos enquanto estamos sendo espancadas ... nada disso os faz serem empáticos. Uma vez que, nossa vida, na visão de quem nos mata, não importa. Ela não merece sua empatia (PASSOS, 2022, p.153).*

A busca pela humanização das pessoas trans se dá pelo reconhecimento de sua vulnerabilidade, que para Butler (2023) “depende fundamentalmente das normas existentes de reconhecimento a fim de ser atribuída a qualquer sujeito humano”. Um outro conceito que é bastante trabalhado pela autora e que nos ajuda a compreender o motivo de que algumas vidas importam mais do que outras é o de precariedade (precariousness). Além desse conceito, Butler desenvolve durante os anos 2000 outra categoria denominada precariedade (precarity). Porém possuem significados distintos, a precariedade (precariousness) tem um sentido universal/geral, pois é uma condição compartilhada de todo ser humano, já que todas as vidas são precárias por natureza, ou seja, são vidas perecíveis. No que tange a precariedade (precarity), a sua relação tem a ver com os aspectos políticos que podem restringir ou prolongar a vida. As diferenças entre essas categorias são muito bem explicadas na tese “Transfeminicídios: os assassinatos de travestis e mulheres transexuais na Paraíba” de Emerson Erivan de Araújo Ramos, segundo o autor

As condições que estabelecem a maior ou menor precariedade da vida não são um dado biológico ou individual, sendo determinadas apenas politicamente e tratando-se de um efeito socialmente compartilhado do poder. Essas condições fazem com que as vidas tenham mais ou menos chances de perecer, a depender da forma como se inserem em redes sociais e econômicas. E é por isso que, enquanto a precariedade é um atributo nato daquilo que possui vida, a precariedade é um resultado das relações de poder que permeiam os sujeitos, produzindo mais ou menos capacidade, mais ou menos probabilidade de viver uma vida. À medida que um sujeito possui mais precariedade, ele está mais suscetível ao perecimento, às intempéries (RAMOS, 2020, p. 136).

Cabe salientar que o Brasil segue como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 15º ano consecutivo. Segundo a ANTRA (2024) no ano de 2023, houve um aumento de mais de 10% nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação a 2022. Entre as mortes em 2023, foram 155 casos, sendo 145 casos de assassinatos e 10 pessoas trans suicidadas. E a pergunta que devemos fazer é: porque ainda estamos na liderança desse terrível ranking? Sem dúvida, existe uma necropolítica direcionada a determinados grupos que conseqüentemente constrói “mundos de morte”, expressão criada por

Mbembe (2018) ao afirmar que muitas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”.

## **BENNY BRIOLLY E A BUSCA POR RECONHECIMENTO DE HUMANIDADE**

Nos últimos anos temos visto episódios históricos na política brasileira, como a inserção de mulheres trans nas câmaras municipais, assembleias legislativas e até no congresso nacional. Em 2022, Erika Hilton e Duda Salabert foram as primeiras deputadas federais eleitas no país, e constantemente precisam dedicar seu tempo de trabalho para combater o preconceito e a violência política de gênero. Diversas parlamentares cis e trans, principalmente do campo progressista vivem com medo de exercerem seu ofício pois o espaço político sempre foi um local destinado para o homem cis, branco e hétero. E quando surgem mulheres que estão comprometidas com as pautas sociais, os Direitos Humanos e a proteção dos grupos vulneráveis acabam sendo perseguidas e violentadas de inúmeras formas, arriscando suas vidas e de seus familiares. E antes que isso tudo seja classificado como “mi mi mi” temos uma prova viva de como esses corpos não são aceitos na política pois o incômodo que eles provocam geram o desejo de aniquilação, a exemplo do assassinato de Marielle Franco em 2018. Contudo, a vontade de apagar Marielle da vida política não prosperou, pelo contrário, várias lideranças surgiram após a sua morte e hoje ela se tornou um símbolo de resistência.

Uma das sementes do legado de Marielle é Benny Briolly, a primeira vereadora travesti eleita no município de Niterói/RJ em 2020 e reeleita em 2024 com 4.801 votos, assim como Marielle, Benny também é filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). No livro “Mulher da vida – narrativas de um corpo político” Benny relata que sofreu ameaças físicas antes e depois de ser eleita vereadora e que em 2021 saiu do Brasil para se sentir segura. Grande parte das lutas que ela trava politicamente é basicamente pelo direito de existir (BRIOLLY, 2024). De acordo com Briolly (2024) “Defender o direito à renda básica, à empregabilidade, ao desenvolvimento econômico e a questão transvestigênera é trazer ao diálogo político e público a existência”. Ainda segundo a autora, as opressões cotidianas, daqueles que são excluídos, geram um não existir.

Quanto mais violentas e amplas as opressões, maior a necessidade da resistência, que resulta justamente nesse sentimento de não viver e de eterna vigilância. Por isso, a importância de superarmos essas questões, mas olhando o existir como objetivo, como futuro. Celebrar a ancestralidade revela não somente um reconhecimento aos muitos corpos resistentes que nos permitiram estar aqui, mas ressignificar cada um deles com uma existência plena, que dança, sorri e gargalha! Gargalho! Gargalhemos! (BRIOLLY, 2024, p. 124).

No que tange as violências políticas que Benny sofreu durante o seu primeiro mandato, o ataque do deputado bolsonarista Rodrigo Amorim em 17 de maio de 2022 acabou se destacando, pois, esse caso o fez ser o primeiro condenado por violência política de gênero no país. Segundo a denúncia Amorim constrangeu e humilhou a vereadora durante um discurso transmitido ao vivo pela TV Alerj e depois retransmitido em diversas mídias sociais, alcançando grande repercussão e vitimizando Benny. Conforme consta no processo nº 0600472-46.2022.6.19.0000, o denunciado fez uso da tribuna para proferir o seguinte discurso “o vereador homem de Niterói parece um ‘boizebú’ porque é uma aberração da natureza”. A fala de Amorim sustentou a denúncia da Procuradoria Regional Eleitoral do Estado, e teve como objetivo impedir e dificultar o desempenho do mandato da vereadora. O deputado tratou Benny, que é negra e travesti, como “boizebu”, “aberração da natureza”, “vereador homem de Niterói”, se tornou réu e foi condenado pela lei de violência política – Lei nº 14.192/21 a um ano e quatro meses de reclusão, convertida em prestação de serviços em entidade que acolhem pessoas LGBTQ+ e multa de 70 salários mínimos (PASSOS, 2024). Percebe-se que a visibilidade das pessoas trans só é reconhecida pela sociedade depois das inúmeras violências que elas sofrem, e muita das vezes por intermédio dos movimentos sociais que apelam por justiça, uma realidade que ainda persiste na vida dessas pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobreviver numa sociedade onde quase não se tem oportunidades não deve ser uma tarefa fácil, mas conforme as lições da escritora e artista interdisciplinar Jota Mombaça (2021) “Autodefesa não é só sobre bater de volta, mas também sobre perceber os próprios limites e desenvolver táticas de fuga, para quando fugir for necessário. É também sobre aprender a ler as

coreografias da violência e estudar modos de intervir nelas”. Sobre alguma dessas táticas, a vereadora Benny Briolly (2024) pontua que o mero resistir a incomoda, pois coloca os corpos no centro da adversidade, num lugar de gasto de energia gerado pela demanda trazida por alguém. E defende que o viver não deve ser determinado por outras pessoas, mas sim resistir a rótulos e formatos pautado na liberdade dos corpos, desejos e sonhos.

**Palavras Chaves:** Gênero, Humanidade, Política, Travesti, Violência.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, 2024 BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PASSOS, Gladston Oliveira dos. A violência política de gênero e o direito ao livre exercício político das mulheres trans e travestis: uma análise do caso Benny Briolly In: SOUZA, Luanna Tomaz de; CHAVES, Valena Jacob; NETO, Prudêncio Hilário Serra (org) **Estudos de casos em direito do trabalho e direitos humanos.** Campinas, SP: Lacier Editora, 2024.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das travestilidades.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias, Belo Horizonte: Autentica, 2022.

RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. **Transfeminicídios:** os assassinatos de travestis e mulheres transexuais na Paraíba. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

## MASCULINIDADES PLURAIS EM “NOVE NOITES”: DESAFIOS E RECONFIGURAÇÕES<sup>1</sup>

Marcus Antônio Assis Lima<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O romance *Nove Noites*, de Bernardo Carvalho (2006), ocupa um lugar singular na literatura brasileira contemporânea ao borrar as fronteiras entre o documental e o ficcional. Publicado em 2002, *Nove noites* se consolidou como um romance influente da ficção brasileira contemporânea, ao articular investigação pseudo-documental, memória e imaginação em torno do suicídio do antropólogo norte-americano Buell Quain entre os índios Krahô, em 1939. O livro ganhou prêmios importantes, como o Jabuti e o Portugal Telecom, e passou a ser referência nas discussões sobre hibridismos entre discurso literário, historiográfico, antropológico e jornalístico no Brasil dos pós-anos 1990. A trama investiga o suicídio real de Buell Quain, em 1939, sob a perspectiva de um narrador obcecado que busca, no passado alheio, as chaves para sua própria angústia. Contudo, para além da trama policialesca, o que emerge é uma profunda investigação sobre o “ser homem” e as falhas constitutivas da autoridade masculina ocidental.

Este artigo propõe analisar *Nove noites* como um espaço de encenação da crise das masculinidades, a partir da articulação entre duas chaves teóricas: a teoria dos sujeitos da linguagem de Patrick Charaudeau (2001;

- 1 Um resumo expandido deste artigo foi apresentado no GT 03 - Desobediências de gênero e dissidências sexuais: a literatura LGBTQIA, no VII Seminário Internacional Desfazendo Gênero (UFS), de 10 a 12 de 2025. A participação teve auxílio financeiro da CAPES via recursos PROAP 2025/PPGCEL/UESB.
- 2 Doutor em Estudos Linguísticos (POSLIN/UFMG), Professor Pleno (DFCH/UESB), atuando na graduação em Jornalismo e no Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL); coordenador do projeto de pesquisa “Uma literatura menor: (auto)biografias, queer-análise e narrativas LGBTQ+” e do Laboratório de Linguagem e Diversidade Sexual (LALIDIS). E-mail: malima@uesb.edu.br.

2025) e a teoria das masculinidades de R. W. Connell (2005), em especial a noção de masculinidade hegemônica e sua reformulação posterior com James Messerschmidt (2013). Tal escolha decorre de duas hipóteses de leitura: (a) o romance encena, no plano discursivo, uma multiplicidade de sujeitos de palavra que se desdobram entre instâncias enunciativas e posições sociais, produzindo efeitos de subjetividade fragmentada, e (b) essas subjetividades são atravessadas por disputas em torno do que significa ser homem — branco, estrangeiro, sertanejo, indígena, intelectual, pai, filho — em contextos marcados pelo colonialismo, pela ditadura varguista e pela modernidade tardia. A hipótese central é que o texto encena o colapso de uma masculinidade hegemônica — baseada no saber-poder e na racionalidade — ao mostrar como a construção dos sujeitos de linguagem no romance está intrinsecamente ligada à construção de masculinidades ambíguas, em crise e em deslocamento, de modo que uma leitura discursiva ilumina a geopolítica de gênero no texto e, reciprocamente, a lente das masculinidades complexifica a compreensão das estratégias narrativas mobilizadas

Para além disso, este trabalho explora o conceito multifacetado de “masculinidades”, distanciando-se de uma visão singular e homogênea do “ser homem” (Connell, 2005). Historicamente, a masculinidade tem sido construída e perpetuada por normas sociais, culturais e hegemônicas que moldam expectativas e comportamentos masculinos. Contudo, a compreensão contemporânea das masculinidades reconhece uma pluralidade de formas de ser homem, desafiando a noção de uma identidade masculina fixa e universal (Triviño, 2023).

A abordagem das masculinidades permite analisar como diferentes grupos de homens, em contextos sociais, econômicos e culturais variados, vivenciam e expressam sua identidade de gênero. Isso envolve considerar fatores como raça, classe, sexualidade, nacionalidade e idade, que interseccionam com o gênero para produzir diversas experiências masculinas. A “masculinidade hegemônica”, cunhada por R. W. Connell (2005), é um conceito central para compreender as configurações de poder que estabelecem certos ideais masculinos como dominantes, influenciando outras formas de masculinidade e feminilidade.

O estudo das masculinidades abarca também as transformações e tensões enfrentadas pelos homens na sociedade atual. Mudanças nos papéis de gênero, a crise de modelos tradicionais, o aumento da participação feminina em esferas antes predominantemente masculinas e as discussões sobre saúde

mental masculina são eixos que evidenciam a complexidade e fluidez das masculinidades (Connell; Messerschmidt, 2013). A análise das masculinidades pode auxiliar a desconstruir estereótipos prejudiciais, como a associação entre masculinidade e violência, e para promover reflexões sobre novas formas de interação social e afetiva, mais equitativas e menos restritivas para os homens (Aspiazú, 2019). Em suma, a compreensão das masculinidades como um conceito plural e dinâmico pode ser útil para as ciências sociais e humanas, contribuindo para uma análise mais completa das relações de gênero e para a promoção de sociedades mais justas e inclusivas (Triviño, 2023). Este tema oferece um vasto campo para pesquisas que investiguem as construções, performances e resistências masculinas em diferentes contextos, bem como os impactos dessas masculinidades na vida social e individual.

## CONTEXTUALIZANDO NOVE NOITES NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Nove noites integra um conjunto de obras brasileiras que, a partir dos anos 1990, apostam na mistura de registros — literário, jornalístico, memorialístico, ensaístico, documental — para problematizar a relação entre fato e ficção, verdade e invenção, arquivo e imaginação. No caso específico do romance de Bernardo Carvalho, o ponto de partida é um acontecimento histórico real — o suicídio de Buell Quain — reconstituído a partir de cartas, depoimentos, arquivos e viagens do narrador-jornalista, mas transfigurado por um ponto de vista confessadamente ficcionalizado.

A crítica tem identificado em Nove noites uma poética da incerteza, na qual o leitor é continuamente deslocado entre camadas de discurso que oscilam entre a promessa de apuração jornalística e a consciência de que “não conseguimos distinguir com clareza o que é realidade e o que não é, o que é investigação jornalística e o que é romance”. Esse jogo de indiscernibilidade aproxima o livro de outras experiências da literatura brasileira contemporânea que interrogam os limites das narrativas de vida e dos relatos de pesquisa (como em obras de Milton Hatoum e de outros autores voltados à memória e ao deslocamento), mas Nove noites radicaliza essa indagação ao colocar no centro justamente um antropólogo e um escritor-jornalista, isto é, dois profissionais da “narrativa legítima” sobre o outro. Ao mesmo tempo, o romance dialoga com uma tradição de representações do sertão, dos povos

indígenas e das expedições científicas na literatura brasileira, reelaborando criticamente tanto o legado do indianismo romântico quanto o olhar modernista sobre o interior do país. Em lugar de um sertão épico ou pitoresco, *Nove noites* apresenta espaços marcados por violência colonial, vigilância estatal, precariedade e suspeita, em que os encontros entre “homens de ciência” e populações indígenas são atravessados por relações de poder assimétricas, incompreensões e projeções fantasmáticas (Baú de Oliveira, 2019).

O autor, Bernardo Teixeira de Carvalho, nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de setembro de 1960, formou-se em Jornalismo na PUC-Rio, em 1983, e construiu carreira como jornalista e escritor, atuando, entre outros lugares, como editor do suplemento *Folhetim* e correspondente em Paris e Nova York para a *Folha de S. Paulo*. Além da graduação em Jornalismo, concluiu mestrado em Cinema na Universidade de São Paulo em 1993, o que ajuda a explicar a forte dimensão visual e a montagem fragmentária de muitas de suas narrativas (Biografia, 2021).

Sua estreia na ficção se deu com o livro de contos *Aberração*, publicado em 1993, seguido por romances como *Onze; Os bêbados e os sonâmbulos; Teatro; As iniciais; e*, posteriormente, *Mongólia e O sol se põe em São Paulo*, consolidando-o como um dos principais romancistas brasileiros do século XXI. *Nove noites*, publicado em 2002, representou um ponto de inflexão em sua trajetória: a obra lhe rendeu prêmios como o *Jabutí* e o *Portugal Telecom* e ampliou sua projeção nacional e internacional, ao mesmo tempo em que o inscreveu entre os autores que, segundo a crítica, abordam o indígena “no presente, numa visada realista, sem lirismo, sem utopia, sem identificação” (Colferai, 2015, p. 102).

A escrita de Carvalho é frequentemente descrita como marcada por personagens em busca de sentido, sujeitos deslocados, estrangeiros, viajantes, narradores pouco confiáveis e estruturas narrativas que tensionam as fronteiras entre relato factual e ficção, numa chave afinada à experiência subjetiva da contemporaneidade globalizada (Baú de Oliveira, 2019). Em entrevistas, o autor reforça esse interesse por zonas de indiscernibilidade, afirmando que *Nove noites* é “uma combinação de memória e imaginação — como todo romance, em maior ou menor grau”, o que se conecta diretamente à problemática dos sujeitos da linguagem aqui mobilizada. (AASP, 2019).

## SUJEITOS DA LINGUAGEM EM PATRICK CHARAUDEAU

A teoria dos sujeitos da linguagem de Patrick Charaudeau (2001; 2025) parte da ideia de que, para compreender um discurso, é preciso levar em conta a configuração dos sujeitos que nele se inscrevem, tanto no plano situacional quanto no plano enunciativo. Para o autor, não há um sujeito único, transparente e soberano de sua fala, mas uma multiplicidade de sujeitos que desempenham papéis diferenciados em função das condições sócio-históricas, institucionais e psicossociais de produção do dizer.

No chamado “circuito externo” situacional, Charaudeau distingue o sujeito comunicante (EUc) e o sujeito interpretante (TUi), concebidos como parceiros sociais concretos que ocupam posições institucionais, culturais e históricas específicas; no “circuito interno” discursivo, aparecem o sujeito enunciador (EUe) e o sujeito destinatário (TUd), isto é, os seres de fala que o texto “faz falar” e que encenam, no interior do enunciado, uma determinada imagem de si e do outro. Desse modo, o ato de linguagem sempre envolve uma encenação, na qual o EUc projeta uma imagem de si (EUe) e uma imagem do outro (TUd), ao mesmo tempo em que se relaciona com um parceiro real (TUi) situado em determinadas condições sociais.

Essa concepção permite pensar a subjetividade como efeito de discurso — como algo que se constrói na relação entre sujeitos, papéis, contratos de comunicação e enquadramentos genéricos — em vez de como expressão direta de uma interioridade pré-discursiva. Ao perguntar não “quem fala?”, mas “quem o texto faz falar?”, Charaudeau (2001) desloca o foco da autoria empírica para os lugares enunciativos ocupados pelas vozes que o discurso põe em cena, o que é particularmente produtivo para analisar narrativas literárias em que se sobrepõem narradores, remetentes de cartas, personagens e figuras autorais.

Aplicada a *Nove noites*, essa teoria permite desdobrar o narrador-jornalista, o remetente sertanejo das cartas, Buell Quain e outras figuras masculinas em diferentes sujeitos de linguagem que se encenam mutuamente — ora como EUe, ora como TUd —, refletindo e refratando posições sociais marcadas por nacionalidade, classe, raça e saber científico. O romance pode ser lido, assim, como uma arena em que múltiplos sujeitos discursivos disputam a legitimidade de narrar uma vida, um suicídio, um povo indígena e, em última instância, o próprio Brasil.

## MASCULINIDADES E MASCULINIDADE HEGEMÔNICA EM CONNELL E MESSERSCHMIDT

A teoria das masculinidades de R. W. Connell rompe com modelos de “papel sexual” e com concepções essencialistas de masculinidade, propondo entendê-la como configuração de práticas socialmente situadas, historicamente mutáveis e hierarquicamente organizadas. Em *Gender and Power* e em *Masculinities*, Connell defende a ideia de múltiplas masculinidades, articuladas a relações de poder, produção e cathexis, em contraste com a noção de uma identidade masculina única, fixa e universal.

Posteriormente, no artigo clássico *Hegemonic masculinity: rethinking the concept*, Connell e James Messerschmidt (2013) revisitam o percurso do conceito de masculinidade hegemônica, formulado nos anos 1980 e amplamente difundido em estudos de gênero, educação, saúde, criminologia e mídia. Os autores definem masculinidade hegemônica como o padrão de prática que legitima a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres, distinguindo-a de masculinidades subordinadas, cúmplices e marginalizadas, e enfatizando que se trata de uma forma relacional, construída em interações locais, regionais e globais.

A reformulação proposta por Connell e Messerschmidt enfatiza quatro pontos: a necessidade de um modelo mais complexo de hierarquia de gênero, com reconhecimento da agência de mulheres e grupos subordinados; a importância da geografia das masculinidades, articulando níveis local, regional e global; a centralidade da corporificação em contextos de privilégio e poder; e a dinâmica interna das masculinidades, marcada por contradições, conflitos e possibilidades de deslocamento. Longe de ser um tipo psicológico rígido ou um conjunto fixo de traços (agressividade, invulnerabilidade, heterossexualidade compulsória), a masculinidade hegemônica é entendida como um “padrão de prática” que pode ser encenado de modos diversos e até contraditórios, e que está sempre em disputa histórica.

Essa perspectiva permite ler as figuras masculinas de *Nove noites* como posicionadas em diferentes lugares da hierarquia de masculinidades: Buell Quain, sujeito branco, de classe média alta norte-americana, aluno de Franz Boas, encarna simultaneamente privilégios de raça, nacionalidade e saber científico e uma profunda instabilidade subjetiva que o afasta do modelo viril clássico; Manoel Perna, sertanejo humilde, constrói uma masculinidade

alternativa, marcada por cuidado, amizade e culpa; o narrador-jornalista oscila entre a adesão ao ethos racional de investigador e o reconhecimento de sua própria fragilidade e covardia diante dos Krahô; os homens Krahô, por sua vez, performam uma masculinidade indígena construída sob o peso da colonização, da precariedade material e da violência do Estado.

Além disso, a ênfase de Connell na pluralidade e na historicidade das masculinidades permite situar as crises de virilidade presentes no romance — o suicídio de Quain, o colapso psíquico de personagens masculinos, a falência moral do pai do narrador — como sintomas de reconfigurações mais amplas do “ser homem” no contexto da modernidade colonial e pós-colonial, atravessado por globalização, guerras, transformações nas famílias e nos papéis de gênero.

## OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR MASCULINIDADES EM NOVE NOITES

Aspiazú (2013), Gil Calvo (1997), Katz (2012) e Triviño (2023), enfatizam a pluralidade das experiências masculinas, a crise do modelo patriarcal tradicional, a invenção histórica da heterossexualidade e a necessidade de “desarmar” a masculinidade na era do feminismo. Esses aportes ajudam a enquadrar Nove noites num quadro mais amplo de problematização das identidades masculinas contemporâneas, especialmente no que diz respeito à tensão entre masculinidade hegemônica e masculinidades alternativas, bem como à ligação entre masculinidade, violência e saúde mental.

Artigos recentes sobre o romance (Colferai, 2015; Baú de Oliveira, 2019) destacam também sua reflexão sobre subjetividade e autoinvenção, mostrando como a obra problematiza os limites entre factual e ficcional na construção da imagem pública dos sujeitos, algo que se articula diretamente à questão das masculinidades como performances narrativas. Ao transformar pessoas reais em narradores ficcionais, o texto evidencia o caráter sempre mediado, editado e encenado das narrativas de vida, o que permite aproximar o trabalho de Carvalho das discussões sobre jornalismo de subjetividades e narrativas de si no campo dos estudos de discurso.

## METODOLOGIA

Adota-se, neste artigo, uma abordagem qualitativa de análise literária com orientação discursiva, entendendo o romance *Nove noites* como um corpus que condensa, em forma ficcional, discursos sobre ciência, nação, gênero, raça e sexualidade produzidos em diferentes épocas. A leitura é guiada pela teoria dos sujeitos da linguagem de Charaudeau (2001; 2025) e pela teoria das masculinidades de Connell (2005) e de Connell & Messerschmidt (2013), de modo a articular níveis enunciativos e socioculturais

O procedimento analítico consiste em: (1) identificar as principais instâncias de enunciação do romance (narrador-jornalista, remetente das cartas, vozes citadas de antropólogos, familiares, índios, etc.), descrevendo as posições de EUc, EUe, TUi e TUD em jogo; (2) mapear as figuras masculinas centrais (Buell Quain, Manoel Perna, o narrador, os homens Krahô, o pai do narrador, entre outros), analisando como suas práticas, afetos e conflitos se relacionam com modelos hegemônicos, subordinados, cúmplices ou marginalizados de masculinidade; (3) observar cenas e motivos recorrentes em que se manifestam crises de virilidade, rupturas identitárias, deslocamentos coloniais e reconfigurações de gênero; (4) confrontar essas leituras com a bibliografia crítica sobre o romance e sobre masculinidades.

Não se trata, portanto, de uma análise temática restrita (catálogo de “masculinidades” dentro da trama), mas de uma leitura que acompanha como o próprio dispositivo enunciativo do romance — alternância de vozes, cartas, depoimentos, viagens do narrador — produz sujeitos de linguagem masculinos marcados por fissuras e ambivalências, de modo que a forma narrativa é constitutiva da reflexão sobre masculinidades.

## O NARRADOR-JORNALISTA COMO SUJEITO ENUNCIADOR EM CRISE

O narrador principal de *Nove noites* é um jornalista que reconstrói, décadas depois, a história de Buell Quain, a partir de arquivos, entrevistas e viagens ao interior do Brasil, assumindo, no plano enunciativo, a posição de EUe que se apresenta ao leitor como investigador, mas que constantemente denuncia as lacunas, incertezas e projeções que perpassam sua própria narrativa. No circuito externo, esse EUe é produto de um EUc marcado pela experiência

de jornalista e escritor contemporâneo, situado num Brasil pós-ditadura, globalizado, que revisita o passado do Estado Novo e da antropologia boasiana sob a chave da suspeita e do desencanto.

Essa posição enunciativa se articula a uma masculinidade que, embora se beneficie de prerrogativas de classe, escolaridade e circulação internacional, não coincide com o modelo clássico do repórter viril, destemido e dominador; ao contrário, o narrador se confessa ansioso, temeroso, suscetível a vertigens e crises diante dos Krahô, e reconhece sua recusa em participar de certos rituais como “covardia” aos olhos dos índios. Em termos de Connell, trata-se de uma masculinidade que oscila entre a cumplicidade com a hegemonia (por sua posição de homem branco, letrado, produtor de discurso autorizado) e uma forma de “masculinidade em crise”, que evidencia as fissuras subjetivas do próprio observador.

Ao mesmo tempo, o narrador constrói um TUD — um destinatário implícito — que é interpelado como leitor cúmplice dessa investigação, alguém que compartilha a desconfiança em relação a versões oficiais e a curiosidade pelo segredo em torno do suicídio de Quain, mas que também é provocado a se inquietar com os limites éticos de narrar a vida do outro. O contrato de comunicação proposto pelo texto, descrito nos termos de Charaudeau, envolve, assim, um jogo de espelhos em que o sujeito que investiga é também objeto de investigação, o que reconfigura o lugar tradicionalmente masculino do jornalista como detentor de verdade.

Do ponto de vista teórico, a combinação entre a teoria dos sujeitos da linguagem e a teoria das masculinidades permite articular, em uma mesma grade de leitura, dimensões enunciativas e socioculturais: de um lado, os lugares de fala que o romance faz existir (EUc, EUE, TUi, TUD) e os contratos de comunicação que regulam a circulação da palavra; de outro, as posições de gênero que esses sujeitos ocupam em hierarquias de masculinidades marcadas por hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização. Essa articulação é particularmente adequada a um texto como *Nove noites*, que se constrói na fronteira entre literatura, jornalismo e antropologia, e que tematiza, ele próprio, a crise de autoridade de sujeitos masculinos autorizados a falar em nome de outros — o antropólogo, o engenheiro sertanejo, o jornalista, o pai, o homem branco diante dos povos indígenas.

No plano metodológico, a análise literária de orientação discursiva adotada aqui busca evitar tanto um formalismo descolado das relações de poder

quanto uma leitura exclusivamente temática das masculinidades. Ao descrever, em primeiro lugar, as instâncias enunciativas do romance, e, em seguida, mapear as figuras masculinas em termos das categorias de Connell e Connell & Messerschmidt, procura-se mostrar como forma e conteúdo se implicam mutuamente: Nove noites não apenas fala de homens em crise, mas encena discursivamente essa crise, fazendo vacilar o lugar de quem narra, de quem sabe e de quem tem legitimidade para converter vidas em narrativa. O procedimento de close-reading de passagens significativas — cartas, depoimentos, cenas de ritual entre os Krahô, descrições do pai do narrador, memórias do convívio de Quain com os Trumai — é, assim, orientado por perguntas que cruzam enunciação e gênero: quem fala? de onde fala? em nome de quem fala? contra quem fala? que modelo de “ser homem” esse dizer performa ou contesta?

### O NARRADOR-JORNALISTA: ENTRE EUC/EUE E A MASCULINIDADE EM CRISE

A primeira figura a ser considerada é o narrador-jornalista, que assume a tarefa de reconstituir, décadas depois, a história de Buell Quain, a partir de cartas, arquivos e entrevistas em Carolina e na aldeia Krahô. No circuito externo, ele é produto de um EUC situado: um jornalista e escritor brasileiro contemporâneo, formado em instituições de prestígio e inscrito num campo literário em que a mistura de registros (relato de viagem, investigação, memória, ficção) se tornou marca da produção pós-anos 1990. No circuito interno, esse EUC projeta um EUE que se apresenta como investigador cauteloso, consciente dos limites de sua apuração, narrador que explicita lacunas, incertezas e projeções pessoais, recusando a figura do repórter onisciente.

Esse sujeito enunciator se constrói, ao mesmo tempo, como homem em crise, tensionando o ideal de masculinidade jornalística, associado à coragem física, à frieza diante da violência e à autoridade epistemológica. Nas passagens em que relata sua chegada à aldeia Krahô, o narrador admite sentir vertigens na subida à torre da igreja, medo de participar de rituais indígenas e vergonha de sua própria covardia, tornando-se alvo de zombaria das mulheres Krahô, que o acusam de “frouxo”. Na perspectiva de Connell, trata-se de uma masculinidade que usufrui de privilégios de raça, classe e capital cultural — um homem branco, letrado, do “mundo dos brancos” a quem os índios pedem

dinheiro e favores na cidade —, mas que não realiza plenamente o modelo hegemônico de virilidade, deixando à mostra fragilidades, medos e culpas.

A construção do destinatário implícito (TUD) acompanha essa ambivalência: o leitor é interpelado como cúmplice de uma investigação crítica, alguém sensível à opacidade da verdade e às ambiguidades da memória, mas também como sujeito capaz de se inquietar com a maneira como o narrador transforma as vidas alheias em matéria romanesca. O contrato de comunicação proposto por esse EUE, na formulação de Charaudeau, desloca o lugar tradicionalmente masculino do jornalista como porta-voz da verdade para um lugar de sujeito dividido, que simultaneamente exerce e problematiza sua autoridade, encarnando, em termos de Connell, uma masculinidade cúmplice e em crise.

### MANOEL PERNA: MASCULINIDADE ALTERNATIVA E SUJEITO DA LINGUAGEM PERIFÉRICO

A figura de Manoel Perna, engenheiro de Carolina e amigo de Quain, chega ao leitor sobretudo por meio das cartas que envia a Heloísa Alberto Torres após o suicídio do antropólogo, e da reescritura ficcional que o narrador faz de sua voz. Do ponto de vista enunciativo, o EUE de Manoel é duplamente mediado: há um EUC sertanejo, homem de classe média local, que escreve a uma diretora de museu no Rio; há o EUE que emerge da materialidade dessas cartas; e há ainda o EUE reconfigurado pelo narrador-jornalista, que retoma e reencena suas palavras, inserindo-as em um novo contrato de comunicação com o leitor contemporâneo.

No plano das masculinidades, Manoel Perna encarna aquilo que a bibliografia recente tem chamado de masculinidade alternativa ou “nova masculinidade”, marcada pelo cuidado, pela empatia e pela centralidade dos vínculos afetivos. Sua relação com Quain é descrita como amizade intensa, feita de conversas noturnas, escuta atenta e compartilhamento de confidências, em contraste com a postura competitiva dos “intelectuais” de Carolina, mais preocupados em disputar prestígio simbólico na “Academia Sertaneja de Letras”. Perna é o único que acompanha o antropólogo em uma das nove noites de travessia e o único que, anos depois, sente o “peso do silêncio” e a culpa por ter enviado as cartas que talvez tenham precipitado o suicídio, o que revela uma disposição emocional que desafia o modelo hegemônico de autocontrole masculino.

Na chave de Connell, Manoel situa-se à margem dos polos hegemônicos: não é o intelectual cosmopolita, tampouco o patriarca autoritário, nem o “homem de ação” que domina pela força; sua prática masculina se aproxima mais de uma ética do cuidado, que se expressa tanto na atenção ao amigo estrangeiro quanto na tentativa de proteger os Krahô, depois do suicídio, pedindo a Heloísa que não os responsabilize, e mais tarde na morte trágica ao tentar salvar a neta. A posição de Manoel como sujeito da linguagem periférico — um EUC de “interior” que escreve a centros de poder no Rio e em Nova York, mediado pelo narrador — reforça essa figura de masculinidade subalterna, em que autoridade e vulnerabilidade se entrelaçam.

### **BUELL QUAIN: PRIVILÉGIO, DESAJUSTE E O COLAPSO DA HEGEMONIA**

Buell Quain comparece à narrativa sempre filtrado por outras vozes: cartas à mãe e a Ruth Benedict, depoimentos de Heloísa, memórias de Manoel Perna, registros de antropólogos, relatos de Krahô idosos e interpretações do narrador. Nessa multiplicidade de testemunhos, o EUC de Quain é um mosaico de sujeitos da linguagem que não se deixam reduzir a um único perfil: jovem etnólogo promissor, aluno de Boas, homem rico que quer parecer pobre, pianista e musicólogo, homem solitário que evita intimidade com os nativos, viajante que diz já ter visto “tudo no mundo” e não ter mais nada a fazer nele.

Sob a lente de Connell, Quain ocupa um lugar estratégico na hierarquia das masculinidades: como homem branco, estadunidense, de classe média alta, detentor de saber científico e inserido em redes transnacionais de poder acadêmico, ele encarna múltiplos privilégios ligados ao modelo hegemônico moderno — racionalidade, mobilidade global, autoridade epistêmica, acesso a recursos e ao corpo dos outros. Contudo, o romance insiste em sublinhar o desajuste entre esse lugar estrutural e a experiência subjetiva do personagem: sua obsessão em esconder a riqueza, o aparente nojo da vida burguesa, o desconforto com o papel de observador “civilizado” diante dos Trumai, a possível homossexualidade ou dissidência sexual sugerida em cartas, a fascinação por corpos masculinos indígenas e o tormento ligado à sexualidade.

O suicídio de Quain, após receber cartas de família, dilacerá-las e queimá-las, corta-se com gilete e se enforca na mata, funciona como cena-limite em que se condensam tanto o colapso de uma trajetória masculina hegemônica

quanto a impossibilidade de inscrever no discurso os motivos íntimos dessa ruptura. Do ponto de vista de Charaudeau, o que se vê é a falência de um sujeito da linguagem: Quain, que escrevia compulsivamente cartas e relatórios, termina por queimar as cartas recebidas e recusa deixar explicações legíveis; do ponto de vista de Connell, a masculinidade que ele encarna — entre o privilégio e a precariedade psíquica — expõe tensões internas à hegemonia, em que a exigência de coerência, autocontrole e produtividade masculina esbarra em crises familiares, afetivas e corporais que não encontram lugar no ideal normativo.

### OS HOMENS KRAHÔ: MASCULINIDADES INDÍGENAS E SUJEITOS DA LINGUAGEM SUBALTERNIZADOS

Os homens Krahô entram em cena quase sempre vistos de fora: primeiro por Quain, depois pelo narrador-jornalista, por antropólogos brasileiros e por agentes do Estado, o que significa que seu EUE é, em larga medida, construído a partir de um olhar branco que filtra suas práticas e afetos. No circuito externo, o EUE indígena é atravessado por uma posição histórica de subalternidade — povos afetados por políticas de tutela, violência fundiária, racismo institucional e envenenamento ambiental, como mostra o episódio do rio Vermelho contaminado por lixo hospitalar. No circuito interno, o romance faz falar homens Krahô em situações pontuais: rituais (corrida de toras, banhos coletivos, batismos), negociações econômicas com brancos, comentários jocosos sobre o narrador, pedidos de ajuda, discussões internas sobre famílias do “verão” e do “inverno”.

As masculinidades que emergem dessas cenas distanciam-se dos modelos hegemônicos urbanos: os Krahô aparecem como homens que dividem trabalho ritual e cotidiano entre si e com as mulheres, que participam de corridas e banhos coletivos, que chutam cachorros com violência, mas que também se envolvem em cuidados com crianças e no manejo de doenças que atravessam a aldeia. Do ponto de vista de Connell, trata-se de masculinidades marginalizadas em nível regional e global, uma vez que sua posição indígena, racializada e empobrecida os coloca na periferia da ordem de gênero dominante, ainda que, no plano local, possam exercer formas de hegemonia masculina sobre mulheres Krahô e sobre homens brancos que transitam pelo seu território.

A forma como o narrador descreve seu próprio batismo fracassado entre os Krahô é exemplar: ao recusar participar do ritual, ele é rotulado como covarde, “menos homem”, o que desloca, mesmo que provisoriamente, o eixo da hegemonia masculina — na aldeia, ser homem implica adesão a práticas e riscos coletivos que o visitante urbano não assume. Ao mesmo tempo, o desejo dos Krahô de obter roupas, dinheiro e ajuda do narrador revela a internalização de hierarquias coloniais e capitalistas, nas quais o homem branco citadino é visto como potencial mediador de recursos, ainda que seu corpo e sua coragem sejam ironizados. Assim, *Nove noites* dramatiza o encontro entre uma masculinidade indígena local, enraizada em práticas rituais e em relações de parentesco, e uma masculinidade globalizada, branca e letrada, explorando tanto as assimetrias de poder quanto as reconfigurações recíprocas entre elas.

## OUTRAS FIGURAS MASCULINAS: ECOS DA CRISE E VARIAÇÕES DA HEGEMONIA

Além do trio narrador–Manoel Perna–Buell Quain e dos homens Krahô, o romance introduz outras figuras masculinas que funcionam como variações e “ecos” da crise da masculinidade hegemônica: o pai do narrador, o pai de Quain (Eric Quain), o cunhado de Quain (Charles Kaiser), o fotógrafo Andrew Parsons e seu filho Schlomo, entre outros. O pai do narrador é descrito como homem que encarna uma masculinidade patriarcal tóxica — mulherengo, controlador, financeiramente abusivo, emocionalmente distante —, cuja presença espectral atravessa a formação do narrador e alimenta sua desconfiança em relação a modelos tradicionais de paternidade e autoridade. Em termos de Connell, trata-se de uma figura próxima da masculinidade hegemônica clássica, cujo poder se exerce por dominação econômica, sexual e afetiva, mas cujo legado é vivido pelo filho como fonte de sofrimento e dilemas éticos.

No caso de Eric Quain, pai de Buell, a biografia reconstruída pelo narrador indica um médico de sucesso, pioneiro da cirurgia moderna, mas também um homem que protagoniza um longo casamento infeliz, seguido de divórcio aos quase setenta anos, e que se mostra mais preocupado com dinheiro do que com o luto pela morte do filho. Já o cunhado de Buell, potencial destinatário de uma das cartas de despedida, surge como figura ambígua, em torno da qual o narrador especula possíveis traições e tensões familiares sem jamais chegar

a conclusões, reforçando o caráter opaco das relações masculinas no interior da família Quain. Em ambos os casos, a masculinidade paterna aparece como lugar de poder e, ao mesmo tempo, de falha: homens que ocupam posições de prestígio social, mas que deixam atrás de si rastro de ressentimentos, silêncios e segredos que o romance apenas insinua.

A história de Andrew Parsons e de seu filho Schlomo, por sua vez, oferece uma variação significativa: Andrew, fotógrafo que talvez tenha conhecido Quain, tem um filho que cresce em contexto de ausência paterna e de “história familiar não convencional”, o que faz com que Schlomo, já adulto, saia em busca da verdade sobre o pai e sobre sua própria origem. Essa busca espelha a do narrador em relação a Buell e a seu próprio pai, sugerindo que a crise de referência paterna — e, por extensão, da masculinidade hegemônica ligada à figura do pai — é uma experiência compartilhada por diferentes homens em geografias e gerações distintas. Do ponto de vista de Charaudeau, esses personagens operam como sujeitos da linguagem que fazem circular discursos sobre paternidade, herança e dívida, sem que se estabilize uma resposta, reforçando a dimensão de incompletude que atravessa o romance.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de Nove noites à luz da teoria dos sujeitos da linguagem e da teoria das masculinidades permite afirmar que o romance de Bernardo Carvalho não se limita a tematizar crises individuais de homens específicos, mas elabora, em sua própria forma discursiva, uma reflexão sobre as condições contemporâneas de enunciação masculina. Ao distribuir a palavra entre um narrador-jornalista vacilante, um engenheiro sertanejo culpado, um antropólogo estrangeiro em colapso, homens Krahô negociando entre rituais e sobrevivência material e figuras paternas marcadas por falhas e silêncios, o texto constrói um campo de forças em que nenhuma masculinidade se apresenta como estável ou autossuficiente.

Nos termos de Charaudeau, o romance encena uma multiplicidade de sujeitos de linguagem que se interpelam e se desautorizam mutuamente, desestabilizando a figura tradicional do EUC masculino como sujeito soberano do discurso científico, jornalístico ou literário. Em vez de um narrador que domina plenamente o objeto, o que se vê é um EUC que expõe sua ignorância, seus medos e seus desejos, e que frequentemente reconhece que “a verdade

depende apenas da confiança de quem ouve”, abrindo espaço para a dúvida, a ficcionalização e o fracasso da explicação. Essa configuração sugere que a crise dos sujeitos da linguagem masculinos não é apenas temática, mas estrutural, ligada à impossibilidade de sustentar, sem fissuras, o contrato moderno de transparência e controle do dizer.

Já sob a perspectiva de Connell e Connell & Messerschmidt, *Nove noites* pode ser lido como um estudo de caso narrativo da pluralização das masculinidades: nele se articulam masculinidades hegemônicas (pais médicos, patriarcas, intelectuais), subordinadas (homens indígenas, possíveis homens homossexuais), cúmplices (narrador-jornalista que usufrui privilégios sem encenar plenamente a hegemonia) e alternativas (Manoel Perna e sua ética do cuidado), sempre em relação a contextos históricos e geográficos específicos. O suicídio de Buell Quain, a ruína ética do pai do narrador, a precariedade dos homens Krahô diante do Estado e do mercado e a culpa persistente de Manoel podem ser vistos como sintomas de um momento histórico em que modelos tradicionais de virilidade entram em choque com transformações nas relações de gênero, com deslocamentos coloniais e com a crescente problematização da autoridade masculina.

Ao costurar essas trajetórias individuais com debates teóricos sobre sujeitos da linguagem e masculinidades, o artigo procura mostrar que *Nove noites* ocupa um lugar singular na literatura brasileira contemporânea: é, ao mesmo tempo, romance de investigação, exercício de autoinvenção narrativa e crítica às formas modernas de autoridade masculina nas ciências humanas e no jornalismo. Desse modo, a obra contribui para desnaturalizar a ideia de uma masculinidade monolítica e para evidenciar como, na prática discursiva, os modos de ser homem são sempre encenados, negociados e potencialmente reconfigurados, abrindo espaço para leituras que aproximem estudos literários, análise do discurso e estudos de gênero em uma perspectiva interseccional e historicizada.

## REFERÊNCIAS

AASP. Café Pauliceia: entrevista com o autor Bernardo Carvalho. 2019. Disponível em: <https://www.aasp.org.br/em-pauta/cafe-pauliceia-bernardo-carvalho/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

ASPLAZÚ, J. ¿Qué hacemos con la masculinidad? ¿Reformarla, abolirla o transformarla?

**Pikara Magazine**, 2013. Disponível em: <<https://www.pikaramagazine.com/2013/03/%C2%BFque-hacemos-con-la-masculinidad-reformarla-transformarla-o-abolirla/>>. Acesso em: 21 jan. 2026.

BAÚ DE OLIVEIRA, Joanita. “A arte da autoinvenção no romance Nove Noites”. **Revista Intelléctus**, v. 18, n. 1, p. 2-21, 2019. Disponível em: <<https://portal.amelica.org/ameli/journal/802/8024732010/html/>>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BIOGRAFIA de Bernardo Carvalho. Brasil Escola, 2021. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/literatura/bernardo-carvalho.htm>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CARVALHO, B. **Nove noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHARAUDEAU, P. “Uma teoria dos sujeitos da linguagem”. In: MARL, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs.). **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Disponível em: <[https://www.letras.ufmg.br/padrao\\_cms/documentos/nucleos/nad/CHARAUDEAU%20-%20Uma%20Teoria%20dos%20sujeitos%20da%20Linguagem.pdf](https://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/nad/CHARAUDEAU%20-%20Uma%20Teoria%20dos%20sujeitos%20da%20Linguagem.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CHARAUDEAU, P. **O sujeito falante em Ciências da Linguagem**. São Paulo: Contexto, 2025.

COLFERAL, SANDRO A. “Ficção e realidade em Nove Noites, de Bernardo Carvalho”. **Revista Igarapé**, Porto Velho, v. 1, n. 5, p. 99-111, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/download/1278/1479/5473>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CONNELL, R. W. “Masculinidades, colonialidad y neoliberalismo”. **Viento Sur**, Madrid, 2013. Disponível em: <<https://vientosur.info/masculinidades-colonialidad-y-neoliberalismo>>. Acesso em: 21 jan. 2026.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005. Disponível em <https://genderandmasculinities.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/02/robert-w-connell-masculinities-second-edition-3.pdf>. Acesso em 21 jan. 2026.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. “Hegemonic masculinity: rethinking the concept”. **Gender & Society**, Thousand Oaks, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.

Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?format=html&lang=pt>. Acesso em 21 jan. 2026.

GIL CALVO, E. **El nuevo sexo débil: los dilemas del varón posmoderno**. Madrid: Temas de Hoy, 1997.

KATZ, J. N. **La invención de la heterosexualidad**. Ciudad de México: Me cayó el veinte, 2012.

TRIVIÑO, B. R. **Desarmar la masculinidad: los hombres ante la era del feminismo**. Madrid: Catarata, 2023.

# SABERES DES CORPES (IN)VISÍVEIS PARA PRODUZIR FUTUROS OUTROS: REFLEXÕES SOBRE NÃO-BINARIEDADE, DIREITO E EDUCAÇÃO

Mari Costa de Chirico<sup>1</sup>

Caê Mello<sup>2</sup>

Lucas Silva Dantas<sup>3</sup>

## AS SIMILARIDADES DO NOSSO ENCONTRO

Os espaços de coletivização têm sido de importância fundamental para os movimentos sociais se estabelecerem e proporem a construção de políticas reparatórias para populações marginalizadas/subalternizadas. Nesse sentido, este trabalho não foge a esse exercício do juntar-se, do confeccionar nós; foi na última edição deste mesmo Seminário Desfazendo Gênero, em 2023, que os três corpos que tecem essas reflexões se conheceram. Então, já de início é preciso estabelecer que os territórios propícios para pessoas trans circularem e trocarem conhecimento são de fundamental relevância para a construção coletiva de saberes e proposições de mudança social nas mais diversas áreas.

Este encontro é resumo (e resultado provisório) de muitas discussões - das mais às menos formais - que tivemos nos últimos dois anos. Dos congressos que habitamos, às praias e bares que dividimos. Das conversas nos meets e zaps, até as passeatas e manifestações. Relações que se estabelecem a partir de muitos afetos e que também cavam e re-produzem ciência. Estabelecemos aqui um exercício de transcrição de um conhecimento muitas vezes oral,

1 Doutorande pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da USP/SP, mari.costa@usp.br

2 Doutorando no Programa de Sociologia e Direito da UFF/RJ, caegmello@gmail.com

3 Doutoranda em Educação: História, Política, Sociedade da PUC/SP, lucaseducadore@gmail.com

sentido, experienciado de formas que os saberes da academia tradicional não conseguem alcançar. Um esbarramento de três experiências que decidem se encontrar nos meios dos caminhos. Mari, uma pessoa professora da educação básica - e quase morrendo por isso -, que pesquisa políticas públicas, literatura e educação. Lucas, pesquisadora, educadora, artista e ativista, que pesquisa sobre o movimento LGBTI+, educação, Não Binariedade e Transcestralidade, como forma de se manter viva e encantada nessa terra do (des)encanto. Caê, pesquisador e advogado, que estuda temporalidades trans, acesso a direitos e construção de políticas públicas.

De nossas similaridades, se encontram nossas identidades trans não binárias, apesar de cada uma ter processos de construção identitária únicos e diferentes entre si. De certo essas não são as únicas identidades - ou marcadores sociais - que carregamos, e aqui cabe demarcar que somos corpos brancos. Também nos converge o fato de sermos habitantes-sobreviventes da academia, e aqui tentaremos sintetizar essas convergências da vida que se tornam também de pesquisa: o que significa habitar corpos que não são compreendidos pela diferença sexual (estabelecida pelo colonialismo-colonialidade), e que portanto não são compreendidos pelos termos legais e jurídicos sob os quais nossa sociedade é balizada? E ainda outra questão: a partir dessa aridez de representações desses/nosses corpos dentro da lei, como as políticas educacionais interferem na criação de futuros para essas/nossas pessoas/populações?

## SER TRANS VEM ANTES DA LEI COLONIAL

A partir da pesquisa de diversas pessoas e comunidades lgbti+ tem se estabelecido um forte lastro histórico que remontam às existências fora do que hoje nomeamos com cisheteronorma. São muitos exemplos em pesquisas como a de Jesus (2019), Nyn (2020), Morando (2020), que recontam narrativas registradas desde o século XV sobre nossas populações, e também revelam seus respectivos processos de opressão a partir da invasão portuguesa. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a lgbti+fobia é construída - e atrelada ao racismo - como proposta de dominação do projeto colonial. A ideia de família nuclear é importada da Europa e imposta à identidade nacional brasileira (Munanga, 1999) apesar dos muitos outros modos de vida das populações que já habitavam nossas terras, ou terras das quais foram sequestradas. Logo, o

primeiro ponto de nossa argumentação é que a existência de pessoas que não se reconhecem nos parâmetros de mulher/homem ocidentais hegemônicos é anterior aos dos sistemas ocidentais de governança que se estabeleceram em nossa sociedade.

Nesse sentido, Rita Segato, traz uma discussão complexa ao analisar a perspectiva ocidental e a aplicação da Lei Maria da Penha em contexto indígena, onde os conceitos de gênero ocidentais não conseguem simplesmente serem transpostos para comunidades que trazem outras experiências e relações em suas construções sociais.

*Em meio a esta nova situação – nova e progressiva para muitos povos expostos a um permanente e diário processo de conquista e colonização –, as lutas por direitos e políticas públicas inclusivas e inclinadas à equidade são próprias do mundo moderno, naturalmente, e não se trata de nos opormos a elas, mas sim de compreender a que paradigma pertencem e, especialmente, entender que viver de forma descolonial é tentar procurar brechas em um território totalizado pelo esquema binário, que consiste possivelmente no instrumento mais eficiente do poder. (SEGATO, 2012: 126)*

Para a pesquisadora, o binarismo é característica da colonização, que estabelece um UM universal para transformar todo resto em resto. A falta de fluidez proposta pela lógica binária faz com que essas políticas contemporâneas de reparação se estabeleçam a partir da criação de parâmetros - caixas como “mulheres” “homossexuais”, “transgêneros”, etc - para circunscrever os sujeitos alvos de tais políticas.

Essa análise é interessante porque explicita algumas contradições nesse exercício de criação de caixas em busca de reparação. A própria autora assinala a importância de não se opor a essas políticas, e o ênfase num contexto que o facismo tem imposto retrocessos assustadores e uma agenda anti-gênero necropolítica. O que nos cabe é entender o complexo cenário em que nascem esses caminhos para reparações legais, para alargá-las, complexificá-las.

Hoje, em alguns estados no Brasil é possível fazer a retificação de gênero para não binário. Também é comum a circulação de notícias de pessoas que conseguiram esse tipo de retificação de gênero via processo judiciário. Há autorizações esparsas e distintas entre as unidades federativas, algumas obtidas pela via judicial (RJ, PI, SP, AL, CE, PR e PE) e outras por meio de

provimentos da CGJ executados em cartório (BA, RS, PB e DF). Em maio de 2025, a Terceira Turma do STJ, por meio do REsp nº 2135967/SP, validou a inclusão do gênero “neutro” no registro civil. Ainda não é possível prever o efeito desse precedente enquanto formador de jurisprudência. Além disso, em todos esses casos, a retificação se limita à certidão de nascimento e ao registro geral (RG), sem alcançar integralmente os demais documentos oficiais e sem alteração do gênero constante no CPF, mantendo o designado ao nascer. Essas são conquistas muito importantes, embora limitadas: em um sistema de direitos/deveres pautado na diferença sexual para a manutenção de papéis sociais, os corpos fora desses eixos permanecem invisíveis.

De certa forma, nossos corpos deflagram a insuficiência na separação dos nossos sistemas legais por gênero. E essas lacunas são experienciadas nos processos de pessoas trans independente de suas identidades. Um amigo - homem trans - de mais de trinta anos foi tirar sua carteira de reservista e teve que pagar uma multa por ter realizado alistamento depois dos dezoito. Se de uma forma o sistema, trocando o prefixo sis por cis fazendo relação direta a cisgeneridade compulsória, obriga a pessoa trans que retifica seus documentos para o masculino a passar por esse ritual que pode ser extremamente vexatório dentro do exército, esse mesmo sistema pune o corpo trans como se fosse cis por ter perdido o prazo.

Os exemplos são muitos e cada arranjo legal requer análise própria para identificação de suas limitações e possibilidades de alargamento. Essa questão do exército, por exemplo, não deveria ser obrigatória para nenhuma pessoa trans. Ou poderíamos radicalizar o pensamento e questionar qual é a função social do exército e por que ele é estabelecido como um órgão majoritariamente masculino, a ponto de tornar a inscrição obrigatória para qualquer homem.

Não caberia, pelo tempo-espço aqui, discutir todos os campos da lei que envolvem a diferença sexual como parâmetro, porque cada um se ampara em uma lógica específica que necessita complexa análise. Mas ficam de exemplo alguns casos legais que se pautam na diferença sexual para se estabelecerem: a própria Lei Maria da Penha, as regulamentações de aposentadoria, direitos de saúde e de maternagem/paternagem, a organização do sistema prisional, entre muitos outros que nos mostram que o mundo moderno, ocidental e colonial foi organizado de uma forma cisgênera, binária, heterossexual, sem a possibilidade de integração a qualquer existência fora da binariedade e da cisgeneridade as suas estruturas, formas, poderes e organizações do mundo.

No limite, é como se dissessem: o mundo não é para vocês. E neste sentido cabe a sentença, se não sairemos do mundo então nós vamos transformá-lo, e essa história começa na infância, na educação, no terreno que o facismo treme quando ousamos entrar.

## DESTRUIR A NORMA QUE VIGIA O BERÇO

Favero (2020) trata de uma estratificação etária a construção da criança como categoria moral, que responsabiliza os pais a encaixarem seus filhos em roteiro clínico, os culpando por repercussões possíveis do contrário. Observa-se uma ansiedade normativa acionada para desautorizar a infância de dúvidas, vacilos ou arrependimentos (FAVERO, 2020), ou seja, garantir, desde a infância, a estabilidade e permanência, rumo ao percurso cisgênero.

Com a CID-11, a incongruência de gênero foi dividida em HA61 (infância) e HA60 (adolescência e fase adulta), diferenciadas por critérios temporais. Em paralelo, o DSM formalizou a Disforia de Gênero na Infância (DGI). Essa segmentação cria uma categoria específica de transgeneridade infantil que, em vez de ampliar a diversidade, reforça uma lógica de estabilidade cisnormativa e de transexualidade linear. Nesse contexto, alguns ambulatorios especializados concentram-se em tratar crianças trans\* com o objetivo de “corrigir” ou “desligar” traços que, segundo esse modelo, deveriam desaparecer antes da vida adulta.

Favero (2019) alerta sobre a intensa capitalização dos procedimentos e a complexidade do aumento de procedimentos iniciados na fase da infância, pela preferência do cuidado de crianças trans\*, quase como se fosse um tratamento, retornando a uma ideia de patologização e beneficiando financeiramente profissionais da medicina e indústria farmacêutica. Além disso, é possível observar nos últimos tempos uma série de ações, projetos e articulações com o objetivo de retroceder direitos trans conquistados nos últimos anos.

Temos como exemplo o retrocesso normativo imposto pela Resolução CFM nº 2.427/2025, que proibiu o uso de bloqueadores hormonais por crianças e adolescentes trans e travestis, aumentando a idade mínima de 16 para 18 anos para iniciar a reposição hormonal cruzada, além de aumentar de 18 a 21 anos os procedimentos cirúrgicos afirmativos de gênero para pessoas trans e travestis quando causarem esterilidade. Também destacamos: o PL

5421/202 que proíbe a presença e participação de menores de 18 anos nas paradas LGBTQIA+ no país.

Em 2023, no julgamento da ADI 7.019/RO, o STF decidiu que norma estadual que proíbe modalidades de uso da língua portuguesa invade a competência legislativa da União — entendimento aplicado depois nas ADIs 7.644/AM e 6.925/SC. Em 2025, ao analisar as ADPFs 1162 (Porto Alegre), 1158 (Muriaé) e 1164 (São Gonçalo), o Tribunal reafirmou que qualquer norma estadual ou municipal sobre a língua portuguesa é formalmente inconstitucional por usurpar atribuição federal — tese seguida em mais 14 ADPFs. Paralelamente, tribunais estaduais em Alagoas (ADIs 5.580, 5.537 e 6.038) e diversas comarcas (ADPFs 461, 600, 465, 467 e 457) declararam formal e materialmente inconstitucionais leis que vedam o ensino sobre gênero e orientação sexual, por violarem a proteção integral de crianças e adolescentes. Por isso, Preciado (2020) nos alerta que:

*Não nos enganemos. Os manifestantes nacional-católicos franceses não estão defendendo os direitos da criança. Estão protegendo o poder de educar seus filhos segundo a norma sexual e de gênero, como supostos heterossexuais, concedendo-se o direito de discriminar todas as formas de dissidência ou desvio. O que é preciso defender é o direito de todo corpo - independentemente de sua idade, de seus órgãos sexuais ou genitais, de seus fluidos reprodutivos e de seus órgãos gestacionais — à autodeterminação de gênero e sexual. O direito de todo corpo de não ser educado para transformar-se exclusivamente em força de trabalho ou força de reprodução. É preciso defender o direito das crianças, de todas as crianças, de serem consideradas como subjetividades políticas irreduzíveis a uma identidade de gênero, de sexo ou de raça. (p. 73).*

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A PRODUÇÃO DE FUTUROS OUTROS**

Nosso esperar de volta para as rupturas não-binárias, em sua potência observadas no ambiente educacional na infância e em ocupação de espaços por pessoas adultas. Rupturas não-binárias que buscam transver o mundo e esgarçar os limites, as barreiras, as fronteiras, desnutrir de força a transfobia e todos os seus delírios de patologização, restrição e amarração das nossas identidades. O caráter subversivo de dissidências de gênero tem sido

contido desde a infância, via práticas educacionais, intervenções psicológicas e psiquiátricas, enquanto na fase adulta a retificação de gênero não-binária mantém a assimilação à dicotomia homem e mulher. Por isso, a saída que cremos que seja capaz de resolver esse enrosco colonial, é investir nas políticas educacionais, nos direitos LGBTI+ que levem em consideração a integralidade dos nossos movimentos, o direito de existir - desde a infância - fora da régua de uma norma que nos mede/mata o tempo inteiro.

**Palavras Chaves:** Não Binariedade, Educação, Direitos LGBTI+, Infâncias, Políticas Públicas.

## REFERÊNCIAS

FAVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis**. 1ª ed. Salvador: Editora Devires, 2020. JESUS, J. G. de. **XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA**.

Revista Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MORANDO, Luiz. **Ser homem trans no Brasil no começo do século XX: o caso Dorival Reple**. In: PRADO & FREITAS (orgs). *Travestilidades em diálogo na pista acadêmica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NYN, J. **Tybyra: uma tragédia indígena brasileira**. Tyryrá: ymã mba'e wai nhandewa regwa pindó reta-re. Ilustrações de Denilson Baniwa. São Paulo: Selo do burro, 2020. 110 p.

PRECIADO, P. B.. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

SEGATO, R. L. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. E-cadernos CES, n. 18, 2012.

## ESCREVIVÊNCIAS EM TRANSE: CORPOGRAFIAS E NECROEMPODERAMENTO NO ROMANCE CRIMINAL DE AUTORIA FEMININA

Manuela Rodrigues Santos<sup>1</sup>

A transescrita é sobre se autoescrever para conseguir se enxergar de fora a partir da compreensão de que o eu é um outro que se realiza em uma relação dialógica consigo e com o mundo. Ao fabular um mundo de fantasia, Bruna Sofia Morsch, na criação de Van Ella Citron (2017), constrói uma ficção de si que não é nem verdadeira, nem falsa, apenas um fora que só se realiza através de si na ânsia de experimentar outros modos de dizer-se. Assim, ao transmutar-se em Van Ella, a escritora opera no jogo de sua presença-ausência na obra, permitindo-lhe sonhar, delirar um mundo que revela a êxtase e a devastação de habitar o feminino, bem como a necropolítica que o circunda. Sua trama, situada em Metropolis, centro urbano da Ilha das Viúvas, é a seguinte: Van Ella Citron – uma travesti e profissional do sexo – narra suas aventuras em um universo construído sob a égide do narcotráfico, dos cassinos e da prostituição onde os corpos são amassados pela violência e pela corrupção. Assiste-se à sua jornada na luta para existir e resistir sendo travesti e puta em um mundo fundado na exploração dos corpos e da vida. Em uma trajetória que vai da mera iniciante na profissão até tornar-se a maior heroína entre as prostitutas da Ilha das Viúvas.

Fabular a partir da imaginação, então, reitera a potência de sua escrita como lugar de autoafirmação de suas singularidades como sujeita-mulher-travesti; ao mesmo tempo em que realiza uma espécie de escrevivência em transe, um ritual que opera uma série de estados entre incorporação, imaginação, memória, experiência e voo extático. Como consequência, evoca-se

1 Doutora em Literatura do Instituto Federal de Sergipe – IFS, manuela.rodrigues@ifs.edu.br

uma escrita lasciva e visceral com palavras-metralhadoras que abrem caminho para pensar as dores e as delícias de habitar o feminino, os caminhos de acesso a sua própria feminilidade e sexualidade, a experiência de se perceber sujeita que sabe e não sabe de si, a liberdade em um contexto em que as subjetividades são forjadas nas violências quotidianas e nas lutas para seguir existindo apesar do mundo.

Além de elaborar uma crítica aos meandros do sistema moderno-colonial neoliberal no qual “a destruição do corpo se converte em produto, em mercadoria. Assim, a acumulação só passa a ser possível por meio da contabilização do número de mortos, já que a morte se tornou o negócio mais rentável” (Valencia, 2024, p. 25). Tudo isso, por meio de uma voz doce com pensamentos ácidos que se vai ecoando enquanto toma seu café fort. Registro precário da captura de um movimento e, portanto, necessariamente tremido, embaçado, desfocado, impreciso.

Por um lado, emerge uma existência agridoce que se materializa em seu próprio nome: Van Ella = vanilla (baunilha em inglês) + Citron (limão em francês). Duas sensações diferentes que convergem numa mesma trilha: sua corpa-política. Por outro, apresenta o ambiente noturno e de êxtase em que vive. Um espaço no qual as políticas do desejo levam seus habitantes a se entregarem gozosamente à vida. É o cenário dos grandes centros urbanos e seus paradoxos: luxo, glamour, multidão; mas também miséria, exploração, hiperconsumismo, “onde uns são melhores e outros piores” (Morsch, 2017, p. 17); nos quais se articulam diferentes formas de poder, dentre elas as engendradas pelo crime.

Neste aspecto, Van Ella Citron configura-se como um romance criminal de autoria feminina centrado no mundo do crime e na crueza no exercício da violência que obedece a uma lógica no interior do neoliberalismo e de suas formas de captura dos corpos e da vida. Para Soler (2015), as configurações do romance criminal de autoria feminina operam novos caminhos na representação literária da violência narrada por mulheres seja para evidenciar os corpos forjados na violência; seja ao apresentar mulheres em sua capacidade de atuar com violência. Para Mombaça, tornamo-nos agentes de violência porque “todas fomos inscritas numa guerra aberta contra nossa existência e a única forma de sobreviver a ela é lutar ativamente pela vida” (Mombaça, 2021, p. 79).

Em termos narrativos, tem-se uma narradora autodiegética e filosófica para quem contar/narrar assemelha-se ao ato sexual, reiterando a potência da intimidade que estabelece com o leitor, materializado pela presença do narratário, um “tu” diante de quem ela parece realizar um striptease íntimo ao relatar sua vida e ao refletir sobre o mundo. Sua ironia ácida e sua doçura entrelaçam-se na construção dessa voz que, por entre ações, angústias e violências, narra sua dupla metamorfose: de universitária à puta e, posteriormente, de mera iniciante na profissão à maior heroína entre as prostitutas da Ilha das Viúvas.

Essa dinâmica também impacta a estrutura da obra que revela formas mais fugitivas e performáticas que desembocam em um vai e vem sensual entre presente e passado, reiterado pelo uso de analepses; bem como no emprego de uma introdução reflexiva que antecede a história principal, evocando, com isso, uma conspiração de vida, sentimentos, desabafos, críticas sociais a partir de sua cosmopercepção, coisas que estão dentro e fora de seu controle.

Estabelecem-se relações íntimas entre corpos e linguagem, entre caminhos e as múltiplas formas de trilhá-los.

*Por favor, entra. Escolhe tua poltrona. O quarto está bagunçado, me desculpe, caso isto seja inconveniente. Eu não sei da tua intimidade comigo, mas da minha, contigo, espero que não te importes com a minha lingerie, porque não podes negar que, eu, aqui, conto a minha história e, em subsequência, me entrego. A linguagem é simbólica. [...] É tão gostoso ser propriedade de si, ser quem se distingue, se destaca. Como é difícil ficar consigo. A necessidade do outro é inerente aos humanos. O que é meu? O que é do outro? Isto se perde. [...] Nunca houve palavras condizentes com as minhas fragilidades. [...] Tive de buscar o amor e encontrar o ódio para que, assim, eu tivesse a mera consciência da explosão que pude causar. Assim, mais uma vez, peço para imaginar um flashback da minha vida (Morsch, 2017, p. 82-83).*

Constrói-se um pacto de intimidade responsável pelas condições necessárias para que juntas, de alguma maneira, possa fazer essa viagem rumo ao desconhecido de nossa existência em um mundo forjado pelo necropoder. O que une narradora e narratário é a certeza de que, a final, o que há são apenas seres humanos e suas travessias frente ao absurdo da existência e da efemeridade do tempo: “Vivemos em uma rota eterna, o destino é sempre

fantasia. Ah, sim. Desculpe, nem tão eterna. Sabes. Estamos no mesmo barco” (Morsch, 2017, p. 09). Porém, apesar das marcações violentas, é a vida que se reafirma, mesmo em suas dimensões mais duras que desfazem e refazem a nossa experiência no mundo, pois “cada vez que a travessia é possível, o mapa de uma nova sociedade começa a ser desenhada, como novas formas de produção e de reprodução da vida” (Preciado, 2020, p. 32).

## METROPOLYS: A CAPITAL GORE DO DEVIR-ENDRIAGO

A cidade, por sua vez, tem um papel fundamental no romance criminal, pois tanto é lócus do inesperado, caótico, contraventor; quanto do esperado, ainda que aterrorizador e sangrento. Aqui, Metropolys é o centro urbano da Ilha das Viúvas, localizada próxima ao misterioso Triângulo das Bermudas. A fascinante, elétrica e agitada cidade onde “a vida é louca. O amor, passional. As pessoas, selvagens” (Morsch, 2017, p. 11) e que foi estruturada sob a égide do que Sayak Valencia (2024) chama de capitalismo gore, uma nova configuração do capitalismo cuja lógica é marcada por uma mercadoria encarnada literalmente pelo corpo e pela vida humana através do uso espetacular da violência como ferramenta de necroempoderamento. A Ilha das Viúvas é esculpida por essa nova forma do capitalismo no qual o capital se apropria da própria vida e captura o desejo. Desenha-se, portanto, uma paisagem econômica, sociopolítica, simbólica e cultural afetada e reescrita pelo narcotráfico e pela prostituição que não só atravessam os diferentes modos de existir de seus habitantes; mas também estruturam um Estado paralelo, hiperconsumista e violento que integra o cumprimento literal das lógicas mercantis e estabelece a violência como ferramenta de empoderamento. É também nesse espaço que se vê claramente quais as regras de sobrevivência são necessárias para resistir a um contexto no qual a corrupção humana chega ao seu limite máximo e “os corpos, os sujeitos, a carne se tornam centro, mercadoria, troca” (Valencia, 2024, p. 86).

Martino Grey [antigo governador] havia investido pesadamente no tráfico de drogas e prostituição, visto que eram os serviços que faziam o dinheiro circular na ilha. As campanhas solidárias promovidas na época nada mais eram uma boa máscara para a aprovação e o voto do povo. A violência havia aumentado, a transmissão de doenças sexualmente

transmissíveis também. A ilha estava uma calamidade. Única forma de apaziguar violência e doença? Cuidar dos responsáveis por isso. Teoricamente, os traficantes cessaram a violência e as prostitutas procuraram tratamento. Houve um acordo e mais campanhas solidárias. Na verdade, o senhor Grey os havia contratado para participar do fluxo lucrativo da ilha, num esquema ilegal e corrupto. [...] O plano deu certo. Os grandes negócios se reergueram e o fluxo do capital aumentou. O que não mudou? A cultura. Ainda hoje, os traficantes e as prostitutas reinam no ranking dos maiores produtores de dinheiro dessa ilha. Mylo Robert Grey, o neto do tão famoso corrupto, hoje governa a ilha. Ele fez questão de manter o contrato feito décadas atrás. E, de fato, os traficantes estão aliados ao governo. [...] Nós, prostitutas, decidimos continuar em anarquia (Morsch, 2010, p. 109-110).

Neste contexto, Metropolis aparece como a capital gore, produto indiscutível do neoliberalismo, participando da conformação de um mercado global que oferta sonhos e desejos e também produz mercadorias e mortes. Por entre o luxo e o néon de seus clubes badalados, há uma guerra, e aqui, mais especificamente, uma guerra ao corpo das mulheres: “Paul Smith é perigoso. Mata garotas como nós por hobby, e gosta de exercitar esse hobby pelo menos uma vez por semana!” (Morsch, 2010, p. 106). Há, pois, novos modos discursivos da violência organizada, na qual os corpos das vítimas são, de algum modo, ostentados em um agenciamento perverso que se enraíza na comercialização necropolítica da vida: “Morremos, somos jogadas ao rio, e a mídia só quer saber das pessoas de bem” (Morsch, 2010, p. 106). Em Metropolis, o narcotráfico é uma engrenagem econômica e simbólica que produz outros códigos, gramáticas e interações sociais.

Convém destacar que esta dinâmica não só impacta a jornada de autodescoberta empreendida por nossa narradora e suas metamorfoses; mas também, segundo Valencia (2024), cria uma nova subjetividade, os sujeitos endríagos, homens que utilizam a violência como meio de sobrevivência, mecanismo de autoafirmação e ferramenta de trabalho, de socialização e de cultura. Na narrativa, o sujeito endríago é configurado pela personagem Paul Smith que se realiza a partir de um modo de ser e fazer violento, reafirmando e legitimando uma masculinidade necropolítica que se sustenta na crença de que possui o poder de exercer violência contra os corpos que habitam o feminino.

Paul Smith não é qualquer violentador de mulheres. [...] Ele faz os maiores negócios com os traficantes e se ofereceu à manutenção do contrato que o avô de Mylo havia feito com as maiores gangues. Mylo aceitou. E é isso aí, na Ilha das Viúvas, prostitutas fazem mais dinheiro que os traficantes. Mas elas quebraram o contrato com o governo e o resultado era simples e direto: assassinato. Quanto menos prostitutas na Ilha, maior o fluxo de capital por tráfico de drogas. “E, assim, mais rico fica o governador. E Paul Smith também” (Morsch, 2017, p. 109; 113).

Como se pode observar, empreende-se uma guerra contra os corpos das mulheres, evidenciando as distopias que trazem o cumprimento do pacto do neoliberalismo masculinista e seus objetivos. Neste aspecto, Paul Smith parece mimetizar o machismo da heteronação que controla necropoliticamente os corpos, tornando-os bens de intercâmbio comercial, além de precarizá-los tanto econômica; quanto discursiva e existencialmente. Uma lógica masculinista que, para Valencia (2011, tradução nossa), “legitimará a classe criminal como sujeitos plenos de direito na execução da violência como uma das principais palavras de ordem a cumprir no âmbito da masculinidade hegemônica, do machismo nacional, do capitalismo gore e do heteropatriarcado”.

No capitalismo gore, defende Valencia (2024), a violência tem uma tripla função: ferramenta de mercado altamente eficaz, meio alternativo de sobrevivência e mecanismo de autoafirmação do masculino, revelando em Van Ella Citron como a violência sobre o corpo das mulheres organiza a vida e cria uma espécie de gramática do genocídio, uma feminilização da guerra. Há um sistema de valores que operam no feitiço deste mundo e seus modos de atualização dominantes que geram uma violência cismasculina como arma transversal de normalização de gênero e controle social. Nesta chave, “o monopólio da violência tem como premissa gerenciar não apenas o acesso às técnicas, às máquinas e aos dispositivos com que se performa a violência legítima, mas as técnicas, as máquinas e os dispositivos com que se escreve a violência, os limites de sua definição” (Mombaça, 2021, p. 67).

É neste cenário que nossa narradora-protagonista empreende sua jornada de autodescoberta, de ser sendo a partir de suas experiências, cicatrizes e das multiplicidades que produzem a intensidade de seu desejo em conexão consigo, multiplicando seus rostos, metamorfoseando sua subjetividade,

fabricando seu corpa como se fabrica uma máquina revolucionária. Van Ella, então, realiza uma dança com a inevitabilidade de suas metamorfoses, seja nas emoções, no pensamento, na intuição, na dimensão espiritual; seja em sua fisicalidade. É morar na indefinição, cônica da potência de ser uma corpa transformacional, uma vez que

a transição é o ponto de chegada, mas também uma ontologia da diáspora. É uma travessia no sentido de que estamos sempre atravessando. É uma transição no sentido de que a gente se coloca num lugar corporal em movimento. Essa dimensão do movimento opera aí. O que se pode bagunçar é a perspectiva como ponto de chegada, como linha, como lugar que se atravessa. Aprender a atravessar permite gerar nosso próprio espaço temporário que está por se fazer, aprendendo a habitar a diáspora, a se fazer em casa na travessia (Mombaça, 2018).

É justamente na travessia que Van Ella vai construindo seu espaço temporário onto-epistêmico seja, inicialmente, em seu devir menina-mulher; seja posteriormente em seu devir-justiceira. Ao habitar a diáspora, alimentando-a com o desejo de liberdade que a atravessa, ela aprende a transformar a travessia em sua casa, edificada pelas experiências que ao longo da caminhada se inscrevem em sua corpa, permitindo seguir sendo em movimento: “De fora pra dentro, eu doía. Algo tinha de ser feito. Não era mais menina. Pequenininhos sentimentos de princesa desamparada por vezes surgem. Mas nada é mais forte que a mulher que se encarnava ali em mim. De dentro pra fora, eu aflo-rava” (Morsch, 2017, p. 116).

Assim, em seu devir menina-mulher assistimos a sua metamorfose em travesti e prostituta, uma corpa que vai sendo forjada pelas violências quotidianas que a atravessam, a machucam e se fazem presente em todos os instantes. Aos dezenove anos, Van Ella vende o carro que ganhou de seus riquíssimos pais por estar na faculdade de psicologia e decidi fugir de casa rumo à liberdade de ser ela mesma e nessa travessia tentar descobrir sua feminilidade, os caminhos de acesso à sua própria sexualidade, ao gozo e ao prazer através da prostituição que, aqui, torna-se uma importante ferramenta no processo de construção de uma imagem de si e da potência de ser dona de si, da liberdade de pertencer à sua verdade, de blindar seu coração e ocultar suas vulnerabilidades.

Com 19 anos de idade, uma maçã do rosto roxa, a sobrancelha esquerda molhada com o meu sangue e a boca levemente cortada. Usava uma roupa vulgar, meia calça arrastão furada, shortinho, e uma camisola semiaberta de seda preta. Nas costas, um mochilão infantil, cheio de chaveiros de ursinhos, princesinhas, estampado em aquarela verde, rosa, roxa, azul e amarela. Algumas coisas não precisam ser ditas porque a pele e a veste falavam por mim. [...]. Eu me sentia miserável no coração. Naquela noite, eu sentia o calor do medo. Eu estava perdida em um pedaço perigoso e retirado da ilha. Muito embora fosse um grande centro turístico mundial, havia pequenos pontos repletos de violências e atrocidades. Lá eu me desencontrava (Morsch, 2017, p. 24-26).

Sentindo-se perdida, caminhando sem rumo com o vazio de quem está em uma guerra sozinha, Van Ella reencontra Henry Carter, seu crush da adolescência, e a partir dele remonta as dificuldades do processo de transição e os conflitos e confusões entre seus amores e seus desejos. Se por um lado, sua primeira paixão tenha sido o primeiro a reconhecê-la como mulher; por outro, sua postura de príncipe encantado que tinha a necessidade de resgatar a mocinha em perigo ia de encontro ao desejo de liberdade que sempre almejou: “Tu não me entendes, Henry. Eu não pedi por sua ajuda. Estou bem! Respondi em tom de tristeza. Embora a liberdade fosse uma grande conquista, seu preço era alto” (Morsch, 2017, p. 43). E ela queria muito mais do que apenas ser salva. Queria ser a senhora de sua própria história. É nesse contexto que encontra Rhonay Black que se tornaria sua amiga, sua irmã, sua mentora, introduzindo-a no mundo da prostituição da Ilha das Viúvas.

Parecia que havia encontrado uma mulher para admirar, uma espécie de mãe, talvez. Ou ainda, uma real mulher, sem categorias, apenas mulher, por assim ser. Bom, homem ela não era. Mas a masculinidade dela com certeza seduzia. Isso é o mais interessante: habitar sob um corpo de posse, de gosto, de gostoso, mas que se faça qualquer coisa do mesmo, porque é, a priori, de posse de um ser adentro, mas nunca afora (Morsch, 2017, p. 63).

A jovem iniciante vai, no ritmo de um romance de formação de autoria feminina, gradativamente tornando-se dona de si em um processo que começa em seu interior, apropriando-se do erótico que, segundo Audre Lorde (2019), empodera, estimula um conhecimento de si que tanto é força vital, quanto a

linguagem do desejo, dos amores, do trabalho, da vida. Van Ella deixa para trás a menina de cabelos pretos que se assustava com qualquer barulho, até mesmo os gravetos em seus próprios pés e que, de algum modo, desejava ser salva por Henry; para tornar-se a poderosa e estonteante, de longos cabelos loiros baunilha Van Ella Citron, mais consciente da potência do gozo operada pelo erótico e pela construção de uma hiperfeminilidade proporcionada pela prostituição, tomando para si “o potencial subversivo implicado em redefinir o que significa ser mulher através da imagem da puta” (Ziga, 2021, p. 116). Em outras palavras, defende Despentes, “para se transformar em uma mulher fatal... jogar o jogo era suficiente, o jogo da feminilidade” (Despentes, 2016, p. 53).

*Eu sou Van Ella Citron. E, assim, eu me apropriei de ser a mulher do momento. Do momento do desejo, do momento sem cortinas, sem máscaras ou véus. De um beijo azedo, eu senti o doce prazer de me sentir poderosa. E eu nunca havia me sentido tão saborosa. Os lábios se afastavam, as luzes, as luzes em néon brilhavam sobre os nossos corpos e, ao aos arredores, muitos espectadores. Eu estava sob o pior dos holofotes, mas eu estava sendo a melhor garota má. “o que acabou de acontecer?”, perguntei sob o prazer, com os lábios mordidos, ao olhar fundo nos de Rhonay. “Estou lhe apresentando Van Ella Citron e matando seja lá quem tu foste, garota”, ela murmurou carinhosa. Sabia o que ocorria em minha cabeça. Mulher vivida, sedutora, belíssima e inteligente. Com ela me apropriei do que sou, sem ela, me perdi. Sim, decidi tê-la em primeira opção. [...] Sim, eu era a garota perturbada, distorcida, louca de amor, louca de ódio, usurpadora de momentos. Minha cabeça engrenava: “Chame-me do que quiseres, de perversa, pervertida, louca, regressiva, progressiva, revoltada, revolucionária. Eu, eu mesma prefiro me chamar de Van Ella Citron” (Morsch, 2017, p. 72-74).*

Entretanto, como se pode observar o erótico, aqui, para além da questão sexual coloca-se como força motriz de realização e consciência de si, evocando mulheres sujeitas de suas narrativas, construtoras dos caminhos de libertação. Ao conhecer o erótico, revela Van Ella, somos impelidas a lutar para sermos nós mesmas e a perder o medo da plenitude, uma vez que

o erótico é uma dimensão entre as origens nossa autoconsciência e o caos de nossos sentimentos mais intensos. É um senso íntimo de satisfação e, uma vez que o experimentamos, sabemos que é possível almejá-lo. Uma vez que o experimentamos a plenitude dessa profundidade de sentimento e reconhecemos o seu poder, em nome de nossa honra e de nosso respeito próprio, esse é o mínimo que podemos exigir de nós mesmas (Lorde, 2019, p. 68).

E, no contexto de Van Ella, essa força é potencializada pela prostituição. Em uma sociedade na qual à mulher não é dado nem o direito de fazer sexo, o que dirá o direito de cobrar por ele, ela realiza sua travessia rumo ao encontro de si na qual ser puta emerge como argumento para o ser mulher. Por isso, defende Itziar Ziga, “é tão transgressor, tão irreverente, tão libertador reapropriar-se do simbólico puta. Puta porque eu tô dizendo. [...] Eu esfrego meu corpo de puta em quem eu quero, quando eu quero, onde eu quero” (Ziga, 2021, p. 120). Fugindo, assim, dos estereótipos sociais da prostituição ao mesmo tempo em que realiza uma reflexão crítica sobre a violência imposta a quem habita o feminino sob a ótica da demonização social do sexo e suas consequências.

Assim, ela segue sendo a partir de suas experiências, entre o doce e o azedo que a vida lhe proporciona, pois também enfrenta os dissabores que atravessam a prostituição: machismos, violências e a solidão que para ela emerge como um preço a pagar pela liberdade de ser e existir em um mundo em que corpos e vidas são transformados em mercadorias. Mas será que é possível ser livre em meio ao capitalismo gore? Ou o que nos resta são apenas as palavras de Rhonay: “Liberdade não existe. Tens de apenas escolher a tua perfeita prisão” (Morsch, 2017, p. 64); lutar pelo direito de ir e vir, de ser e existir ainda que contenha riscos.

Contudo, se, por um lado, seu devir-puta e travesti a leva a se encontrar como sujeita diante das portas mais estreitas do desejo; por outro Van Ella inteira-se do necropoder que controla as vidas e os corpos da Ilha e como ele vem engendrando a morte das prostitutas em nome do capitalismo gore e seus objetivos. Dado que o capitalismo gore é fático e machista, vive-se na Ilha das Viúvas a necropolítica. Nesse jogo, desvela-se como o poder não só constrói ficções, “que não são apenas textuais, mas estão materialmente engajadas na produção do mundo” (Mombaça, 2021, p. 65); mas também estabelece a quem cabe o monopólio da violência, realizando sua distribuição de forma desigual.

## VAN ELLA CITRON: RUMO A UMA REDISTRIBUIÇÃO DA VIOLÊNCIA

Essa distribuição, por sua vez, constrói corpos cismasculinos, sujeitos endriagos como intrinsecamente viris ao mesmo tempo em que “é responsável, numa escala micropolítica, pela manutenção do medo como base das experiências trans, dissidente sexual e feminina para com o mundo” (Mombaça, 2021, p. 69). Assim, Van Ella acredita que precisa fazer algo contra isso, não pode deixar-se dominar pelo medo. É preciso sobreviver e para isso é preciso lutar, empreendendo um devir-justiceira, incorporando, como ela mesma diz, a força de Mamba Negra, a heroína de Kill Bill; transformando sua indignação e raiva em ferramenta de ação e de intervenção.

“Cala a boca. Eu é que quase morri. Tu só foste ameaçada”, apontei meu dedo pra ela, enquanto segurava o copo, com sensatez no olhar, todavia, com assumida grosseria, “e eu não estou aqui para viver sob as migalhas da vida. A morte está no medo, mulher. Eu não quero mais ser maquiada pelo punho de Paul Smith. [...] Vamos fazer assim”, sussurrei, e assim comecei a tramar, enquanto me servia de outro uísque. Daquela vez, o dia duro no trabalho seria meu. O meu escritório? A ilha do pobre coitado do governador. E no caixão? Paul Smith (Morsch, 2017, p. 117).

Nota-se que, aqui, a lógica do sofrimento e da docilidade da mulher, atrelada à sua impossibilidade de defender-se com meios violentos é subvertida. Van Ella entra pela porta da frente e declara olho-no-olho seu lugar de mulher à margem embora esse não seja um lugar de vítima. Se a violência faz parte de um design global que define quem pode ou não ser violento e contra quais corpos ela pode ser exercida, é preciso, defende Mombaça (2021), redistribuí-la por entre aqueles para quem a paz nunca é uma opção.

Por isso, Despentens (2016) argumenta que é preciso transgredir o imaginário social do sexo frágil, pois sempre fomos o sexo da resistência, da coragem e da luta. “Existe uma forma de força que não é masculina nem feminina, que impressiona, que enlouquece, que tranquiliza. Uma faculdade de dizer não, de impor seus pontos de vista, de não se ocultar” (Despentens, 2016, p. 121). Uma força que é capaz de perceber a própria fragilidade e a potência disso, uma vez que “há estratégias, técnicas e ferramentas que somente uma corporalidade e

uma subjetividade capazes de habitar a fragilidade conseguem desenvolver” (Mombaça, 2021, p. 79-80). É aprender a defender-se e, neste caso,

se não pudermos ser violentas, não seremos capazes de desfazer as prisões e os limites impostos à nossa experiência por efeito da distribuição social heteronormativa, branca, sexista e cissupremacista da violência. Se não pudermos ser violentas, nossas comunidades estarão fadadas ao assalto reiterado de nossas forças, saúdes, liberdades e potências. Se não pudermos ser violentas, seguiremos assombradas pela política do medo instituída como norma contra nós. Se não pudermos ser violentas, concentraremos em nossos corpos, afetos e coletividades o peso mortífero da violência normalizadora (Mombaça, 2021, p. 78).

É munida dessa força que Van Ella arquiteta um plano para confrontar o governador da Ilha das Viúvas em sua casa de férias no arquipélago de Porto Rico. Fingindo estar indo para um programa, ela o enfrenta deixando-o desacordado enquanto consegue pastas confidenciais contendo informações sobre o fluxo financeiro da ilha, bem como o arquivo criminal de Mike Mitchel, conhecido como Paul Smith. Informações que lhe daria uma vantagem nesse jogo perigoso no qual estava inserida.

A violência é justamente necessária para sobreviver, garantindo um aparente estado de controle e paz. É a desforra que dispõe os elementos em disputa numa espécie de jogo no qual o importante é recuperar alguma vantagem perdida. Prepara-se o terreno para o gozo catártico que faz o leitor de algum modo sentir-se “justiçado”. A violência, portanto, não é só reativa, autodefesa; mas também é sobre perceber limites, construir estratégias de fuga e intervenção. “É sobre furar o medo e lidar com a condição incontornável de não ter a paz como opção” (Mombaça, 2021, p. 80).

Subi em cima dele com prazer, assim como subiria em um cliente na cama de um motel. Em vez de carícias, dei violência. Com a pedra sobre a mão, joguei-a aos ventos e apanhei-a novamente, de modo a segurá-la com firmeza. Com vontade. Primeira pedrada, segunda pedrada, a cabeça do homem dançava de lá pra cá. Eu gritava: “E aí, Paul? Não vai reagir?” Queria que ele reagisse, só para impedi-lo de me tocar mais uma vez. Queria ter o prazer e a chance do interdito, porque dilacerada, eu fora, no fundo de minha alma. “Vamos, Paul!

Vamos!” Mexeu comigo? Mexeu. Causalidade? Eu, não. De mocinha, me fiz mulher. Não sei por que, mas tendo a associar a passagem de menina à mulher pelas forças do ódio de um coração arrasado, partido e desamparado. E a pedra fazia o trabalho sujo por mim (Morsch, 2017, p.144).

No entanto, a ação de Van Ella gera retaliações por parte dos poderosos. Eles sequestram Charles e tentam trocá-lo pelos documentos que estavam em sua posse. Novamente, a baunilha parte e o limão começa a comandar, organiza-se um novo enfrentamento na tentativa de salvá-lo. Como consequência, Van Ella mata Smith e resgata seu belo amigo-amante. É interessante marcar ainda a transgressão nos estereótipos de gênero, já que, aqui, é o homem quem precisará ser salvo; enquanto ela é a mulher empoderada que veio a seu resgate: “Com uma pose emblemática, desfilei em direção ao belo piloto, suado, amedrontado. ‘Quem é a donzela em perigo, agora?’ perguntei, desamarrando suas ataduras” (Morsh, 2017, p. 145). Completa-se sua segunda metamorfose, emergindo de vez a mulher empoderada “pela posse da minha anarquia, pela pose de garota má bem-sucedida” (Morsch, 2017, p. 152) que conhece a acidez e a doçura da vida, cônica de que o bem e o mal nada mais são do que as duas faces de uma mesma moeda: o ser humano.

Acordei serena. Uma intuição indicava que nada mais aconteceria, que o macho mais alfa da Ilha das Viúvas enfim se rendeu às prostitutas. Estamos com o poder nas mãos. Muito embora não o quiséssemos, era a única forma de conseguir a liberdade de viver na Ilha. [...] O que me bastava era o bando de mulheres como eu, já acordadas e ativas a esta hora da manhã. Com o direito de viver garantido. Elas sabiam que estavam mais seguras a partir daquele dia? Não sei. Posso ser uma má garota ao mundo inteiro, mas nunca serei ao meu mundo, onde encontro a pluralidade das mulheres que estão afora e adentro de mim. [...] Se quero, com isso, poder? Não. Aí, seria fraqueza meu caro, o bem e o mal habitam em nós. Somos heróis e vilões. Ao mesmo tempo. E usamos de ambos em quaisquer momentos que nos soem convenientes. Por que eu sobrevivi? Porque aceitei essa dualidade da convivência íntima entre o amargo e o doce da vida (Morsch, 2017, p. 154-156).

Ao fabular Van Ella Citron, Bruna Sofia Morsch coloca-se em defesa do feminino como liberdade de ser o que quiser ser ou o que conseguir ser,

fissurando os estereótipos de gênero, contestando a normatividade, ao mesmo tempo em que realiza uma crítica ao modo de vida neoliberal implantado pelo capitalismo gore em sua mercantilização de corpos e vidas. Em sua transescrita, demonstra que para performar nossa violência “precisaremos também ser capazes de imaginá-la e de povoá-la com fantasias visionárias que rejeitem o modo como as coisas são e ousem conjurar, aqui e agora, uma presença que seja capaz de bater de volta em nossos agressores, matar nossos assassinos e escapar com vida para refazer o mundo” (Mombaça, 2021, p. 78).

Reinventar-se uma feminilidade que corresponde ao seu próprio desejo; uma feminilidade que se constrói juntas no estilhaçamento; uma feminilidade subversiva, insurgente, punk que não só implode normas, códigos e políticas; mas também é capaz de imaginar coletivamente novas formas de resistir ou ao menos de construir barricadas que libere o mundo por vir das armadilhas da necropolítica nas economias sexuais da morte que alimentam o capitalismo gore.

**Palavras-Chaves:** Romance criminal, Literatura transvestigênera, Capitalismo gore, Transescrita.

## REFERÊNCIAS

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Tradução: Márcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições, 2016. 128p.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 237p.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. 144p.

MORSCH, Bruna Sofia. **Van Ella Citron**. Joinville: Micronotas, 2017. 160p.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 317p.

SOLER, Elena Losada. Matar con un lápiz: la novela criminal escrita por mujeres. **Lectora**: revista de dones i textualitat, Barcelona, nº 21, p. 9-14, 2015. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/lectora/article/view/105.000002458>  
Acesso em: 13 set. 2024.

VALENCIA, Sayak. **Capitalismo gore**. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Sobinfluencia Edições, 2024. 256p.

VALENCIA, Sayak. Capitalismo gore: narcomáquina y performance de gênero. *Revista E-misférica*, New York, nº 82, 2011. Disponível em: <https://hemi.nyu.edu/hemi/es/e-misferica-82/triana>. Acesso em: 22 fev. 2025.

ZIGA, Itziar. *Devir cachorra*. Tradução: Beatriz R. Guimaraes Barboza e Maria Bárbara Florez. São Paulo: Crocodilo; N-1 Edições, 2021. 176p.

## CONTRAESCCRITA E MATERNIDADES INSURGENTES: O PROJETO ESTÉTICO- POLÍTICO DE ARIANA HARWICZ<sup>1</sup>

Jocelaine Oliveira dos Santos<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Interessa-me, neste trabalho, apresentar alguns achados teórico-analíticos em torno da obra, ficcional e não-ficcional, da escritora argentina Ariana Harwicz, a fim de evidenciar como seus textos se organizam enquanto projeto estético-político de escritura de uma outra maternidade e de uma outra lógica do próprio ato de escrever, questionando e ironizando a representação do corpo materno hegemônico, pelo que ela chama de contraescrita. Nas obras de Ariana H. vemos emergir um corpo atravessado pela violência, estilhaçado sobretudo diante de uma sociedade patriarcal insistente sobre os papéis de gênero. Deste conceito articulatório, a que chamo de maternidades indóceis, conjuga-se um movimento em torno da própria escrita que opera a possibilidade de outros gestos de interpretação sobre o tema da maternidade e da escrita. Pelo avanço na tipologia corpo-materno-insurgente, indicando as maternidades indóceis em seu núcleo, Ariana H e tantas outras escritoras contemporâneas, sobretudo latino americanas, produzem novas representações literárias que partem da maternidade enquanto implosão do Corpo Disciplinado (Xavier, 2021) e que avança numa maternidade enquanto uma violência que opera a perda do corpo, articulando a ideia de corporeidades na

- 1 A discussão apresentada neste trabalho faz parte do Projeto de pesquisa **A maternidade escrita: o projeto estético de Ariana Harwicz na construção do conceito corpo-materno** por meio do programa/ projeto fomento externo 2024/2025, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Sergipe (PROPEX/IFS).
- 2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS/ Campus São Cristóvão).  
jocelaine.santos@ifs.edu.br

crítica literária feminista contemporânea. Do corpo colonizado pela linguagem patriarcal de “boa mãe (Badinter, 2011), indagamos: pode a literatura produzir outros corpos-maternos que cotejariam a loucura, o sexo, a erotização, o incesto, por fim, uma miríade de tabus que nos sustentam enquanto traço civilizatório, de forma crítica e lúcida? É o que acreditamos estar no cerne do projeto estético-político desta autora.

### 1 **As palavras fora da escrita foram lobotomizadas<sup>3</sup>: prólogo de uma leitora sem rumo**

Sempre sinto que sei muito pouco sobre Ariana Harwicz porque não consigo dizer aos outros dela. Nem agora, quando passo a escrever, mais uma vez, nada consigo dizer sobre sua vida, seu nascimento, onde vive, nem tecer qualquer explicação objetiva sobre sua obra. Não me sinto impelida a escarafunchar suas ditas contradições pessoais ou advogar sobre isso ou aquilo do que posta na internet. A mim, aparentemente, basta entrar em contato com sua escrita e as complexidades advindas daí. Confesso que sinto inveja de quem faz crítica literária esmiuçando “seus autores preferidos”, trazendo à tona “fococas de seu universo” pois sinto que isso sempre prende o público e faz o texto ter outra cor. Gostaria de escrever assim, mas não consigo e o que não conseguimos, muitas vezes, invejamos.

E digo com toda a verdade: sinto, e reforço essa palavra, sinto que me encostar a sua escrita exige muito e, pelo menos por agora, me sufoca um tanto, pois a mim me interessa essa captura sem rumo, inclusive para minha linguagem que sempre esbarra em limites para dizer o que está em um plano outro... do corpo talvez. Talvez ela, a autora esteja realmente certa: fora da escrita, as palavras foram embrutecidas. Ou no dizer de val flores (2022), a escrita opera “como contágio”

Parto, por isso, do princípio de que seu projeto estético-político está nas suas obras, não fora delas, não na intersecção entre sua vida e sua escrita. Mas o que é um projeto estético senão a reunião de toda uma. vida-escrita-vida?

3 Todos os subtítulos de seções deste texto foram retirados da obra O ruído de uma época (2024), de Ariana Harwicz

Sinto que podem me questionar<sup>4</sup>. Ocorre que posso ser apenas uma leitora preguiçosa, insistindo em ver aquilo que está publicado e nada mais, sem conectar e inferir, ligar os pontos, ou fazer uma certa interpretação como quem monta um quebra-cabeça cuja figura ilustra a capa.

Ou, me ocorre apenas agora, como em livre associação enquanto escrevo, que não “ir fundo” e para “fora do papel” é uma forma de manter uma certa margem de segurança, um zelo por mim mesma e por minha obsessão, algo como manter-se em uma distância segura de uma força centrípeta. A escrita de Ariana é essa força e talvez ela em seu processo criativo de vida-escrita-vida também o seja. Quando comecei as leituras por sua Trilogia Involuntária das Paixões<sup>5</sup>, no período da pandemia, ouvi barulhos estranhos vindos da floresta que não existe perto da minha casa. Ouvi a voz estridente de suas personagens, vocalizando agudos, perto dos meus ouvidos, dizendo obscenidades impronunciáveis à luz do dia. Depois, li em sua última obra traduzida para o português<sup>6</sup> “O ruído de uma época” (2024), cujo subtítulo aforismos, correspondências e ensaios condensa um pouco de suas ideias sobre escrita e literatura nos tempos modernos: “Escrever sem ofender ninguém é um oxímoro. (...) Escrever é uma controvérsia subterrânea. (...) O politicamente correto é a gangrena da arte neste século.” (Harwicz, 2024, p. 08) e nisso dei um nome para o meu incômodo: Ariana produz uma contraescrita. Guardei essa ideia.

Lendo-a ouvi mães. Muitas, outras mães, tão diferentes da minha - puro amor e devoção. Ouvi mães que riem histrionicamente e se imbricam na cama dos filhos e das filhas, gargalhando enquanto lambem o corpo erotizado de seus rebentos. Ouvi mães que silenciosamente emulavam ódios enquanto seguravam lâminas afiadas perto do pescoço de seus bebês. Ouvi e aquilo me capturou. O que eu estava lendo ainda não tinha nome pois era de uma beleza irretocável. E essa sensação não cessa. É um estado de perda sobre o que eu sei ou supunha saber sobre maternidades. Nisso talvez eu articule que sua contraescrita emerge destas maternidades indóceis, que suas maternidades

4 Um pouco sobre a autora pode ser lido em [https://www.anagrama-ed.es/libro/narrativas-hispanicas/perder-el-juicio/9788433924056/NH\\_736](https://www.anagrama-ed.es/libro/narrativas-hispanicas/perder-el-juicio/9788433924056/NH_736) Acessado em julho de 2024.

5 Trilogia Involuntária das Paixões é com ficou conhecida a reunião das 3 primeiras obras de Ariana Harwicz - Morra, amor (2019), A débil mental (2020) e Precoce (2021) que, em minha opinião, formam junto com O ruído de uma época (2024) o núcleo de seu projeto estético.

6 Recentemente, a autora publicou Perder el juicio, em abril de 2024. A previsão é que o romance seja traduzido para o português em 2025.

contra-hegemônicas torcem o sistema opressor que age sobre os corpos das mulheres, e implodem, enquanto riem, a tradição, tecendo a complexidade em densas tramas. Talvez, sem rumo.

## 2 A arte é uma visão, e as visões são sempre proféticas: maternidades indóceis como articuladores de uma escrita em transgressão

Não sou mãe. Nem desejo ser. Poderia desejar ser. Interessa ser? Aqui me ponho como uma curiosa, um pouco obcecada por esse tema, pois como mulher, a certeza que tenho é: não consigo desviar, em nenhum grau, dos discursos sobre maternidade comuns a nossa existência de gente com útero nessa sociedade cisheteropatriarcal. Afinal, desde criança, nas brincadeiras de bonecas que, na minha imaginação eram outra coisa, escuto, entre sussurros e cochichos, que a maternidade é o destino, para todas nós. Ensaiar o cuidado e automatizá-lo eram e seguem sendo, portanto, formas de se construir “uma mulher”, fabricar e moldar um corpo com útero que, tão logo pudesse, deveria reproduzir e amar incondicionalmente esse fato, mesmo quando abusada ou estuprada.

O discurso sobre ser mãe, advogo, é uma experiência para todas nós, sejamos mães ou não, queiramos ou não, apontando para uma pedagogia dos afetos que nos coloniza pela eficácia dos seus dispositivos, sendo a maternidade, ao lado do casamento, do trabalho doméstico e do cuidado compulsórios, instrumentos por excelência rumo a essa empreitada (Zanello, 2018), uma refinada tecnologia de gênero e de opressão das experiências de mulheres (Lauretis, 1994), que se espalha pelos objetos culturais, pelas práticas de vida e pelas formas de experienciar o mundo.

Depois, crescendo em idade e corpo, na adolescência, eu passei a escutar dos perigos do exercício da sexualidade, afinal, poderia ficar grávida, então era melhor que dominasse todos os ímpetos e me guardasse, virtuosamente, para o momento certo... de ser mãe. Ou que eu me cuidasse, afinal meu corpo não era meu, era agora objeto de desejo de outros e cabia a mim evitar que ele fosse violado. Em meio a tabus e histórias de sofrimento e romantização sobre o tema, cresci como a maioria das mulheres: ouvindo, vendo e vivenciando, de múltiplas formas, as questões da maternidade.

Adulta, não consigo fugir aos fatos e aos dados que pulam nas redes sociais e jornais, inúmeros podcasts que trazem o tema da maternidade hoje, livros

e toda sorte de interesses que o tema tem suscitado na cultura. Para muitos, o tema soa repetitivo, porém sinto que somente agora estamos começando a olhar para as maternidades. E talvez esse discurso de saturação revele o incômodo desta sociedade cis-hetero-patriarcal quando nos aproximamos de alguns temas dados como “naturalmente” constitutivos de nossa existência.

Nesse contexto, a construção do ideal de maternidade é mais um dispositivo de manutenção de poder e base da colonização dos afetos femininos. Nessa circulação discursiva que se dá pelo tecido cultural, e a literatura é parte importante disso, seguimos vendo a construção de regimes de verdade sobre o que se espera de uma mulher e de um corpo maternando. É mais uma volta da engenhoca do saber-poder opressor sobre as mulheres. Como nos assevera Preciado:

*A chave do capitalismo patriarco-colonial não é a produção da mais-valia econômica, mas a fabricação de uma subjetividade cujos desejos foram adaptados ao processo de produção do capital e à reprodução heterossexual e colonial da vida. A violência opera fabricando uma subjetividade normativa que toma posse do corpo e da consciência até que eles aceitem se identificar com o próprio processo de extração de sua própria vida. (Preciado, 2020)*

Assim, é na instrumentalização do útero pela via da maternidade e pela sedimentação de regimes de desejo que operam a favor da manutenção do poder que irá se montar um dos mais fortes mecanismos de subjetivação feminina, com úteros transformados em territórios políticos sendo a procriação colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (Federici, 2017, p. 174). Como nos diz Zanello (2019), em um importante apanhado histórico sobre a construção do dispositivo materno, passamos pelo confinamento histórico das mulheres reduzidas ao espaço privado até chegarmos à construção do modelo ideal de feminização na cultura pela via do casamento e da maternidade.

Sempre caminhando sobre a “o fio da navalha do Real” como nos descreve Rocha Neto em citação do Novo Dicionário de Migalhas de Psicanálise Literária, sigo lendo Ariana Harwicz “abismados, abandonados de todo e qualquer artifício, nus, pobres” para enfim constatar que “(me) nos resta no percurso de um corpo como sùmula da sua potência de agir, um corp’ a’screver” (p.124). E não há outra imagem: não sei bem o que, mas preciso escrever. Nesta obra, O ruído de uma época, reunindo textos diversos, Ariana Harwicz

pensa a criação artística na atualidade e sua defesa à liberdade pessoal e artística. Observo minhas anotações: para escrever é preciso fabricar uma língua e perder o pudor, eu digo, a partir do que eu leio que ela diz:

Não há romances que sejam contra o racismo ou a misoginia. Há apenas aqueles que adotam a língua do inimigo e aqueles que fabricam uma língua fora da submissão. Mas, às vezes, vítima e algoz falam a mesma língua. Antes de escrever, para mim, tudo é destruição, qualquer palavra caduca, as palavras se desfazem na minha boa como cogumelos podres. As palavras fora da escrita foram lobotomizadas. Mas ao escrever a linguagem é refeita, reconfigurada, renascida. Escrever um romance é escrever a história de uma vergonha. É por isso que é sempre tão paradoxal escrever, porque se escreve a vergonha, mas é preciso perder o pudor. Escrever é ser um pária. Nunca tenho tanto medo de olhar para mim mesma como quando escrevo. (Harwicz, 2024. p.10)

Sua literatura me pôs a pensar, e por isso a escrever<sup>7</sup>, a fim de dar contorno a algo que invade a compreensão sem muito muito parâmetro comparativo. Sua Trilogia, a meu ver, tensiona ao limite a ideia de maternidade, pois instaura uma insurreição contra os ideais de boa mãe, já que as suas mães são todas loucas (?), desarrazoadas (?) e produzem filhos/filhas igualmente loucos (?), desarrazoados (?), capazes de desfilar toda a miríade de tabus que nos sustentam enquanto traço civilizatório: há incesto, erotismo, assassinatos, sexo e seus fluidos, tudo isso formando a bases das relações mãe/ filhos.

E é nesse tensionamento, construindo maternidades insurgentes enquanto conceito operativo que penso o projeto estético de Ariana H, erguendo uma contraescrita e uma poética do paradoxo como articuladores de sua produção ficcional e não-ficcional que aqui desejo discutir a partir de seus textos ficcionais - Morra, amor (2019), A débil mental (2020), Precoce (2021) e o seu texto não-ficcional, O ruído de uma época (2024).

**Palavras Chaves:** Ariana Harwicz, contraescrita, maternidades indóceis.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vania Maria Baeta (org). **Novo dicionário de migalhas da psicanálise literária** [recurso eletrônico] /- Belo Horizonte : Cas'a'screver, 2016.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe.** Tradução de Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

FLORES, Val. **A intimidade do procedimento: escrita, lesbiana, sul como prática de si.** Lisboa: GRETA – Grupo de tradução lésbica, 2022.

HARWICZ, Ariana. **O ruído de uma época: aforismos, correspondências e ensaios.** São Paulo: editora Instante, 2024.

HARWICZ, Ariana. **Morra, amor.** São Paulo: Editora Instante, 2019. HARWICZ, Ariana. **A débil mental.** São Paulo: Editora Instante, 2020. HARWICZ, Ariana. **Precoce.** São Paulo: Editora Instante, 2021.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero.** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206–242

PRECIADO, Paul B. **Estávamos prestes a fazer a revolução feminista... e então chegou o vírus.** Tradução de Rond Nunes. Medium, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@rondnunes/estávamos-prestes-a-fazer-a-revolução-feminista-e-então-chegou-o-vírus-de-paul-b-preciado-36ale7e800f7>. Acesso em: 16 jun. 2025.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino.** Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.** Curitiba: Appris, 2018.

## CARTOGRAFIAS LESBOSAPATÃO: RESISTÊNCIAS E INSURGÊNCIAS NO EIXO TEMÁTICO “CORPO LÉSBICO SAPATÃO: POR UMA POLÍTICA DE VIDA”!?

Zuleide Paiva da Silva (Eide Paiva)<sup>1</sup>  
Maria Lizandra Mendes de Sousa (Liz Mendes)<sup>2</sup>  
Gersier Ribeiro dos Santos<sup>3</sup>

### CARTOGRAFIAS INICIAIS

Nos dias 2 e 3 de maio de 2025, durante o IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, realizado em Vitória da Conquista/BA, pulsou entre nós um espaço-tempo de insurgência: o Eixo Temático “Corpo lésbico sapatão: por uma política de vida?!”, por nós pensado, proposto e coordenado como território de enunciação coletiva, partilha afetiva e convocação crítica. Nosso propósito foi criar um lugar onde os corpos lésbicos sapatão, sistematicamente silenciados, pudessem falar – e mais que isso, se fazer escutar, inscrever e vibrar.

Firmamos a proposta deste eixo temático em uma tessitura de urgências: nomear o corpo lésbico como político, visibilizar suas potências criativas e afetivas, tencionar os marcadores que o atravessam e refletir sobre as múltiplas formas de existir, resistir e reexistir. Sabemos que, em uma sociedade marcada por discursos cisheteronormativos, racistas e patriarcais, o corpo

- 1 Professora Doutora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED), [eidepaivasilva@gmail.com](mailto:eidepaivasilva@gmail.com);
- 2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XIV, Conceição do Coité. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), [eusendoliz@gmail.com](mailto:eusendoliz@gmail.com);
- 3 Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XIV, Conceição do Coité, [gessiaribeiro@gmail.com](mailto:gessiaribeiro@gmail.com)

sapatão é ainda campo de disputa: ora silenciado, ora fetichizado, raramente reconhecido como produtor legítimo de conhecimento.

Nosso eixo tematizou justamente esse campo de forças: quisemos refletir sobre uma política de vida que se ancore na experiência lésbica sapatão, na sua materialidade e suas epistemologias. Lançamos o convite para que a produção científica, pedagógica, artística e afetiva dessas existências fosse tomada como inscrição radical de mundo.

Acolhemos um conjunto diverso e profundamente potente de trabalhos, oriundos de diferentes territórios e lugares de fala, que abordaram temas como corpo e arte, docência e resistência, afetos e conjugalidades, gestão universitária, memória, saúde, redes políticas e produção de saber. Reconhecendo que o eixo se constituiu como território de produção de saberes encarnados, insurgentes e afetivos, esta análise, embora breve, recolhe com densidade e cuidado os fragmentos dessa travessia, compondo com cada fala um mosaico vivo de insurgência sapatão.

## **SOBRE A POLÍTICA DE VIDA E AS EPISTEMOLOGIAS LÉSBICAS SAPATÃO**

Quando falamos em “política de vida”, estamos nos posicionando contra os regimes de morte que historicamente silenciam, normatizam e violentam os corpos dissidentes. Inspiradas por autoras como Audre Lorde (2019), Gloria Anzaldúa (2021) e Liz Mendes (2025), compreendemos a política de vida como um gesto radical de afirmação da existência sapatão como corpo que sente, pensa, ensina, cria e ama – e, por isso mesmo, desafia a colonialidade, a cisheteronormatividade e o patriarcado.

As epistemologias lesbosapafeministas, produzidas a partir do corpo lésbico sapatão, não são apenas teorias sobre o mundo: são modos encarnados de produção de sentido. São saberes que emergem do desejo entre mulheres, da resistência cotidiana, das afetações entre iguais, da arte e da memória.

Nomear essas epistemologias é um gesto político de reexistência. Como apontam autoras como Adrienne Rich (2019), Cheryl Clarke (2021) e Monique Wittig (2022), dentre outras autoras lésbicas sapatão feministas, é preciso interrogar o cânone, desconfiar das neutralidades e legitimar os corpos que pensam com o gozo, com o trauma, com a palavra e com o silêncio também, como homenagem àquelas que foram apagadas.

## CAMINHOS METODOLÓGICOS

Assumindo a experiência lésbica sapatão feminista como ponto de partida para a construção de epistemologias sapatão, esta análise parte de uma leitura crítica e afetiva dos trabalhos apresentados no IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, no Eixo Temático “Corpo lésbico sapatão: por uma política de vida?!”, realizado nos dias 2 e 3 de maio de 2025, em Vitória da Conquista/BA.

Para tanto, os trabalhos foram organizados em blocos temáticos. A abordagem é qualitativa e interpretativa, inspirada em metodologias das escritas feministas de si (Margareth Rago, 2013), crítica feminista interseccional (Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, 2020) e pedagogias decoloniais (Curiel, 2024). Valorizamos aqui a palavra como gesto político e a escuta como ferramenta de análise.

Como forma de documentar e valorizar a pluralidade de vozes que compuseram o referido Eixo Temático construiu um portfólio com os títulos dos trabalhos apresentados, suas autorias e temáticas centrais. Este quadro não é apenas um registro informativo: é também um mapa sensível de insurgências que se expressaram por meio da arte, da escrita, da docência, da memória, da política do desejo e da gestão afetiva. Ao visibilizar essas produções, reafirmamos que os corpos sapatões não apenas existem – pensam, escrevem, educam, lideram e (re)contam o mundo. Cada trabalho é uma dobra na cartografia do eixo, uma linha que borda o tecido vivo das epistemologias lésbicas feministas. Este portfólio, portanto, funciona como memória ativa e convite à continuidade.

**Quadro 1 – Portfólio dos Trabalhos Apresentados**

	<b>Título do trabalho</b>	<b>Autoria</b>	<b>Temática central</b>
1	Corpopoesia sapatão como dispositivo pedagógico afetivo-estético-político	Maria Lizandra Mendes de Sousa (Liz Mendes), Zuleide Paiva da Silva	Arte/poesia/educação
2	Impactos da heteronormatividade sobre a conjugalidade em casais lésbicos na cidade de Humaitá- AM	Lana Veras Ferreira, Joyce Larissa Moraes Gervasio e José Roberto Gomes	Conjugalidade e Heteronormatividade

	Titulo do trabalho	Autoria	Temática central
3	Lesbofobia, afetividade e resistência: experiência de um corpo sapatão na gestão universitária	Amélia Tereza Santa Rosa Maraux	Gestão Universitária e Resistência
4	O Corpo lésbico sapatão enquanto elo político e construtor de resistências dentro das universidades	Gersier Ribeiro dos Santos e Zuleide Paiva da Silva	Docência negra lesbica e Resistência
5	Velcros emaranhados: a conexão entre lésbicas baianas e o grupo de ação lésbica-feminista através dos boletins chanacomchana na década de 1980	Nathália Pereira Martins	Memórias lésbicas e Arquivos Históricos
6	“Pensadoras lésbicas feministas”: cartilha pedagógica como recurso de difusão do pensamento lésbico	Sarah Ryanne Sukerman Sanches	Material pedagógico e Difusão do pensamento lésbico
7	(Com)vivências e (in) conveniências: escrevivências de um corpo-território-sapatão cis	Sheyla dos Santos Trindade, Gláucia de Oliveira Assis e Sueli Siqueira	Escrevivência, Corpo-território e Decolonialidade
8	Corpo-arte sapatão: perturbações necessárias contra a violência do olhar	Maria Lizandra Mendes de Sousa (Liz Mendes) e Nathália Pereira Martins	Audio-visual e Autoinscrição
9	Docência e identidade sapatão/lésbica: desafios e reflexões	Camila Santos Silva	Docência e Identidade sapatão
10	Onde me cabe? Relato de experiência sobre a pertença de um corpo lésbico-sapatão	Nathália Pereira Martins	Pertencimento e Política de si
11	É o poder: diálogos entre as noções do erótico de audre lorde e a literatura negra lésbica	Juliana C.Costa	Erotismo e Literatura Negra Lésbica

Fonte: Produção da autora, 2025.

## CARTOGRAFIAS LÉSBICAS SAPATÃO EM MOVIMENTOS

### a) Arte, poética e pensamento erótico sapatão

No trabalho “Corpopoesia sapatão como dispositivo pedagógico afetivo-estético-político”, Maria Lizandra Mendes de Sousa e Zuleide Paiva da Silva propõem a obra “Corpopoesia” como um campo de ensino, desejo e resistência. Esse trabalho dialoga com “Corpo-Arte Sapatão: perturbações necessárias contra a violência do olhar”, de Maria Lizandra Mendes de Sousa e Nathália

Pereira Martins, onde a arte sapatão aparece como contra-dispositivo de opressão visual, um modo de recuperar autoestima e reencantar o corpo.

Juliana C. Costa, em “É o Poder: diálogos entre as noções do erótico de Audre Lorde e a literatura negra lésbica”, reitera o erótico como potência vital e contra-colonial. Já Sarah Ryanne Sukerman Sanches, em “Pensadoras Lésbicas Feministas: cartilha pedagógica como recurso de difusão do pensamento lésbico”, organiza um material educativo que resgata autoras e conceitos centrais do feminismo lésbico.

### **b) Docência e gestão: corpos que educam e resistem**

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux, em “Lesbofobia, afetividade e resistência: experiência de um corpo sapatão na gestão universitária” traz sua escrevivência na gestão pública. Em diálogo, Camila Santos Silva, em “Docência e identidade sapatão/lésbica: desafios e reflexões” discute os atravessamentos de uma docente em formação.

No trabalho “O corpo lésbico sapatão enquanto elo político e construtor de resistências dentro das universidades”, Gersier Ribeiro dos Santos e Zuleide Paiva da Silva analisam a presença de professoras negras lésbicas como corpos de pertencimento e potência coletiva.

### **c) Afetos, (in)conveniências e corpo-território**

No texto “Impactos da heteronormatividade sobre a conjugalidade em casais lésbicos na cidade de Humaitá-AM”, Lana Veras Ferreira, Joyce Larissa Moraes Gervasio e José Roberto Gomes denunciam os efeitos do não-reconhecimento social.

Sheyla dos Santos Trindade, Gláucia de Oliveira Assis e Sueli Siqueira escrevem em “(Com)Vivências e (In)Conveniências: escrevivências de um corpo-território-sapatão cis” a partir da hermenêutica do cotidiano. Em “Onde me cabe? Relato de experiência sobre a pertença de um corpo lésbico-sapatão”, Nathália Pereira Martins reflete sobre deslocamentos, pertencimentos e políticas de si.

#### d) Memória, redes e arquivos lésbicos

Nathália Pereira Martins também é autora de “Velcros emaranhados: a conexão entre lésbicas baianas e o Grupo de Ação Lésbica-Feminista através dos boletins ChanacomChana na década de 1980”. Com pesquisa arquivística e onomástica, o trabalho revela a história esquecida de redes lésbicas fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Eixo Temático analisado se constituiu como território de produção de saberes encarnados, insurgentes e afetivos. Os trabalhos demonstraram que o corpo lésbico sapatão é agente de conhecimento, arte e política – um corpo que pensa, educa, ama e levanta. Que a política de vida que evocamos aqui seja o princípio ativo de outras práticas acadêmicas e cotidianas que valorizem a diferença como semente de outros mundos possíveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Corpos lésbicos, Sapatão, Resistência, Arte e educação, Política de vida.

### REFERÊNCIAS

ANZALDÚA Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. Tradução de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: Á Bolha Editora, 2021.

CLARKE, Cheryl. **Vivendo com uma lésbica**. Tradução de Cecília Floresta. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CURIEL, Ochy. **A Nação heterossexual: análise do discurso jurídico e do regime heterossexual a partir da Antropologia da Dominação**. Tradução: Marina Waquil e Sheyla Miranda. Belo Horizonte: Editora Luas, 2024.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MENDES, Liz. **Corpopoesia: uma epistemologia poéticaerótica sapatão?** Prefácio de Ana Lúcia Gomes da Silva; Posfácio de Sarah Sanches; Coordenadora: Zuleide Paiva da Silva. 1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2025.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios.** Tradução de Angélica Freitas e Daniel Lühmann. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios.** Tradução de Maira Mendes Galvão. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

## POÉTICAERÓTICA: A CORAGEM SAPATÃO DE PESQUISAR COM O CORPO EM INSUBMISSÃO

Maria Lizandra Mendes de Sousa (Liz Mendes)<sup>1</sup>

Zuleide Paiva da Silva (Eide Paiva)<sup>2</sup>

### CORPO QUE PESQUISA É O MESMO QUE GOZA...

De olhos fechados, de pés descalços e de sentidos abertos escrevo com o corpo suado, molhado e inquieto. A água que escorre sobre meu corpo é a mesma que conduz os dedos, umedecidos pelas palavras que transbordam do corpo-vivo: escrita molhada, gozada, desejanse, transbordante e, sem e com pausa, curiosa. Neste texto, surgido em chuveiro-ficção, emerge também uma pergunta que arde: quem pode escrever com o gozo? Por que quando a escrita é sapatão, encarnada, poéticaerótica, ela é tratada como ameaça, desvio?

Em meios a estes questionamentos, este texto urge da seguinte pergunta (des)norteadora: o que acontece com a pesquisa quando o corpo que sente, goza e desobedece é também o corpo que escreve e produz saber? Assim, o objetivo deste texto é compreender como a pesquisa se transforma como a escrita acadêmica se transforma ao ser conduzida por um corpo poeta sapatão.

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado<sup>3</sup> em andamento vinculada a um programa de pós-graduação do interior da Bahia – território onde as palavras-experiências insistem em surgir molhadas de resistências –, que ousa inventar uma epistemologia poéticaerótica sapatão feminista a partir dos movimentossaberes entre academia e movimentos sociais de estudantes em processo de formação docente inicial.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XIV, Conceição do Coité. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), [eusendoliz@gmail.com](mailto:eusendoliz@gmail.com);

2 Professora Doutora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED), [eidepaivasilva@gmail.com](mailto:eidepaivasilva@gmail.com)

3 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Sentindo o suor que escorre pelo meu corpo, este texto é tecido com fios de desejo, vulnerabilidade, ficção, dengo e insubmissão. Uma escrita encarnada, radicalmente comprometida com as experiências de corpos sapatão que foram historicamente silenciados, disciplinados, apagados.

A ficção e a memória se entrelaçam, criando um espaço híbrido onde sentimentos, vivências e referências se encontram para narrar uma trajetória em construção. Entre fragmentos, inspiro-me no processo de escritasentir e nos rebuliços ocasionados pela leitura do livro “Amora”, de Nathália Borges Polezzo (2022), e da obra “Semente originária” de Octavia Butler (2021). As obras citadas não apenas me inspiraram, mas também moldaram o modo como revisito e expresso minhas memórias. Nathália Borges Polezzo e Octavia Butler trazem reflexões sobre pertencimento e identidade.

Ambiguidades que turvam cenas, acontecimentos, memórias e experiências, rompendo com o compromisso com o conhecimento factual, a veracidade e a seriedade da ciência. O que há de fantasia e possíveis nos enredos? Inventar sem pudor, radicalização dos impossíveis, redesenhos da escritaciência, tomando com saliva a escrita para si.

Trata-se, portanto, de um texto que é um ato-conto poéticoerótico. Um gesto-corpo que ousa escreverpesquisargozar com palavras que molham, com perguntas que sangram e com a ternura de quem ainda acredita que a poesia pode ser também resistência, também ciência, também sobrevivência.

## **PALAVRAS QUE MOLHAM, POÉTICAERÓTICA**

Debaixo do chuveiro, com a água escorrendo sobre a cabeça e molhando todo o corpo, ela se banhava de olhos fechados. Dolorida, repleta de medos e inseguranças, entregou-se mais uma vez às águas. A água fria que deslizava fluida a envolvia em um abraço líquido. E assim, em abraços, deixou-se abrir e molhar.

Ouviu passos. Permaneceu de olhos fechados.

A porta foi aberta.

Como quem carrega a raiva como pulsão de vida e transformação, Audre Lorde (2019) entrou no banheiro, preenchendo o espaço. Abriu devagar o box e se aproximou. Mesmo sentindo sua presença rente, ela manteve os olhos fechados. A água já conduzia todo o espaçotempo.

Audre pegou o sabonete líquido e perguntou:

– Posso passar nas suas costas, onde você não alcança?

Ela assentiu sem hesitar. Toda molhada — de água doce e salgada — sentiu as mãos de Audre massagearem suas costas: toques suaves e firmes. Deixou-se ser tocada, rasgada e lambuzada pela poeta. Vulnerável. Craquelada. Não queria, de forma alguma, que sua vulnerabilidade transparecesse; que suas lágrimas, medos e inseguranças fossem percebidos por Audre Lorde.

Mas, a cada movimento das mãos, algo se deslocava. De repente, ela chorou. Chorou feito criança, moleca demais, sentindo as dores do mundo. E entre soluços, as mãos de Audre não cessaram. Subiam agora até o pescoço.

– O que anda atormentando seu coração?

– Quem pode escrever sentir? Por que a poéticaerótica é um perigo? Perigo para quem? O que deve ser camuflado? Existe lugar para a nossa escrita sapatão na pesquisa?

Por que, quando escrevemos com a pulsão da poéticaerótica, nos olham como predadoras? Por que deslegitimam o que carregamos no corpo? Podemos pesquisar com gozo?

As palavras saíam entre as lágrimas. Já não se sabia mais o que era a água do chuveiro ou as tempestades que caíam de seus olhos.

Audre Lorde (2019, p. 45), ainda com as mãos em suas costas e pescoço, começou a tocar-lhe os cabelos e disse:

– Para as mulheres, então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria o tipo de luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança – primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível.

As palavras estremeceram-lhe o corpo. Ainda de olhos fechados, perguntou se Audre não queria também se banhar. Ela disse que sim. Tirou as roupas e, sem medo da água fria, entrou debaixo do chuveiro. Passou as mãos pelo corpo, ensaboando-se de vida.

– Posso passar o sabonete em suas costas... e onde mais você quiser?

Audre consentiu. Com movimentos suaves, ela pegou o sabonete líquido, espalhou nas mãos e, em gestos lentos, fez poesia sensorial nas costas nuas da poeta. Na lentidão das carícias de uma sapatão que degusta a vida na presença de outra, foi vendo sentindo o nascer do sol no corpo nu da poeta. Os raios surgiam no horizonte: cores amarelas contornavam cada centímetro daquele banheiro, refletindo o arrebatamento.

Como mar que brilha sob a luz dourada, a água alongava os arrepios do sentir sapatão.

E como quem precisa de oxigênio, ela verbalizou:

– Coragem. Uso a poesia como dispositivo de coragem para quebrar os silêncios, inventar flechas, brechas, saídas possíveis. Dispositivo de sobrevivência. De denúncia. Formativo, experiencial, estético, político. Que me faz acordar, que me desloca, que me oferece oxigênio. Poeta, poesia: corpo implorando por ar.

Audre Lorde sentia ouvia cada palavra com o cuidado e afeto de quem cuida de flores que desabrocham para a intensidade da vida. Com denço e encanto.

Na imensidão do banheiro inundado, Audre Lorde (2019, p. 67) disse, olhos fechados:

– O erótico é uma dimensão entre as origens da nossa autoconsciência e o caos dos nossos sentimentos mais intensos. É um sentimento íntimo de satisfação, e, uma vez que o experimentamos, sabemos que é possível almejá-lo.

Respirando no ritmo da água e das mãos que percorriam seu corpo, continuou:

– Fazemos poesia com nossas entranhas. Reivindicamos o erótico como respeito próprio. Exigimos, anunciamos, desejamos, lutamos por nosso poder, nossa força vital.

As palavras a tomaram com força. Parou, em êxtase, o movimento das mãos sobre o corpo de Audre Lorde.

Várias perguntas giravam no ar: Quais narrativas gozadas podem ser (auto)anunciadas? Quais arsenais nossos corpos carregam? O que dizem os corpos-arsenais sobre práticas poéticaseróticas? Ao reivindicar uma escrita poéticaerótica, o que os corpos querem impulsionar? Pode um corpo sapatão gozar? Escrever? Pesquisar? Produzir outras epistemologias? Escreverpesquisar gozando poéticaseróticas? Um corpo-nos-outros-corpos-gozando-poéticas-eróticas- numa-pesquisa-em-educação?

Subitamente, ela abraçou Audre com a intensidade das noites estreladas e dos pôres do sol alaranjados. Em denço, sussurrou:

– Estou ousando-audaciando isso... São orgasmoslouquices teórico-metodológico-epistemológicas, a partir da poéticaerótica. Sabe a solidão que é a vergonha de si? Vergonha de pronunciar palavras gozadas, de se entregar sem pudor, de se amar, foder, comer gostoso a si mesma. Essas vergonhas são

esquecimentos do corpo. Esquecer a potência do corpo é tentativa visceral de genocídio. Esquecendo-se da potência que pulsa vida, intensificam-se corpos reprimidos, rígidos – que não merecem sentir nada além da vergonha. Você me deu espaço para germinar. Você me fodeu, me atravessou, me tomou com todos os sentidos. Saio deste banho-dengo lambuzada de desejo do devir, embebida na radicalidade do corpo, penetrada sem vergonha de mim. Molhada em rupturas. Saio sapatão querendo amar, escrever, poetizar, erotizar, gozar... a vida. Querendo viver de/em denço. Grata por estar comigo.

Com os corpos nus e em denço, molhados pela água fluida, o abraço – forte, cheiroso e cheio do sentir sapatão – foi tomado pelo desejo de construir uma epistemologia poéticaerótica sapatão-feminista.

Então ela abriu os olhos, sorrindo para o vento.

Não estava no banheiro. Nem sob a fluidez das águas. Nem em denço com Audre Lorde.

Passara o tempo todo de olhos fechados, deitada no chão do quarto. Tudo não passara de pensamento.

Até eu me assustei. Por um instante, acreditei que a cena poéticaerótica do sentir sapatão fosse real.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo, me atravessa o corpo-palavra que pulsa. O corpo-palavra que não se cala, que escreve, que pesquisa com as entranhas à mostra. Este texto, ao se fazer pesquisa, não deseja encontrar verdades estáticas nem propor fórmulas metodológicas universais. É um ponto de vista produzido por um corpo sapatão. Um texto que ousa sentir outras linhas, caminhos e possibilidades. Ele existe como desejo de romper silêncios e dançar-brincar com os limites do que chamamos de ciência.

O conto aqui exposto – entre chuveiros, lágrimas, gozos e ficções – são deslocamentos possíveis, atravessados pelo encantamento como pulsão de vida. Um conto para lersentir a potência da poéticaerótica como gesto de resistência, insubmissão e invenção, a partir de uma escrita que não teme molhar os papéis da academia com a umidade do sentir sapatão.

Uma pesquisa em andamento que, aqui, mostra a necessidade de uma epistemologia que reconheça o corpo como lugar legítimo de saber. Um corpo-gozante e um corpo-sofrido, que também é um corpo-desobediente. Um

corpo poeta sapatão insubmisso! Além disso, a escrita por meio de um conto ficcional se umedece como dispositivo de denúncia, deslocamento e criação de outras formas de habitar o mundo acadêmico e a pesquisa.

No sentir sapatão, compreendo que a poéticaerótica é uma pulsão pedagógica: ela não apenas narra, mas forma, desforma, tensiona, afeta e inquieta. Na urgência, digo: é preciso despatologizar e desmoralizar o gozo na escrita acadêmica. O gozo aqui, a partir da poéticaerótica, é energia criadora, estética de insurgência.

Desejo, então, em palavras que continuam encharcando este e outros textos. Siga como corpo em estado de travessia-poesia: molhado, aberto, indisciplinado, gozando as possibilidades. Talvez seja este o convite mais radical da poéticaerótica: pesquisar como quem ama, como quem respira entre um gemido e outro, como quem ousa existir de olhos fechados, mas com o corpo aberto, pulsando.

**Palavras-Chaves:** Poéticaerótica, Corpo, Sapatão, Pesquisa, Insubmissão.

## REFERÊNCIAS

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

OCTÁVIA, Butler Estelle. **Semente originária**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Editora Morro Branco, 2021.

POLESSO, Natalia Borges. **Amora**. 2. ed. Porto Alegre: Dublinense, 2022.

# ENTRE SILÊNCIOS E PALAVRAS: GÊNEROS, SEXUALIDADES (NÃO) PRATICADOS EM UM CURRÍCULO DE MATEMÁTICA

Nilcelio Sacramento de Sousa<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A escola e a universidade, enquanto espaçostempos<sup>2</sup> de formação e produção de sentidos, estão atravessadas por múltiplos marcadores sociais, os quais incidem sobre nossos corposvidas (Sousa, 2022) mesmo antes do nascimento. Raça, gênero e classe social constituem algumas das primeiras inscrições em nossos corposvidas históricos e constituem a forma como nos situamos e somos situados/as no/com o mundo. Essas dimensões não são externas aos processos educativos: elas permeiam, os saberes e as culturais escolares e universitárias em suas vertentes biológicas, sociais e culturais. No

- 1 Docente na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e no Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências e Saúde da mesma instituição. Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do grupo de pesquisa ATRAVESSAMENTOS: Estudos e Pesquisas sobre os cotidianos da formação docente e diferenças (UFT/CNPq). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas - Escola, Memória e Cotidiano (GPEMC/UFF) e Políticas do Corpo e Diferenças (POCs/UFPEl). Tem realizado estudos na área da Educação, tendo como foco formação docente, narrativas, diferenças, gêneros, sexualidades em perspectivas interseccional e currículo.
- 2 Partindo de uma crítica à fragmentação do saber promovida pela racionalidade moderna, o princípio da juntabilidade aproxima-se das proposições dos estudos nos/dos/com os cotidianos (Ferraço, 2003), ao afirmar a necessidade de pensar o conhecimento como tecido em rede, enredado na complexidade da vida vivida. Em vez de manter a separação entre dicotomias fundantes — como corpo/mente, razão/emoção, sujeito/objeto, teoria/prática —, a juntabilidade propõe a articulação de dimensões que historicamente foram descoladas, mas que se mostram indissociáveis na experiência concreta. Nessa perspectiva, o cotidiano emerge como território de invenção e resistência, onde saberes e práticas se entrecruzam, convocando um olhar atento às pluralidades, aos afetos e às subjetividades que desafiam os modos hegemônicos de produção de conhecimento.

entanto, ainda é notória a ausência dessas temáticas nas matrizes curriculares de cursos de licenciatura, especialmente naqueles ligados às chamadas ciências exatas. Tal lacuna pode gerar implicações significativas, como a carência de formação crítica por parte de futuros/as professores/as para lidar com essas questões em sala de aula, bem como um desinteresse generalizado quanto à sua relevância social e pedagógica.

Este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira as temáticas de gêneros, sexualidades e raça aparecem — ou são silenciadas — nos planos de ensino de um curso de licenciatura em Matemática de uma universidade federal localizada no Norte do Brasil. Para além da análise documental, a pesquisa dialoga com a noção de currículo como prática, reconhecendo que as experiências em sala de aula frequentemente extrapolam o que está formalmente instituído. Assim, também foram realizadas conversas com estudantes de diferentes semestres, com o intuito de compreender como e se essas discussões emergiram nas práticas pedagógicas vivenciadas. Inspirada nos Estudos Culturais e de Gênero, a investigação se valeu de uma bricolagem metodológica que reuniu documentos e narrativas, revelando não apenas um silêncio quase total em relação aos temas propostos, mas também o uso inadequado de termos e metodologias pouco sensíveis à complexidade dessas questões. Os resultados apontam para uma prática pedagógica ainda limitada em criatividade e compromisso crítico com as diferenças, sinalizando a urgência de revisões curriculares e formativas que enfrentem tais ausências.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa se inscreve no campo qualitativo, orientada por uma perspectiva crítica e pós-crítica, na qual o conhecimento é entendido como produção situada, atravessada por relações de poder, memórias e afetos. Como nos propõem Paraíso (2021), pesquisar em educação implica reconhecer a complexidade dos/as sujeitos/as, das práticas e dos contextos que constituem os processos formativos. Para essa autora, a pesquisa não se limita a produção e análise de dados, mas se configura como um movimento ético, político e estético de escuta, diálogo e (re)invenção da realidade, pois como afirma Oliveira “Pesquisar é experimentar, arriscar-se, deixar se perder” (2021, p. 279).

Inspirada nos Estudos Culturais e nos Estudos de Gênero, a metodologia adotada se organiza como uma bricolagem, compreendendo que os caminhos da investigação são múltiplos e se constroem na articulação entre diferentes fontes e modos de ver e interpretar o mundo, observando para isso o compasso dos fluxos, dos fragmentos, sem, entretanto, transformar qualquer investigação em educação numa totalidade.

Nesse sentido, utilizamos dois dispositivos principais para a produção dos dados: a análise documental de planos de ensino e as conversas com estudantes de um curso de Licenciatura em Matemática de uma universidade federal localizada no Norte do Brasil.

A análise documental teve como objetivo examinar os planos de ensino elaborados por docentes da área de Ciências Exatas, buscando identificar como aparecem as temáticas de gêneros, sexualidades e raça. Foram observados os objetivos, os conteúdos propostos, as metodologias de ensino e as referências bibliográficas utilizadas, atentando para presenças, ausências e modos de abordagem dessas questões.

A análise documental teve como objetivo examinar os planos de ensino elaborados por docentes da área de Ciências Exatas, buscando identificar como aparecem as temáticas de gênero, sexualidades e raça. Foram observados os objetivos, os conteúdos propostos, as metodologias de ensino e as referências bibliográficas utilizadas, atentando para presenças, ausências e modos de abordagem dessas questões. Conforme aponta Cellard (2008), os documentos são produções sociais que refletem intencionalidades, seleções e exclusões, sendo, portanto, fontes relevantes para compreender práticas institucionais, discursos e silenciamentos. Nesse sentido, a análise dos planos de ensino permite acessar não apenas o que se propõe formalmente ensinar, mas também as marcas do que é (ou não) considerado legítimo no processo formativo.

Complementarmente, realizamos conversas com estudantes de diferentes semestres, compreendidas não como entrevistas, mas como encontros marcados pela escuta sensível e pelo reconhecimento das vozes dos/as sujeitos/as da pesquisa. A escuta foi concebida como prática metodológica e política, capaz de captar sentidos que escapam ao documento formal e que emergem do cotidiano das experiências vividas em sala de aula. Nesse movimento, inspiramo-nos em Sousa (2022), ao compreender que ouvir o/a outro/a, em suas singularidades e contextos, é um gesto de co-autoria na produção do

conhecimento, que desestabiliza hierarquias entre pesquisador/a e pesquisado/a e valoriza as narrativas como potência epistemológica. Essas conversas permitiram acessar o currículo vivido e as percepções sobre a presença (ou ausência) dessas temáticas nas práticas pedagógicas do curso, pois como afirmar o autor, escutar é mais do que coletar dados — é um gesto ético que reconhece o outro como produtor de saber e como sujeito que habita e resignifica os espaçostempos educativos.

A análise dos materiais produzidos foi conduzida a partir de uma abordagem interpretativa, buscando evidenciar as tramas de silenciamento, resistência e possibilidades que atravessam o ensino de matemática quando tensionado por marcadores sociais da diferença. Assim, os dados foram lidos à luz de referenciais que problematizam a formação docente e o currículo como campo de disputa simbólica e política.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No campo dos Estudos Culturais e de Gênero, a escola é compreendida não apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como território de produção de identidades, de normalizações e de disputas simbólicas. O currículo, nesse sentido, é mais do que um conjunto de disciplinas organizadas em grades e ementas: ele é um lugar de poder, de seleção de saberes, de legitimação de determinadas vozes e silenciamento de outras. Como afirma Hall (1997), toda prática cultural — e o currículo é uma delas — produz significados, molda sujeitos/as e estabelece fronteiras entre o que é considerado “normal” e o que é “desviantes”.

A matemática, frequentemente associada à ideia de exatidão, objetividade e neutralidade, é um campo fértil para esse tipo de produção simbólica. Em nome da “racionalidade”, o ensino da matemática pode operar como um discurso de exclusão, em que o erro é tratado como fracasso moral e a dúvida como sinal de incompetência. Essa lógica, como mostram Louro (1997) e Paraíso (2021), colabora para a construção de uma pedagogia que reforça modelos masculinizados de saber — competitivos, individualistas e hierárquicos —, desconsiderando outras formas de aprender, de ensinar e de viver o conhecimento.

Além disso, o currículo matemático, quando descolado das questões sociais, reforça a ideia de que essa ciência está acima das experiências humanas

e das marcas de gênero, raça e classe. Essa descontextualização pedagógica não é neutra: ela contribui para o apagamento das diferenças e para a manutenção de uma lógica meritocrática e excludente. É nesse ponto que os Estudos de Gênero e Culturais se aliam à crítica curricular, ao mostrarem que o que se ensina — e como se ensina — está profundamente implicado com os modos de subjetivação que a escola promove.

É nesse horizonte que a narrativa de uma das estudantes partícipes da pesquisa, identificada aqui pelo pseudônimo Tatiana Roque<sup>3</sup> — escolhido por ela como forma de homenagear uma mulher pesquisadora que vem problematizando a ideia de “ciências exatas” na área da Matemática — ganha potência. Sua narrativa evidencia os efeitos subjetivos e políticos de um ensino matemático que não acolhe a diversidade de corposvidas, saberes e histórias, como podemos observar:

*Sempre tive uma relação difícil com a matemática. Desde os anos finais do ensino fundamental, ela passou a ser a matéria do medo. O medo de errar, o medo de ser chamada à frente da sala, o medo de ser exposta. Lembro de uma vez, no ensino médio, quando o professor corrigiu minha prova em voz alta, apontando meus erros como se fosse uma lição para os outros. Ele dizia que a matemática era exata, que não aceitava meio certo. Aquilo me doeu de um jeito que até hoje carrego. Não era só sobre errar, era sobre ser humilhada por não acertar o único caminho considerado correto.*

E continua a estudante:

*Essa matemática que reprova, que não dialoga, que não escuta... por muito tempo me fez acreditar que eu não era capaz. E o mais contraditório é que escolhi o curso de licenciatura em matemática. Muita gente não entendeu. Mas foi*

3 É uma matemática, filósofa e historiadora da ciência brasileira. Ela é professora do Instituto de Matemática e também da Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), onde ingressou em 1996. Formada em Matemática, com mestrado em Matemática Aplicada e doutorado em História e Filosofia das Ciências, todos pela UFRJ. Sua formação inclui um período na equipe REHSEIS/CNRS, na França, especializada em epistemologia e história das ciências exatas. Com uma trajetória transdisciplinar: além de atuar no ensino de Matemática, tem se dedicado à história e filosofia da ciência, com foco na crítica à narrativa tradicional das ciências exatas e seus mitos, sobretudo na obra História da Matemática: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas (2012), premiada com o Jabuti em 2013.

também um gesto de resistência. Quis ocupar esse lugar não para repetir o que vivi, mas para tentar transformar. Já na graduação, percebi como esse modelo de ensino ainda é forte: a ênfase está em cobrar técnica, repetir procedimentos, medir quem ‘acerta mais’. O contexto, a realidade dos alunos, as diferenças — tudo isso fica de fora.

As narrativas de Tatiana revelam como o ensino de matemática pode marcar subjetivamente quem aprende, produzindo sentimentos como medo, vergonha e humilhação. Esses efeitos são compreendidos, à luz dos Estudos Culturais, como resultado de uma pedagogia do controle, sustentada por práticas como a correção pública, a busca por respostas únicas e o discurso da exatidão — dispositivos disciplinares que moldam condutas e subjetividades (Foucault, 1987).

Ao afirmar que a matemática “não escuta”, a estudante denuncia um ensino excludente, que ignora as diversas formas de aprender e ser. Essa crítica dialoga com Sousa (2022), ao destacar a escuta como gesto ético e político essencial para uma prática pedagógica comprometida com a justiça curricular, capaz de acolher afetos, dúvidas e erros como parte do processo formativo.

A escolha de cursar Licenciatura em Matemática, apesar de todo o histórico de exclusão, é descrita como um gesto de resistência, um reposicionamento frente ao saber que antes a excluía. A estudante se coloca como futura professora que deseja “ensinar de um jeito diferente”, rompendo com o ciclo de violência simbólica que sofreu. Essa decisão ecoa o que propõem Skovsmose (2001) e D’Ambrosio (2005) ao pensarem em uma educação matemática crítica e etnomatemática, que valoriza o diálogo, o contexto e os/as sujeitos/as.

A escolha de cursar Licenciatura em Matemática, apesar de todo o histórico de exclusão, é descrita como um gesto de resistência, um reposicionamento frente ao saber que antes a excluía. A estudante se coloca como futura professora que deseja “ensinar de um jeito diferente”, rompendo com o ciclo de violência simbólica que sofreu. Essa decisão ecoa o que propõem Skovsmose (2001) e D’Ambrosio (2005) ao pensarem em uma educação matemática crítica e etnomatemática, que valoriza o diálogo, o contexto e os sujeitos.

Por fim, ao afirmar que “aprender é um direito”, a estudante propõe uma ética do cuidado e da escuta na sala de aula de matemática. Ela convoca a pensar o currículo como espaço de reparação histórica, onde as diferenças

não sejam apagadas, mas integradas como parte da construção coletiva do conhecimento.

A escuta reivindicada pela estudante pode ser compreendida, segundo Esquinhalha (2021), como um gesto de formação sensível, que reconhece os sujeitos em suas singularidades e pertencimentos. Mais que método, trata-se de uma postura ética e pedagógica que implica abertura ao outro e rompe com práticas transmissivas e autoritárias ainda presentes no ensino da matemática.

Além disso, a escolha da estudante por ensinar “de outro jeito” ecoa o que aponta Giraldo (2021) ao discutir os desafios da formação de professores de matemática em contextos de diversidade. Giraldo defende que ensinar matemática não pode se limitar ao domínio de procedimentos técnicos, mas deve envolver uma atitude crítica frente aos saberes instituídos, à linguagem matemática e à realidade dos estudantes. Ele propõe que a prática docente se torne um campo de experimentação ética e política, capaz de articular conteúdo matemático com os sentidos que os sujeitos produzem em seus contextos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui desenvolvida evidência que o ensino da matemática, frequentemente apresentado como neutro e universal, está profundamente atravessado por dimensões culturais, políticas e subjetivas. A narrativa de uma das estudantes, marcada por experiências de exclusão, medo e silenciamento, não pode ser lida de forma isolada, mas como expressão de uma estrutura educacional que ainda resiste em reconhecer a presença das diferenças de gênero, raça, classe e sexualidade como parte constituinte dos processos formativos.

Por meio da escuta sensível e da análise de documentos, foi possível perceber que o currículo vivido nas licenciaturas em matemática, especialmente no contexto analisado, ainda se mantém distante de uma abordagem crítica e inclusiva. As ausências identificadas nos planos de ensino e nas práticas pedagógicas apontam para a necessidade urgente de repensar a formação de professores à luz de uma ética da diferença, como propõem Alves e Rangel (2019), assim como outros/as autores/as, a exemplo de Paraíso (2021) e Giraldo (2021).

As vozes da estudante, especialmente aquelas que tensionam o modelo tradicional da disciplina, trazem elementos fundamentais para o redesenho de propostas pedagógicas mais acolhedoras, dialógicas e comprometidas com a justiça curricular. A escolha da estudante em permanecer e resistir dentro do campo da matemática, buscando transformar sua prática futura, revela que há espaços de reinvenção possíveis — e necessários.

Portanto, este trabalho reafirma que a transformação do ensino da matemática não se dará apenas com a introdução pontual de temas sociais, mas com a revisão profunda de seus fundamentos epistemológicos e pedagógicos. É preciso afirmar uma matemática que escute, que dialogue, que reconheça os sujeitos em sua pluralidade e que contribua, de fato, para uma educação emancipadora e comprometida com os direitos humanos e com a produção de outros futuros possíveis.

**Palavras Chaves:** Gêneros; Sexualidades; Currículo; Matemática.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, W. B.; RANGEL, M. **A escola no espelho:** As representações do aluno. Niterói: Eduff, 2019, 174 p.
- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 316.
- D'AMBRÓSIO, U. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, 2005.
- ESQUINCALHA, A. da C. **Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática:** tensionamentos e possibilidades. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2022. v. 1. 256 p.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FERRAÇO, C.E. 2003. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, R.L. (org.). **Método:** pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A.
- GIRALDO, V. Alargando Sentidos: o que queremos dizer por decolonizar currículos em matemática. **REVISTA INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (RIPEM)**, v. 11, p. 01-08, 2021.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**. jul/dez. 1997. p. 15-46.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: PARAÍSO, M. A; MEYER, Dagmar E. (Orgs.) **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

OLIVEIRA, T. R. M. de. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. In: PARAÍSO, M. A; MEYER, Dagmar E. (Orgs.) **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021, p. 281306.

SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica: a questão de democracia**. Campinas: Papirus, 2001.

SOUSA, N. S. de. **Viagens e narrativas sobre gênero e sexualidade na (des) formação docente: (re)invenção de mim e de nós**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2022.

# OS PROCESSOS EDUCATIVOS E A INVENÇÃO DO CORPO MATERNO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## INTRODUÇÃO

Débora dos Reis Silva Backes<sup>1</sup>

Juliana Farias Santos<sup>2</sup>

Camila Barreto Cavalcante<sup>3</sup>

Essa escrita coletiva apresenta uma revisão bibliográfica que propõe acompanhar as formas pelas quais os processos educativos produzem discursos a respeito do corpo materno (entendido não apenas enquanto o corpo que comporta a mãe, como também aquele que se responsabiliza pelo cuidado e educação). Busca-se compreender como, ao longo de diferentes contextos histórico-culturais e sociais, essa corporeidade vem sendo produzida e cultivada para se inscrever nas funções de gerar, gestar, cuidar e educar.

O objeto de análise concentra-se no corpo materno produzido pelos discursos da Educação. Pretende-se, por meio de revisão bibliográfica a respeito dos discursos educacionais sobre o corpo materno, observar e problematizar o que mais pode ser dito, atualizado, conjugado e, inevitavelmente, dispersado. De acordo com Foucault (2002), o problema não se instaura em conscientizar ou mudar as pessoas, mas sim em compreender a forma em que as verdades são produzidas.

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe- UFS; [debsilvabac@gmail.com](mailto:debsilvabac@gmail.com);
- 2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe- UFS; [juliana22fsantos1@gmail.com](mailto:juliana22fsantos1@gmail.com);
- 3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe- UFS; [psicologa.camilabarreto@gmail.com](mailto:psicologa.camilabarreto@gmail.com)

Para a produção deste artigo, o arcabouço teórico mobiliza as seguintes referências: Foucault (2002, 2003), Badinter (1985), Louro (2020), Deleuze (2002). A obra *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood (2017), é analisada em alinhamento a esse referencial, buscando apreender os discursos que produzem o corpo materno e o categorizam segundo funcionalidades específicas.

Estado totalitário implantado por fundamentalistas religiosos após ataques que levaram às mortes do presidente e dos membros do congresso norte-americano, Gilead é instaurada enquanto República, sob o argumento da necessidade em estabelecer a ordem. Nessa nova sociedade, o tratamento dado aos cidadãos é modificado e as mulheres não possuem direitos, sendo divididas de acordo com a função que desempenham: há as Esposas (ricas e exercem o símbolo de status ao lado dos maridos, os chamados comandantes), as Marthas (responsáveis pelos afazeres domésticos), as Tias (treinam as mulheres férteis em aias), as Aias (geram os filhos dos comandantes, tendo como função exclusiva a de reprodutoras), as Econoesposas (mulheres pobres que exercem todas as funções) e as Não-mulheres (aquelas que rejeitam a doutrinação ou não servem para nenhuma das funções). Estas últimas são enviadas para as colônias, locais contaminados por radiação para executarem trabalhos braçais até a morte.

Escrito por Margaret Atwood e publicado em 1985, *O Conto da Aia* (no original *The Handmaid's Tale*) constitui-se em uma obra distópica que conta, pela narrativa de Offred (uma Aia), a história desta República, uma sociedade onde, em consequência de doenças, desastres ecológicos e acidentes radioativos, várias mulheres ficaram estéreis, apontando para a principal preocupação do novo governo que é a reversão de sua baixa taxa de natalidade. O termo destinado às mulheres que recebem por função a reprodução faz referência direta ao episódio bíblico no qual, incapaz de gerar herdeiros para Jacó, Raquel entrega sua Aia para que ele a fecunde (Lima, 2017).

Esse artigo se desenvolve a partir da seguinte questão: Como o corpo materno foi cultivado por processos educativos para a produção da vida? Assim, perspectivamos problematizar a textura dos poderes que fez e faz do corpo das mulheres território de soberania e disciplina dos homens e instituições, investigando uma história de controle sobre a vida e a morte das mulheres. Ao alinhar essa pesquisa à teoria de Michel Foucault a respeito de biopolítica, analisando os elementos mobilizados em *O Conto da Aia*, sustenta-se que processos educativos se incorporam de dispositivos que congregam

e fazem funcionar uma engrenagem de instrumentos variados que, sob o investimento em práticas, instituições, enunciados, códigos morais e culturais, cumprem uma função estratégica na instituição e na manutenção de estados de dominação nos quais existe pouco ou quase nenhuma instabilidade no jogo de poder (Foucault, 2003).

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A biopolítica está em toda a dinâmica da população, sendo atravessada por poderes (disciplinares, econômicos, políticos, citando alguns), para fazer viver uma população produtora de outros indivíduos. Dessa forma torna-se possível e coerente alinhar a biopolítica enquanto ferramenta de controle dos corpos das mulheres na obra ficcional *O Conto da Aia*, de Atwood.

Para esse artigo, a análise da escrita *O Conto da Aia* foi desenvolvida através de uma abordagem que articulou estudos de gênero e contextualização histórica. O método empregado centrou-se na observação da narrativa e dos elementos simbólicos presentes na obra, com especial atenção às representações das relações de gênero.

Baseamos nossa análise em uma revisão bibliográfica crítica fundamentada em Michel Foucault (2002, 2003), Badinter (1985), Louro (2020), Deleuze (2002) entre outras autoras e autores as/os quais oferecem aportes teóricos potentes para pensar sobre o silenciamento e o poder sobre os corpos das mulheres.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Partindo das considerações de Atwood, que revela através da abordagem de sua obra as ações do governo como ferramenta de estabelecimento da submissão feminina enquanto algo natural, universal e necessária à ordem do sistema, percebe-se o processo de produção de corpos mulheres submissos, que diante desse processo, passa a ser modelo não mais contestado, já que as mulheres não conheceriam outra forma de vivência (Molari, 2019).

A sociedade retratada em *Gilead* fornece possibilidades para pensar processos de subjetivação e construção de corpos mulheres, aquelas para as quais fora atribuída a função de produtoras e reprodutoras da vida, responsáveis por gerar, parir, cuidar e educar, ou seja, nutrir cidadãos.

A maternidade como forma de controle do corpo feminino, pode ter alienado as mulheres das potências dos seus próprios corpos ao mantê-las neles encarceradas nas tarefas de ser mãe e cuidadora, sem lhes permitir chance de escolhas (Costa e Soares, 2022).

Sob o discurso da “normalidade”, o corpo feminino vem sendo bombardeado por um leque de signos e de interpretações a respeito do que pode ou não este corpo, muito mais ligadas às questões da reprodução e do cuidado. Como elas podem ser positivas, convincentes e convenientes, para alguns interessados, muitas vezes tais interpretações acabam trazendo a impossibilidade de ter uma perspectiva crítica imediata desse corpo e das forças que realmente o moldam (Rodrigues, 2018).

Se a função maternal, até o século XVII, não era valorizada socialmente, no final do século XVIII, houve uma mudança extremamente significativa quando o maternar (ato de cuidar) tornou-se alvo das mais diversas recomendações em relação aos cuidados que as mães deveriam dedicar aos filhos (Badinter, 1985). No início do século XIX, ao rol dos valores burgueses, foram inseridas a devoção ao lar e a presença vigilante e amorosa da mãe que transformaram a nova mulher em rainha do lar. O culto à maternidade, e de todas as funções exigidas pela manutenção do bem-estar da prole, foi o terreno fértil para que o amor materno fosse naturalizado e generalizado enquanto condição feminina referendada pelo determinismo biológico (Machado, 2020). Estava lançada a ideia de maternidade como elemento definidor da condição do feminino.

No final do século XIX, caminhando para o início do XX, o Brasil inicia um processo de modernização para tentar retirar o caráter de país atrasado, que até então rondava o imaginário internacional do período mencionado. Com relação à educação, os índices de analfabetismo eram gritantes.

As primeiras escolas institucionais foram fundadas por congregações religiosas, em sua maioria para meninos, tendo para estes, professores ou mestres. Para as meninas, havia professoras, muitas delas advindas das ordens religiosas. Louro (2020) aponta que tanto os professores, quanto as professoras precisavam ser pessoas pautadas em uma moral, morarem em ambientes decentes e limpos, afinal, todos esses discursos estavam pautados nos valores religioso, higienista e progressista.

Louro (2020) ressalta que eram ensinadas às meninas as leituras (com grandes exceções), as quatro operações, bordados e costuras, além da doutrina cristã. Talvez não se pudesse escapar do discurso religioso, visto que

foi muito forte sua influência para permear as mentes do país que buscava progredir sob o manto da ordem, do progresso e das “bênçãos”.

Como trazido no percurso dessa escrita, a idealização da maternidade foi construída ao longo dos anos, através de processos educativos, da mesma forma que o amor materno como um valor pessoal e social. Entretanto, por mais que os papéis de mãe e mulher passem por transformações nas estruturas sociais, econômicas e culturais, a “exaltação do amor materno como valor natural e social” (Emidio, 2011, p.29) vinculado à figura da mulher ainda é reforçado e sustentado pelas relações hegemônicas, originárias do patriarcado.

Relacionando tais processos históricos às representações do corpo das mulheres na República de Gilead, é possível nos questionar: desde quando? Quando “começa o começo” dessas relações e afecções de vigilância sobre as mulheres? Caso se ausentem de tais representações, o que acontecerá? Em O Conto da Aia, as Aias são identificadas pela roupa que usam - uma túnica vermelha e uma touca branca - e são preparadas para exercerem as suas funções pelas Tias, que fazem uma verdadeira lavagem cerebral nas Aias. Se tentarem fugir, tanto as Aias quanto as Marthas, são assassinadas, visto que nas ruas serão permanentemente vigiadas e deslegitimadas.

Importante ressaltar os lugares de resistência, de possibilidades de subversão. No mesmo espaço marginalizado das Não-Mulheres de Gilead está também a potência de existências outras. Corpos que travam batalhas diárias de vida-morte. Ao reconhecerem os esquadrinhamentos de saberes-poderes que desenharam os paradigmas universais sobre as mulheres, esses corpos se insurgem, tornando-se monstros. Monstros indisciplinados que buscam por legitimação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder requer corpos tristes, pois necessita de tristeza para dominá-los (Deleuze, 2002). O que faz com esses corpos? O que ele diz sobre o que pode cada corpo - mulher? A proposta pensada até aqui é de corpo como um modo, dinâmico, movimento e repouso, velocidade e lentidão (longitude). Esses corpos afetam e são afetados por outros (latitude), tem um poder em cada situação, por conseguinte, há afecções ativas e passivas, uma potência de agir e de sofrer (Deleuze, 2002).

Desse modo, ao percorrer a História da Mulher, dos discursos e poder hegemônico trazidos na escrita deste trabalho, é possível perscrutar os acontecimentos de agenciamentos entre movimentos e afetos, por sua longitude e latitude. O corpo ultrapassa a consciência, bem como expressa a multiplicidade de afecções.

O poder de resistir torna-se vida quando o poder torna-se biopoder, poder sobre a vida (Deleuze, 2002). Então a vida, a resistência, é o que escapa, o que traça linhas de fuga frente aos mecanismos disciplinares e de controle do biopoder. É o poder de resistir que traça linhas de singularização frente às relações de força instituídas e normalizadoras. Portanto, o poder de resistir está diretamente relacionado à criação e à vida, indo em direção contrária às forças de captura e de morte. Será assim o que ocorre entre essas mulheres nesses instantes de vida? Destacando que a biopolítica contribui para a despotencialização, relacionada ao poder de dominação e captura, ao “querer o poder”, ao poder enquanto substantivo, como substância, estático, instituído, em repouso e repressor: Segundo Hur (2016), o “poder sobre”, que captura essas mulheres do “poder criar”, o que é movimento, verbo, como o devir movimento: “o poder fazer”.

Nesse movimento ensaístico cultivado a várias mãos, parteja-se a potencialidade da criação junto à filosofia da diferença envolvendo-a com o não pensado, o fora e o imprevisível, na busca por contrapor as configurações simbólicas de dominação, presentes na revisão proposta aqui assim como também desenhada em *O Conto da Aia*. Vislumbra-se por corporeidades que rompam com as capturas, evidenciando-se possíveis que provavelmente contribuam também para uma Educação que nutra pessoas protagonistas e mobilize histórias antes não contadas. Histórias que mostrem as brechas do sistema que se movimenta pelas lunetas controladoras, fragilizando-o enquanto matéria que pode ser desfeita, para resgatar caminhos que possam promover o desmoronamento das exclusões.

**Palavras Chaves:** Biopolítica, Corpo Materno, Cuidado, Educação, Gênero.

## REFERÊNCIAS

- ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.

COSTA, M.M.M.; SOARES, E.G. Biopolítica e controle dos corpos femininos: um debate sobre maternidade compulsória e aborto. **Revista Húmus**, vol. 12, n. 35, p. 369- 386, 2022.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: Filosofia Prática** [1981]. São Paulo: Escuta, 2002.

EMIDIO, T. S. **Diálogos entre feminilidade e maternidade: um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 6. ed. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

HUR, Domenico Uhng. Poder e potência em Deleuze: forças e resistência. **Mnemosine** Vol.12, nº1, p. 210-232 (2016). Disponível em: [admin\\_depext,+11Poder+e+potencia.pdf](#) . Acesso em 23 de dezembro de 2023.

LIMA, Paula Bastos de. **A representação da mulher em O Conto da Aia: a influência da cultura patriarcal na percepção da mulher**. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 443- 481. 10 ed.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Cláudia Maria de Mattos; CALEIRO, Regina Célia Lima. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 1120-1131, 2020.

MOLARI, Beatriz. O patriarcalismo em O Conto da Aia. **Revista Artemis**, v. 28, n. 1, p. 179, 2019.

RODRIGUES, A.P.K. **Biopolítica e a domesticação dos corpos a partir de Foucault**. Congresso Biopolítica e Direitos Humanos, 2018.

# O ALUNO DE ONTEM NÃO É O MESMO DE HOJE? – A PERFORMATIVIDADE CURRICULAR, AS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA E OS DOCUMENTOS NORMATIVOS

Maria da Conceição Carvalho Dantas<sup>1</sup>  
Amanaiara da Conceição Miranda<sup>2</sup>  
Izaura Santiago da Cruz<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo visa uma “breve” reflexão sobre o performativo curricular – avanços, retrocessos – nas questões de gênero, sexualidade, a partir da análise do o **Atlas da Violência/2023**, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a homologação da BNCC em 2017.

Um breve histórico - os movimentos sociais reivindicaram e ainda reivindicam pautas para o currículo escolar. Desde 1970, que o movimento feminista reaqueceu os debates e projetos legislativos voltados para Educação Sexual. Já nos anos de 1980, surgem debates sobre a gravidez na adolescência e o HIV-Aids, que foi transformada na “praga gay”, no “câncer gay”. Naquela década, essa abordagem, intensificou a LGBTfobia e a discriminação por vários setores da sociedade.

Em 1996, após a promulgação da Lei 9394/96, o Ministério da Educação (MEC) lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O documento

- 1 <sup>1</sup> Doutora em Educação/UFBA - Professora Aposentada da Educação Básica - Pesquisadora do NUCUS/UFBA – [marilucarvalhodantas@gmail.com](mailto:marilucarvalhodantas@gmail.com)
- 2 Doutora em Difusão do Conhecimento/UFBA – Pesquisadora – NUCUS/UFBA – [amanaia-ramiranda@gmail.com](mailto:amanaia-ramiranda@gmail.com).
- 3 Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos – PPGNEIM/UFBA e pesquisadora do NUCUS/UFBA. [Izaura@ufba.br](mailto:Izaura@ufba.br);

entende que a relação educativa é uma relação política, por isso a democracia se apresenta para a escola como se apresenta para sociedade. Os PCNs incorporaram os Temas Transversais na organização do trabalho didático, assim com transversalidade, não se criaram áreas de conhecimento, mas os seguintes temas foram ou deveriam ser incorporados naquelas existentes e no trabalho educativo da escola: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Consumo e Orientação Sexual.

Embora esse documento tenha pontos positivos, a sugestão de trabalho com orientação sexual limitou-se ao campo biológico, deixando de fora as discussões sobre as diversas formas de viver os afetos e a sexualidade, não fez referência às identidades sexuais não heterossexuais nem e às diversas identidades de gênero. Apesar disso, foi um avanço importante para se pensar sobre o tema de forma a potencializar o debate no currículo escolar, apesar de ser através dos temas transversais, que não gerou muita obrigatoriedade na abordagem.

Outra política pública importante foi em 2004, o MEC e secretarias de governo criaram grupos de trabalho para acompanhar a implementação do Programa Brasil sem Homofobia. Em 2006, o MEC e a Secretaria Especial de Direitos Humanos assinaram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, orientação sexual, pessoas com deficiência, bem como todas as formas de discriminações e violações de direitos, assegurando a formação continuada para os profissionais da educação. Dessa forma, a educação passa a ser um direito fundamental, que precisa ser garantida pelo Estado e família, para a promoção da cidadania, igualdade de direitos e o respeito a todos e todas.

Um das ações do Projeto Escola Sem Homofobia foi a produção do “Kit Escola sem Homofobia”, era um conjunto de ferramentas destinadas ao Ensino Médio, com o objetivo de desconstruir imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e para a promoção do convívio democrático com a diferença no ambiente escolar, segundo a ECOS, empresa responsável pela organização do material. Mas, infelizmente, em maio de 2011, a bancada de deputados cristãos pressionou a Presidenta Dilma Rousseff a vetar a distribuição do material. Na mídia foram divulgadas mensagens desrespeitosas à comunidade LGBT, com campanhas negativas sobre o material,

tendo como porta voz o então deputado federal Jair Bolsonaro/PP-RJ, que de forma pejorativa, “apelidou” o material didático como “kit gay”.

Outro documento normativo foi a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), homologada em dezembro de 2017, Educação Infantil e Ensino Fundamental, no governo de Michel Temer, alvo de intensos debates e 2018 o Ensino Médio.

A ideia inicial, proposta no Plano Nacional de Educação (PNE), era servir como um documento norteador para estabelecer os objetivos de aprendizagem de todas/os estudantes da Educação Básica no Brasil. Apesar de construída de forma participativa, ainda no Governo Dilma, o processo foi bastante criticado – porém o ponto que gerou bastante conflito foi a respeito da diversidade. Com a justificativa de que a temática de gênero provocava muita controvérsia – tanto na tramitação do PNE quanto da BNCC – o MEC suprimiu da terceira versão os termos “gênero” e “orientação sexual”.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), por sua vez, acatou a sugestão do MEC e prometeu publicar, posteriormente, um documento com orientações sobre o tema, até hoje (2025) sem nenhuma publicação. Todo esse movimento, trata-se de um retrocesso para educação brasileira, “percebe-se a exclusão do conceito de gênero direcionado às questões de orientação sexual, como uma característica da diversidade presente na sociedade” (Araújo, 2021), já o termo sexualidade, nesse documento, só aparecem no 8º ano, no componente curricular Ciências - Unidades Temáticas - Vida e evolução – Objetos de conhecimento - Mecanismos reprodutivos e sexualidade, também de forma superficial e atrelado aos aspectos biológicos. Além disso, apresenta uma única habilidade para a temática a ser desenvolvida: “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (BNCC, p.345).

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS: O QUÊ MUDOU?**

O que mudou ou não em relação a violência nas escolas, na sociedade - levando em consideração o avanço dos movimentos sociais, identitários e de políticas públicas e o conservadorismo da direita e extrema-direita no país, seguidos do fundamentalismo religioso. Muitos municípios sancionaram a lei de uso da Bíblia, inclusive Salvador, nov/25 como recurso paradidático.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), através do Atlas da Violência-2023, apresenta esses dados para análise. Segundo o Atlas, “as violências físicas, institucionais e simbólicas tradicionalmente constituíram o tratamento científico e institucional dispensado à população LGBTQI+. Por ora, ainda estamos no processo de recodificação dessa questão, cobrando as instituições estatais para que diagnostiquem e reduzam as vulnerabilidades de gênero e de orientação sexual à violência” (p.60). De 2014 a 2023, houve um aumento de 1.193% de casos de violência contra homossexuais e bissexuais no Brasil, de 1.111% contra mulheres trans, de 1.607% contra homens trans, e de 2.340% contra travestis.

“No Brasil, as limitações na produção de dados constituem o principal desafio técnico à implementação de políticas públicas destinadas a esta população. As transformações institucionais nessa produção são bastante lentas e desiguais, seja no setor da Segurança Pública, como indicado nas edições anteriores do Anuário Brasileiros de Segurança Pública (FBSP, vários anos), seja no da Saúde, tratado no Atlas da Violência. A insuficiência de dados em torno da população LGBTQI+ indica, neste sentido, subnotificação e subqualificarão do fenômeno, seja nas bases produzidas oficialmente” (p.60).

Porém, “o aumento substancial de casos de violência, parece indicar, efetivamente, aumento na prevalência de violências sofridas pelo grupo social em questão”, diz o Atlas. “Uma hipótese não descartada é que tenha havido, de fato, aumento vigoroso da prevalência de violências nesse período, que coincide com a pandemia da Covid19 e com o governo Bolsonaro”.

Já nas escolas, “o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, e da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Atlas da Violência de 2023 indicam que houve um crescimento na proporção de estudantes que reportaram sofrer bullying. Em 2009, o percentual de alunos de escolas brasileiras que relataram ter sido vítimas desse tipo de agressão era de 30,9%, número que subiu para 40,5% em 2019. “Além disso, no mesmo ano, a proporção de estudantes do ensino fundamental que deixaram de ir à escola por sensação de insegurança chegou a 11,4%, mais do que o dobro dos 5,4% registrados em 2009”, Cerqueira (Ipea), que realiza o estudo em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Quando a escola, nomeia essas violências (LGBTfobia, misoginia, racismo, deficiência, classe social, outras) como bullying – esconde a razão por trás das ameaças, intimidações,

violências e a resolução dos conflitos, muitas vezes se dá - quando acontece a mediação - através de conversas, suspensão das atividades escolar, chamar a família, mas em nenhum momento uma revisão, reflexão sobre os currículos que estão sendo praticados na escola.

Louro (2008), baseada na possibilidade de se pensar ou de se estranhar o currículo, a partir dos estudos queer e de uma pedagogia queer, propõe uma política pós-identitária para a educação, que “não consiste, apenas, em assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e escaparam dos esquemas binários; mas também em admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira” (LOURO, 2008, p.51).

A importância de pensar e/ou repensar o currículo nos faz refletir sobre o papel da educação na atualidade, em que o acesso ao conhecimento não está limitado, exclusivamente, aos livros didáticos – o que é bom. Dessa forma, Giroux (2005), defende que o currículo não está envolvido só em transmitir fatos e conhecimentos, é um local em que se produz e se cria significados sociais. Partindo dessa mesma lógica, Silva (1998) defende que o currículo é também representação, “pois é um local em que circulam signos produzidos em outros locais, mas também um local de produção de signos” (SILVA, 1998, p.11).

Dessa forma, torna-se importante pensar os documentos normativos da educação a partir de Dantas (2014), faremos uma reflexão sobre o “performativo curricular”, que reflete sobre o conceito de Butler, de performatividade de gênero, e o de currículo escolar na manutenção das identidades hegemônicas, a partir do **Currículo Formal** (objetivos e diretrizes estabelecidos por órgãos governamentais, documentos oficiais como a BNCC, outros; do **Currículo Real** – a prática pedagógica, concretização do currículo formal no dia a dia da sala de aula, seria a adaptação do professor ao contexto da turma e do **Currículo Oculto** - as aprendizagens não planejadas, valores, normas, atitudes e comportamentos transmitidos implicitamente no ambiente escolar.

Para Butler (2002), a performatividade de gênero não consiste em eleger qual gênero seremos, as repetições das normas configuram e delimitam o sujeito de gênero, que funcionam, também, como recursos de resistência e subversão, que são, de certa forma, obrigatórios, mas não determinantes. As identidades de gênero, impostas pelos binarismos masculino/feminino, homem/mulher, terminam por oprimir outras identidades que não são consideradas normais por não se enquadrarem nas estruturas normativas vigentes, que

são reiteradas a partir de dispositivos que, além de nomear, transformam as diferenças em sujeitos abjetos. (BUTLER, 2002).

O currículo pensado como performativo trabalha com a ausência de representações dos não heterossexuais e de outras identidades de gênero, nos discursos de prestígios, nos materiais didáticos, na mídia ou até nas redes sociais (que já tem um nível de representação). A negação e a inexistência desses sujeitos fazem com que as suas formas de amor e de afeto, as identidades e expressões de gênero sejam negadas, além o que valoriza, essencializada e naturaliza a heterossexualidade e a cisgeneridade como as únicas formas permitidas de viver - os afetos, os desejos, as expressões de gêneros.

Assim, nega-se a possibilidade de existência desses sujeitos, que passam a ser reconhecidos como “anormais”, o que garante à escola o “direito” de não problematizar algo que “oficialmente” não existe ou, quando existe, limita-se ao pátio da escola, às novelas de TV, as redes sociais. Ou seja, se encontrariam fora do “domínio” e alcance do currículo escolar. Miskolci (2012, p. 43) afirma que esses ocultamentos têm um caráter performativo exatamente por “trabalhar” a favor da manutenção da heteronormatividade, que é o alvo principal dos estudos queer, na perspectiva de desnaturalizar o poder disciplinar e de controle sobre as nossas vidas, gerando, muitas vezes a violência contabilizadas nas escolas.

## ALGUMAS (IN) CONCLUSÕES...

Nas últimas décadas, houve avanços significativos dos movimentos sociais e de algumas políticas públicas, que garantiram a não invisibilidade das diversas identidades de gênero e sexualidades na sociedade, dessa forma, ainda esperamos a inclusão no currículo formal, nos livros didáticos, na concretização do currículo real de temas, competências, conteúdos que possibilitem a existência dessas/desses sujeitos no ambiente escolar – sem a violência de serem expulsos – possibilitando viver em uma sociedade mais respeitosa com a garantia dos direitos básicos – civis, humanos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izauro Santiago da, DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. Gênero e sexualidade na escola - Salvador: UFBA, IHAC,

Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30888>. Acesso: 15 dez 2025.

ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho de. Gênero e sexualidade na BNCC: possibilidades para implementação da disciplina educação para sexualidade na educação básica. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 8, N.1 - pág. 263-286 jan-maio de 2022:uma pedagogia macunaimica”. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/issue/view/2680>. Acesso: 03 abr 2025.

BUTLER, Judith. “Sujeitos do sexo/gênero/desejo”. In: BUTLER, Judith. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.p 15-49

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2023. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/250/atlas-da-violencia-2024>

DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é” : o performativo curricular – na análise de Torpedo um vídeo do Kit Escola sem Homofobia, 2014. 168. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/15300>

GIROUX, Henry A. Qual o papel da pedagogia crítica nos estudos de língua e de cultura?: Entrevista com Henry A. Giroux. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n., 73, p. 131-143, dez. 2005.

LIMA, Ivanilton N. de. Modalidades do currículo: Currículo formal x currículo real concepções e características em sua construção. REBENA - ISSN 2764-1368 Volume 5, 2023, p. 229 -241. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index> - Acesso em: 20 ago 2025.

LOURO, Guacira S. Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte : Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pela diferença. Belo Horizonte : Autentica Editora : UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. (org). Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. A poética e a política do currículo como representação.

Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/need/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/>. Acesso em: 01 jun 2013.

**Palavras chaves:** Currículo, Performativo Curricular, Gêneros, Sexualidades.